

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Nº 473 | Ano XV
28/09/2015

ISSN 1981-8769
(impresso)
ISSN 1981-8793
(online)

Políticas Públicas em tempos de ajuste fiscal

Eduardo Fagnani: *O reajuste que retrocede e ainda rasga a Constituição*

Berenice Rojas: *Politização como ferramenta de disciplinarização dos sujeitos*

Marilene Maia: *Legitimação e sufocamento em um mesmo ato*

Francisco De Roux:
50 anos de solidão, dor
e de uma guerra sem
fim na Colômbia

Martín Almada:
O condor que
segue espreitando

Andrea Fumagalli:
A morte da democracia
e a farsa neoliberal da
neutralidade da moeda

Políticas Públicas em tempos de ajuste fiscal. Um debate

No momento em que as políticas públicas estão sob a mira da assim chamada 'política de austeridade', a revista **IHU On-Line** discute o tema.

Contribuem para o debate o professor e economista da Unicamp **Eduardo Fagnani**, que entende que o ajuste fiscal sufoca o mais significativo avanço em termos de políticas públicas: a geração de emprego e renda.

A professora da Faculdade de Assistência Social da PUCRS **Berenice Rojas Couto** reflete sobre o campo de assistência social como agente mobilizador de políticas públicas e não apenas como um sistema gerencial, de gestão e normatização.

Marilene Maia, professora do curso de Serviço Social da Unisinos, destaca que é a partir do aparato legal que se passa a ter dimensão do campo das políticas sociais. Mas reconhece que a mesma via que legitima o campo também o sufoca.

Para **Renata Bichir**, professora da Universidade de São Paulo - USP, quando há evolução no campo das políticas públicas é quando agrega-se a ele o olhar transdisciplinar, compreendendo a articulação entre entes públicos e privados, estatais e não estatais.

O secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social, **Paulo Jannuzzi**, defende que gerando informações sobre as práticas, via indicadores, é possível mensurar a efetividade das ações e propor correções.

Waldir Quadros, economista e professor da Unicamp, traz uma perspectiva mais crítica ao ajuste fiscal e seu impacto no campo das políticas públicas. Para ele, o corte de investimento defendido pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy é uma verdadeira "loucura".

O professor da Universidade de São Paulo **Rodolfo Hoffmann** entende que qualquer movimento, por menor que seja, que coloque a situação econômica em risco inevitavelmente prejudicará ainda os programas sociais no longo prazo.

Também podem ser lidas nesta edição as entrevistas com **Francisco De Roux** que narra e reflete sobre o complexo processo de busca pela paz na Colômbia, com **Martín Almada**, que descreve a terrível história da Operação Condor e com **Andrea Fumagalli**, economista italiano, sob o título A morte da democracia e a farsa neoliberal da neutralidade da moeda.

Complementa a edição o artigo de **Mônica Dias Martins**, professora da UECE sobre o legado da escravidão em Baltimore, e a entrevista com **Jonnefer Barbosa**, professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, apresentando o seu livro Política e tempo em Giorgio Agamben.

A todas e a todos uma boa leitura e uma ótima semana!

Imagem da capa. Foto: José Camba/ Flickr - Creative Commons

IHU ON-LINE

A **IHU On-Line** é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da **IHU On-Line** é *copyleft*.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Jornalistas

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS (joavvs@unisinos.br)

Leslie Chaves - MTB 12.415/RS (leslies@unisinos.br)

Márcia Junges - MTB 9.447/RS (mjunges@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Fernanda Forner, Matheus Freitas e Nahiene Machado.

Colaboração

Jonas Jorge da Silva, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling

Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

- 6 Destaques On-Line
- 8 Linha do Tempo
- 10 Saberes e Práticas na Constituição dos Sujeitos na Contemporaneidade: As vidas dentro da vida
- 12 Jonnefer Francisco Barbosa: Política e tempo em Giorgio Agamben
- 18 Andrea Fumagalli: A morte da democracia e a farsa neoliberal da neutralidade da moeda

Tema de Capa

- 22 Eduardo Fagnani: O reajuste que retrocede e ainda rasga a Constituição
- 27 Berenice Rojas Couto: Politização como ferramenta de disciplinarização dos sujeitos
- 33 Marilene Maia: Legitimação e sufocamento num mesmo ato
- 40 Renata Bichir: A polifonia dos saberes e de agentes na política pública
- 47 Paulo Jannuzzi: Conhecimento para conexão com a realidade
- 52 Waldir Quadros: Crescimento econômico é máxima incontornável para garantir programas sociais
- 56 Rodolfo Hoffmann: A desorientação federal e a disputa de vaidades no Legislativo

IHU em Revista

- 62 Agenda de Eventos
- 64 #Justiça, Verdade e Memória - Francisco De Roux: 50 anos de solidão, dor e de uma guerra sem fim na Colômbia
- 70 #Justiça, Verdade e Memória - Martín Almada: O condor que segue espreitando
- 76 #Crítica Internacional - Curso de RI da Unisinos: O legado da escravidão
- 78 Publicações
- 79 Retrovisor



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



ihu.unisinos.br



unisinos.br/blogs/ihu



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Destques da Semana

Destques On-Line

Entrevistas publicadas entre os dias 21-09-2015 e 25-09-2015 no sítio do IHU.

Intoxicação por agrotóxico: “Os números são suficientemente alarmantes”

Entrevista com Larissa Mies Bombardi, graduada em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP, onde também cursou o mestrado e o doutorado. Atualmente é professora no Departamento de Geografia da USP.

Publicada em 25-09-2015

Disponível em <http://bit.ly/1gU9rNG>

Em sete anos, 2.181 casos de crianças e adolescentes intoxicados por agrotóxicos foram notificados junto ao Ministério da Saúde, informa Larissa Mies Bombardi, em entrevista concedida à IHU On-Line por e-mail. Segundo a pesquisadora, que analisou esses dados em sua pesquisa de pós-doutorado, “nos estados do Centro-Sul do país, as crianças entre 1 e 4 anos respondem por mais de 30% dos casos. Em Mato Grosso e Minas Gerais, por exemplo, esta faixa etária (de 1 a 4 anos) responde por mais de 40% dos casos de intoxicação neste intervalo de 0 a 14 anos”. Larissa conta que desde que iniciou suas investigações sobre os impactos do uso de agrotóxicos no país, tem percebido que “de 20 a 25% das intoxicações notificadas, ano após ano, diziam respeito a crianças e jovens, com idade de 0 a 19 anos”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Rio Grande do Norte: um polo de negociação energética?

Entrevista com Ângelo Magalhães da Silva, licenciado e mestre e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, e professor de Sociologia na Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA.

Publicada em 24-09-2015

Disponível em <http://bit.ly/1iOFhgF>

A expansão dos parques eólicos do litoral do Rio Grande do Norte para os municípios do interior do estado está associada ao custo da terra, “porque a instalação de parques eólicos na região litorânea é mais cara para as empresas, justamente porque elas têm de disputar capitais com o setor turístico. É por essa razão que elas passaram a investir no interior, onde as terras não são utilizadas para investimentos do turismo”, diz Ângelo Magalhães da Silva, que está pesquisando as contradições socioeconômicas da produção de energia eólica no estado. Segundo ele, em entrevista concedida à IHU On-Line por telefone, a expansão dos parques eólicos para os municípios pobres também está associada a um “falso discurso” de aumento de empregos e superação da dependência de arrecadação dos municípios do estado e da União.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Crise política e a desconstrução do país

Entrevista com Moysés Pinto Neto, graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestre em Ciências Criminais e doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e professor do curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil - Ulbra Canoas.

Publicada em 23-09-2015

Disponível em <http://bit.ly/1FiLYBK>

O que se percebe, “para além do conflito político” atual, é que o “Brasil está em desconstrução”, diz Moysés Pinto Neto à Ihu On-Line. Em entrevista concedida por e-mail, ele enfatiza que “há duas maneiras de ler” a crise atual. A primeira, frisa, “mais comum”, tem como chave de leitura a relação entre “o empresariado, a grande mídia e o sistema político”, e a interpretação de que a crise econômica “devida aos altos gastos governamentais” exige “mudanças fiscais e contenção de despesa pública”. A segunda possibilidade de entender a crise, explica, está diretamente relacionada com mudanças que ocorreram a partir de 2013, quando o governo da presidente Dilma começou a ficar desgastado: “2013 marcou um evento traumático, um acontecimento que perturbou a política brasileira e deu início a um processo que cozinha em fogo baixo.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

2º CICLO DE ESTUDOS

ME TRÓ POLES

POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO.
TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTOS DA VIDA
E O COMUM



**13 DE AGOSTO A
05 DE NOVEMBRO DE 2015**

Acesse ihu.unisinos.br para mais informações

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, entre os dias 21-09-2015 e 25-09-2015, relacionadas a assuntos que tiveram repercussão ao longo da semana

Em discurso ao Congresso dos EUA, papa lança apelo progressista

O Papa Francisco pode não ser um esquerdista, como ele reafirmou no seu voo de Havana aos Estados Unidos na terça-feira, mas o seu discurso a uma sessão conjunta do Congresso nesta quinta-feira, 24-09-2015, não vai acalmar os seus críticos conservadores. O papa reiterou vários temas-chave do seu papado diante de parlamentares norte-americanos, incluindo apelos a políticas mais humanas em relação aos imigrantes, a abolição da pena de morte, a que se deem passos para coibir os abusos ambientais, condenou a indústria de armas e convidou a um compromisso de combater a pobreza global. Ao mesmo tempo, ele também lamentou o que chamou de ameaças à família, incluindo a falta de oportunidade para os jovens. A reportagem é de Michael O'Loughlin, publicada no sítio Crux, 24-09-2015. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

Leia mais em <http://bit.ly/1Oylwpo>

Estatuto da Família, que retira direitos da união gay, avança na Câmara

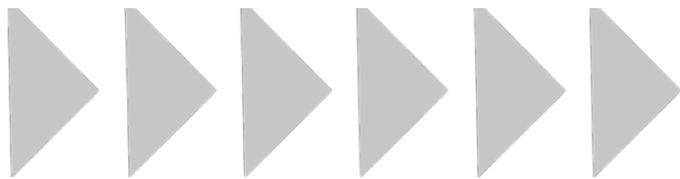
Entre protestos e discussões, o Estatuto da Família foi aprovado por uma comissão especial de deputados na Câmara na tarde de quinta-feira, 24-09-2015. O texto define como família apenas a união entre homem e mulher, o que exclui a união homoafetiva de direitos como herança, guarda dos filhos e a inclusão do(a) parceiro(a) em planos de saúde, dentre outros direitos. O próximo passo agora será a votação de quatro destaques (pontos mais sensíveis do texto) que não foram votados por falta de tempo. Como a proposta tramita em comissão especial em caráter terminativo, ela, quando terminada, poderia ir direto ao Senado, sem precisar passar pela votação na Câmara. Mas os deputados prometem fazer o possível para barrar esse projeto ou adiar a sua votação. A reportagem é de Marina Rossi, publicada por El País em 24-09-2015.

Leia mais em <http://bit.ly/1R68pLA>

“Os Estados não nos querem”, afirmam Guarani de quatro países

O sentimento expresso pelos Guarani no segundo dia do IV Encontro Continental é uma constatação de que não há espaço para esse povo nos Estados Nacionais. Os Estados os tratam como estrangeiros, desconsiderando sua territorialidade que é anterior às existências dos respectivos Estados, reconhecida nas leis nacionais e internacionais, mas não aplicada nas políticas públicas. O evento, que acontece no tekoha Ka'akupe, município de Ruiz de Montoya, província de Misiones, na Argentina, reúne centenas de Guarani da Bolívia, Brasil, Paraguai e Argentina. A reportagem é de Clóvis Brighenti, publicada por Cimi Sul em 23-09-2015. Essa constatação do não lugar para os Guarani nos Estados Nacionais se expressa nos inúmeros casos de assassinatos que estão ocorrendo, especialmente no Mato Grosso do Sul; no não reconhecimento das terras e na invasão de seus territórios por petroleiras, hidrelétricas, estradas e inúmeros outros projetos do chamado desenvolvimento.

Leia mais em <http://bit.ly/1R68pLA>



A menina que enfrenta o sistema de segurança e pede ao Papa pelos imigrantes ilegais nos EUA

Sophie Cruz, uma menina oaxaquenha (México), de cinco anos de idade, abraçou e beijou o Papa Francisco, a quem pediu para interceder pela legalização dos milhões de indocumentados nos Estados Unidos. No percurso que o Papa Francisco fez nesta quinta-feira, 24-09-2015, pelas ruas de Washington, a menina, que fala dois idiomas e um dialeto, conseguiu entregar-lhe uma carta e uma camiseta. Na carta pede ao Papa que interceda pela legalização de 11 milhões de indocumentados que se encontram nesta situação neste país. Na cena, muito emotiva, a menina, vestida com um traje típico oaxaquenho multicolorido, em princípio e diante das barreiras tentou caminhar em direção ao papamóvel, mas um guarda de segurança impediu sua passagem. O olhar de seu pai e os braços abertos do papa forçaram o guarda a mudar de ideia. A reportagem é publicada por Religión Digital, 24-09-2015. A tradução é de André Langer.

Leia mais em <http://bit.ly/1iQodaa>

Governo e FARC dão passo decisivo no processo de paz na Colômbia

A paz, sob a qual gerações de colombianos sonham viver há mais de 50 anos, está se tornando cada vez menos utópica. O Governo e a guerrilha das FARC deram esta quarta-feira, 23-09-2015, um passo crucial para a consolidação das negociações iniciadas há quase três anos para pôr fim a um conflito que provocou mais de 220.000 mortes e deixou sete milhões de vítimas. O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, e o líder da guerrilha, Timoleón Jiménez, ou Timochenko, na presença do mandatário anfitrião, Raúl Castro, anunciaram a criação de um mecanismo judicial que julgará todos os atores do conflito. Além disso, o presidente da Colômbia e o líder da guerrilha deram um prazo de seis meses para a assinatura definitiva do acordo de paz. A reportagem é de Javier Lafuente, publicada por El País em 23-09-2015.

Leia mais em <http://bit.ly/1JtScJQ>

O que o Papa deixa em Cuba e o que busca nos EUA

O 'missionário da misericórdia' se despede de Cuba e se põe a caminho dos EUA o 'missionário do amor' (love is our mission). Uma viagem encadeada que manifesta uma das características essenciais do Sumo Pontífice, a criação de pontes de diálogo e de reconciliação. Francisco encerra a primeira etapa e a mais fácil da sua viagem americana e começa a mais difícil e delicada. Em Cuba, esperavam um herói e um amigo, quase um pai da pátria. Nos EUA chega, ao menos no imaginário dos neocons, o Papa vilão, que põe em questão o capitalismo selvagem, que contamina a casa comum até fazê-la irrespirável. Do calor tropical cubano à frieza anglo-saxã. A reportagem é de José Manuel Vidal, jornalista, publicada por Religión Digital em 22-09-2015.

Leia mais em <http://bit.ly/1gV7hx8>

Saberes e Práticas na Constituição dos Sujeitos na Contemporaneidade

As vidas dentro da vida

Por Ricardo Machado

Pensar sobre a vida é perceber o mundo para além da relva verdejante que cobre o tempo. Pensar sobre a vida é desacelerar as pernas e sair do ritmo financeirista. Pensar sobre a vida é deitar sobre a grama e contemplar a existência em toda a sua complexidade. A vida na contemporaneidade torna-se, a cada dia, mais acelerada e é na vertigem da velocidade que os processos biopolíticos se dão e tomam de assalto nossa existência. Compreendê-los requer estabelecer uma outra relação com o tempo.

Em linhas gerais este foi o objetivo do XVII Simpósio Internacional IHU / V Colóquio Latino-Americano de Biopolítica | III Colóquio Internacional de Biopolítica e Educação, Saberes e Práticas na Constituição dos Sujeitos na Contemporaneidade. O evento, que ocorreu entre os dias 21 e 24 de setembro na Unisinos, em São Leopoldo, reuniu pesquisadores e pesquisadoras do Brasil e do mundo para debater questões sobre os modos de vida contemporâneos. O evento foi realizado pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, PPG em Educação, PPG em Filosofia, PPG em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS e PPG em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS.

Saiba mais.

10

Longe do cânone, perto da vida

“Se é verdade que o capitalismo e as formas biopolíticas tendem a uma espécie de isomorfismo, tudo o que podemos perceber é uma heterogeneidade de exploração que é difícil de descrever como estágio, mas podemos ensaiar como tendência”, problematiza o professor e pesquisador Sandro Chignola. Nesse sentido, ele considera que a filosofia deve (ou deveria) estar a serviço da vida, não do cânone, provocando os participantes do evento.

Leia mais em <http://bit.ly/1YFjybp>.

Realidade liberal

Uma das características da exacerbação do individualismo, do impulso à ideia do indivíduo foi a expansão do grau de liberdade de temos, avaliou Benilton Bezerra Junior em sua conferência. Vivemos uma sociedade da autonomia generalizada. Nunca fomos tão autorizados a agir em conformidade com nossos interesses, não nos ajoelhamos diante de mais nada. Tudo passa a ser matéria de escolha individual. “Não vivemos mais a cultura do assombro, já que tudo pode ser matéria de nossa escolha. Isso comporta um grande grau de ideologia, não no sentido mais simples, mas tomada como fantasia que constitui a realidade que conhecemos, com a obliteração daquilo que é oculto

porque um sintoma do conflito que não pode vir à tona sem que a realidade se transforme”.

Leia mais em <http://bit.ly/1iAgMDh>.

O novo status da educação

O caminho que transformou a educação de um bem público a um processo de troca mercadológica foi percorrido pela estrada do neoliberalismo, segundo define o pesquisador e professor da Nova Zelândia Michael Peters. “O corte de serviços públicos por políticas de austeridade do Estado é resultante do processo de financeirização, que reduz qualquer produto ou serviço a uma moeda intercambiável. Nesse esquema, o estudante passa a ser considerado um consumidor e o professor um trabalhador do conhecimento, e a partir daí se financeirizam as relações educacionais”, ressalta.

Leia mais em <http://bit.ly/1LS02i9>.

Educação e neoliberalismo

“O liberalismo, desde seus primórdios, prega três eixos de liberdade: deixar as pessoas fazerem (mínimo comando do Estado), deixar as coisas acontecerem (livre regulação do mercado) e deixar as coisas irem (demanda e oferta livres). Entretanto, essa liberdade funciona dentro de intensos esquemas normativos, ao que se chama de engenharia social, a qual foi inten-

sificada pelas políticas liberais”, explica Alexandre Filordi, professor e pesquisador da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, ao analisar a função-educador no contexto neoliberal.

Leia mais em <http://bit.ly/1WmYMeu>.

Os tamancos de inventividade

O professor da Universidade de São Paulo - USP Julio Roberto Groppa Aquino construiu sua reflexão sobre educação e biopolítica a partir da citação de Michel Foucault em que diz: “Fabrico tamancos e encontro nisso um prazer quase erótico, porque fico contente quando alguém enfia o pé neles.” Ao analisar os desafios com relação à educação, o professor pondera. “A educação precisa, também, de um mergulho vertical no passado, pois a ausência de memória histórica é o horror dos mais velhos. Não se educa em tempos de guerra, é no armistício que se prolonga a experiência da educação. Todo o trabalho que merece esse nome será a ponte forjada entre as guerras que passaram e as faxinas que hão de vir”, frisa Julio. “Que calcemos nossos tamancos.”

Leia mais em <http://bit.ly/1LCwNV1>.

Afetividade e inventividade

Silvia Grinberg, professora e pesquisadora argentina, considera que “Não se pode, simplesmente, deixar morrer. Temos o costume ‘errado’ de querer viver. Há um movimento permanente de pessoas buscando viver. Então descrever os processos e as dinâmicas que estão por trás disso é importante, porque ao falarmos de populações excluídas, esquecemos que eles nunca estão fora, mas permanentemente dentro”. Nesse sentido propõe a inventividade como alternativa. “Hoje se pensa sobre fragmentos, opera-se sobre fragmentos. O problema é que, quando um fragmento cai, o sistema se mantém de pé. É preciso atravessar o labirinto, não abandonar as lutas por modos de vivências inventivas que se encontram na urbe”, avalia.

Leia mais em <http://bit.ly/1LCzOV6>.

Agamben e Esposito

Em sua apresentação, o professor e pesquisador chileno Edgardo Castro abordou o pensamento de Giorgio Agamben e Roberto Esposito. Refletindo acerca da obra de Giorgio Agamben, o professor recuperou aspectos dos conceitos de vida nua e inoperosidade. Mencionou, ainda, a peculiaridade da compreensão agambeniana de bios e zoe. O conceito de impessoal é, também, importante no pensamento de Esposito, que põe em debate o que parece ser um dos conceitos indiscutíveis do debate contemporâneo: o valor universal da categoria de pessoa.

Leia mais em <http://bit.ly/1Wn785R>.

Financeirização e saúde

Tentar compreender a maneira pela qual os processos de financeirização são incorporados pela medicalização da vida foi o esforço do professor e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz Luis David Castiel. “A ética da financeirização gerencialista vigente, que é utilitarista, isto é, dá ênfase às escolhas individuais na busca de benefícios, mesmo que ele venha para poucos. A questão que se coloca é: O que se faz com os que não foram beneficiados?”, indaga o professor.

Leia mais em <http://bit.ly/1KUtid>.

Capitalismo biocognitivo

Segundo Andrea Fumagalli, pesquisador e professor italiano, as fronteiras entre a vida e a produção são manchas que se contaminam a todo o tempo e delimitar um e outro se torna cada vez mais difícil. “Temos uma série de dicotomias típicas do fordismo, ainda hoje, que resistem. Assim, são pensados o trabalho separado do lazer, o trabalho produtivo e o improdutivo. Pensamos estar fazendo algo livre e improdutivo quando estamos fazendo chat ou falando com amigos nas redes sociais. Mas estamos imersos num mecanismo de produção, que também produz valor de uso”, analisa.

Leia mais em <http://bit.ly/1OX6fPL>.

Multiplicidade e diferença

“Cada um de nós tem que descobrir nossa verdade e dizer isso ao nosso diretor de consciência, dizer a verdade de si. Alguém que se constitui sujeito sempre fala essa verdade, assume a própria identidade. Mas falar a verdade também pode ser um ato de obediência. Esse detalhe foi identificado por Foucault nessa virada subjetiva de seu pensamento, que olha para o sujeito tanto como efeito do poder nos jogos políticos, quanto como governador de si”, assim sublinhou o professor Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo, ao analisar os processos biopolíticos contemporâneos.

Leia mais em <http://bit.ly/1Lb823r>.

Vida livre

Marco Antonio Jiménez García, professor mexicano, propõe uma postura corajosa frente à biopolítica e à vida. “Trata-se de uma atitude com relação a si mesmo, aos outros e ao mundo. A coragem da verdade coloca em risco o próprio sujeito, mas abre a possibilidade de não ficar preso em si mesmo”, provoca o professor. “É preciso colocar em causa o que nos constitui como sujeitos. O governo de si e a liberdade são exercícios que figuram e desfiguram a vida. Trata-se de assumir a transformação de nós mesmos como possibilidades de vida. Temos que tomá-la como uma experiência estética e vivê-la existencialmente”, ressalta.

Leia mais em <http://bit.ly/1PBUTb5>.

ESTANTE

Política e tempo em Giorgio Agamben

Por Márcia Junges e Leslie Chaves

Pensar a política, enquanto campo social e em seu contexto contemporâneo, e suas confluências com o tempo à luz das contribuições de Giorgio Agamben. Esse é o esforço empreendido por Jonnefer Francisco Barbosa na obra “Política e tempo em Giorgio Agamben” (São Paulo: EDUC FAPESP, 2014). Doutor em filosofia, o estudioso prefere fugir dos rótulos de especialista em determinado autor ou mero intérprete de obras. “Prefiro pensar *com* ou *contra*, mas não como catalogador”, diz. Assim, Barbosa faz um empreendimento crítico, problematizando a questão temporal que para ele é intrínseca ao debate político. “Tempo e história perpassam a política de tal maneira que mesmo os filósofos políticos que não trazem o tempo ou a história como questões de seu pensamento mantêm, inevitavelmente, um conceito de tempo/história implícito e determinante para a constituição e interpretação de suas obras”, ressalta.

Para Barbosa, as reflexões de Walter Benjamin a respeito da política enquanto categoria do campo temporal e histórico expressas em “Teses sobre o conceito de história”, documento escrito em 1940, é uma das grandes contribuições deste autor, o qual também compõe a argumentação de Agamben, ainda que ambos se afastem teoricamente em alguns momentos. “Mesmo que Agamben possa se distanciar deste mestre (ao estilo zen) que é Benjamin e seguir um traçado próprio, é a expe-

riência do *Jetztzeit* (tempo-de-agora) que expõe o pano de fundo da problematização agambeniana sobre tempo e política, mas também, o tempo da política/uma política do tempo”, explica.

A partir de uma apreciação criteriosa da construção argumentativa de Agamben, ao longo do livro Barbosa interpela os escritos deste autor e o modo como ele fundamenta os próprios pensamentos a partir de contribuições de outros estudiosos. “Em meu livro faço uma crítica mais detalhada à leitura agambeniana de Arendt e Foucault, assim como do uso distorcido de categorias benjaminianas por parte de Agamben”, aponta.

Jonnefer Francisco Barbosa é graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, mestre em Filosofia e Teoria do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Atualmente é professor e coordenador dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Filosofia, e também leciona no Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, todos na PUC-SP.

Confira a entrevista.



Política e tempo em Giorgio Agamben (São Paulo: EDUC FAPESP, 2014)

IHU On-Line - Qual é o nexos fundamental entre política e tempo na obra de Giorgio Agamben?

Jonnefer Francisco Barbosa - Começamos com um desvio a título

de apresentação. Não sou divulgador tampouco “especialista” na obra de Agamben, no sentido em que hoje se convencionou intitular àqueles que praticam a tarefa por

excelência dos cursos de filosofia no Brasil - a interpretação e não a produção de conceitos -, ou o objetivo máximo de nossos intelectuais universitários: tornar-se o in-

térprete autorizado de tal ou qual autor. Desculpe-me, não jogo este jogo. Prefiro pensar *com* ou *contra*, mas não como catalogador. Tempo e história perpassam a política de tal maneira que mesmo os filósofos políticos que não trazem o tempo ou a história como questões de seu pensamento mantêm, inevitavelmente, um conceito de tempo/história implícito e determinante para a constituição e interpretação de suas obras. Esta pode ser uma chave de leitura filosófica a ser apresentada aos estudantes que ingressam neste vale de lágrimas que são as cadeiras de uma graduação em filosofia, para além da pouco imaginativa leitura estrutural.

Não só a política, mas a política como categoria pertencente muito mais ao âmbito temporal e histórico do que ao domínio factual, é um dos legados deste grande documento da filosofia política contemporânea que são as “Teses sobre o conceito de história” (1940), de Walter Benjamin. Mesmo que Agamben possa se distanciar deste mestre (ao estilo zen) que é Benjamin e seguir um traçado próprio, é a experiência do *Jetztzeit* (tempo-de-agora) que expõe o pano de fundo da problematização agambeniana sobre tempo e política, mas também, o tempo da política/uma política do tempo.

Os ensaios presentes em “*In-fanzia e storia: distruzione dell’esperienza e origine della storia*” (Turim: Einaudi, 1978) são um marco neste debate, além das glosas que serão feitas à “Epístola aos Romanos” de Paulo, em “*Il tempo che resta: un commento alla Lettera ai Romani*” (Torino: Bollati Boringhieri, 2000), fruto de seminários realizados no Collège International de Philosophie, na Universidade de Verona, na Northwestern University e na Universidade de Berkeley, entre os anos de 1998 e 1999, onde lemos uma definição de estado de exceção efetivo como uma relação sobretudo temporal.

Tanto para Benjamin quanto para Agamben, o conceito de tempo ligado ao historicismo vulgar será o tempo cronológico: um *continuum*

pontual, infinito, quantificado e homogêneo. Trata-se do tempo dividido em instantes (*tò nyn*) similares ao ponto geométrico. Esta tradição de pensamento caracteriza-se por *espacializar* a experiência do tempo, criando uma representação metafísica que pode assumir as metáforas do ponto, da linha, da reta, do traço, etc., e que, desde Platão¹ (com o *Timeu*²) e Aristóteles³ (na *Física*), atesta o tempo como substrato físico, pontuado por instantes contínuos de fuga.

Agamben analisará a figura do *kairós*⁴ no interior da

1 **Platão** (427-347 a. C.): filósofo ateniense. Criador de sistemas filosóficos influentes até hoje, como a Teoria das Ideias e a Dialética. Discípulo de Sócrates, Platão foi mestre de Aristóteles. Entre suas obras, destacam-se *A República* (São Paulo: Editora Edipro, 2012) e *Fédon* (São Paulo: Martin Claret, 2002). Sobre Platão, confira e entrevista As implicações éticas da cosmologia de Platão, concedida pelo filósofo Marcelo Perine à edição 194 da revista **IHU On-Line**, de 04-09-2006, disponível em <http://bit.ly/pteX8f>. Leia, também, a edição 294 da Revista **IHU On-Line**, de 25-05-2009, intitulada Platão. A totalidade em movimento, disponível em <http://bit.ly/xdSEVn>. (Nota da **IHU On-Line**).

2 **Timeu** (em grego clássico: Τιμαιος; transl.: Timaios; em latim: Timaeus): é um dos diálogos de Platão, principalmente na forma de um longo monólogo do personagem-título, escrito por volta de 360 a.C. O trabalho apresenta a especulação sobre a natureza do mundo físico e os seres humanos. (Nota da **IHU On-Line**).

3 **Aristóteles de Estagira** (384 a. C. – 322 a. C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira. Suas reflexões filosóficas – por um lado, originais; por outro, reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou significativas contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia e história natural. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da **IHU On-Line**).

4 **Kairós** (em grego κairός): é uma palavra da língua grega antiga que significa “o momento oportuno”, “certo” ou “supremo”. Na mitologia, Kairós é filho de Chronos (Deus do tempo e das estações). Os gregos antigos possuíam duas palavras para a moderna noção de “tempo”: *chronos* e *kairós*. Enquanto a primeira era usada no contexto de tempo cronológico, sequencial e linear, ao tempo existencial os gregos denominavam *Kairos* e acreditavam nele para enfrentar o cruel e tirano *Chronos*. Enquanto o primeiro é de natureza quantitativa, *Kairos* possui natureza qualitativa [1]. Em grego antigo e moderno, *kairós* (em grego moderno pronuncia-se *kerós*) também significa “tempo climático”, como a palavra *weather* em inglês. (Nota da **IHU On-Line**).

*Gnose*⁵ e do Estoicismo⁶, buscando estabelecer aproximações entre a crítica ao tempo contínuo e quantificado presente nas “Teses sobre o conceito de história”⁷, de Benjamin⁸, com a obra “*Ser e tempo*” (Petrópolis: Vozes, 2006), de Heidegger⁹, onde a análise da

5 **Gnose**: palavra que deriva do termo grego “*gnosis*” que significa “conhecimento”. É um fenômeno de conhecimento espiritual vivenciado pelos gnósticos (cristãos primitivos sectários do gnosticismo). Para os gnósticos, *gnose* é um conhecimento que faz parte da essência humana. É um conhecimento intuitivo, diferente do conhecimento científico ou racional. *Gnose* é o caminho que pode guiar à iluminação mística através do conhecimento pessoal que conduz à salvação. A existência de um Deus transcendente não é questionada pelos gnósticos, pelo contrário, veem no conhecimento divino um caminho para atingir um conhecimento mais profundo da realidade do mundo. (Nota da **IHU On-Line**).

6 **Estoicismo – Estóico (do grego Στωικισμός)**: é uma escola de filosofia helenística fundada em Atenas por Zenão de Cítio no início do século III a.C. Os estoicos ensinavam que as emoções destrutivas resultam de erros de julgamento, e que um sábio, ou pessoa com “perfeição moral e intelectual”, não sofreria dessas emoções. O estoicismo afirma que todo o universo é corpóreo e governado por um *Logos* divino (noção que os estoicos tomam de Heráclito de Éfeso e desenvolvem). A alma está identificada com este princípio divino como parte de um todo ao qual pertence. Este *logos* (ou razão universal) ordena todas as coisas: tudo surge a partir dele e de acordo com ele, graças a ele o mundo é um *kosmos* (termo grego que significa “harmonia”). O estoicismo propõe se viver de acordo com a lei racional da natureza e aconselha a indiferença (*apatheia*) em relação a tudo que é externo ao ser. (Nota da **IHU On-Line**).

7 Texto que faz parte do livro: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1: *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. (São Paulo: Brasiliense, 1987). Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. (Nota da **IHU On-Line**).

8 **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Sobre Benjamin, confira a entrevista **Walter Benjamin e o império do instante**, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**).

9 **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível em <http://bit.ly/ihuon185>, e 187, de 03-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, em <http://bit.ly/ihuon187>. Confira, ainda, **Cadernos IHU Em Formação** nº 12, *Martin Heidegger. A desconstrução da*

experiência da temporalidade não seria mais, cito Agamben, “o *instante* pontual e inaferrável em fuga ao longo do tempo linear, mas o *átimo* da decisão autêntica em que o Ser-aí experimenta a própria finitude.”

Porém, um dos únicos momentos em que Heidegger é citado por Benjamin - menção feita no debate metodológico do projeto das *Passagens* - o filósofo berlinense irá atacar justamente o conceito de história presente no autor de “Ser e tempo”. Segundo Benjamin, Heidegger teria procurado em vão salvar a história para a fenomenologia, de maneira abstrata, através da “historicidade”, conceito que não deixaria de ter um resíduo idealista. As imagens dialéticas benjaminianas possuem um índice que não trata apenas do pertencimento histórico destas, mas de um índice histórico no sentido em que só serão legíveis em constelação com outro(s) tempo(s). Trata-se de pensar a diferença temporal na imagem, de forma paradoxalmente materialista. Cito Benjamin: “Não é que o passado lance sua luz sobre o presente ou que o presente lance sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação”. Estas definições são importantes, em termos heurísticos, para a compreensão do significado e da condição de possibilidade histórica da ação política.

IHU On-Line - Nesse contexto, qual é a importância do conceito de tempo messiânico, de Benjamin, na obra agambeniana?

metafísica, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem12>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon328>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do **ciclo de estudos Filosofias da diferença** - pré-evento do **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**. (Nota da **IHU On-Line**).

Jonnefer Francisco Barbosa - Não podemos, sem mais, aplicar o conceito benjaminiano de tempo messiânico à obra de Agamben, seja porque este conceito, em Benjamin, não é unívoco, seja porque a definição de tempo messiânico em Agamben é muito mais devedora das formulações de Paulo, quando o apóstolo trata do “ho nun kairos” na epístola aos romanos. A tese de Agamben é a de que seria Paulo o teólogo dissimulado no autômato enxadrista na primeira das “Teses sobre o conceito de história”, hipótese esta que o próprio Agamben reconhece como polêmica.

Na interpretação de Giorgio Agamben, Paulo definirá *kairós* - guardadas as devidas semelhanças com o *Jetztzeit*, já que o termo grego não aparece na obra de Benjamin -, aqui entendido como o tempo messiânico, com a noção de *typos*, ou seja, figura. Paulo teria estabelecido, segundo Agamben, uma relação *tipológica* entre os eventos do tempo passado e o *ho nun kairos*. Para o filósofo italiano, decisivo não é apenas que cada evento do passado anuncie, como figura, um evento futuro ou que encontre nele seu significado, mas que a relação tipológica implique a transformação do tempo. Segundo Agamben, o tempo messiânico paulino é uma cesura que divide a própria divisão entre os tempos (os tempos modais), introduzindo entre estes um resto, uma zona de indiferença na qual o passado vem deslocado no presente e o presente se estende ao passado. É o que permite, em termos de arqueologia foucaultiana, a particular ontologia do presente agambeniana.

IHU On-Line - Como compreender, nesse sentido, o tempo que resta e a política que vem?

Jonnefer Francisco Barbosa - O conceito de “resto” em Agamben também possui uma origem teológica - vale lembrar que Agamben recebeu recentemente um doutorado “honoris causa” em Teologia. O “resto”, no comentário de Agamben à epístola de Paulo,

apresenta-se como um de corte de Apeles que “divide as próprias divisões traçadas pela lei”, passando de uma divisão “polar” a outro tipo de lógica, não disjuntiva. Este “resto” não seria algo como uma porção numérica ou um resíduo substancial positivo, mas como aquilo que simplesmente abole as diferenças. Não há um homem universal ou cristão, mas somente um “resto”, somente a impossibilidade para o judeu e para o grego de coincidirem consigo mesmos. Ouso dizer que o conceito de resto surge em 1998 como uma resposta à leitura que Alain Badiou¹⁰ fará sobre o texto paulino - “São Paulo e a fundação do universalismo” foi publicado na França em 1997 - onde o filósofo francês defende que, na questão paulina, para além das diferenças (ex. judeus/*goyim*) haveria a defesa de um *mesmo*, *universal*, capaz de respaldar uma militância. O conceito de “resto” pode ser uma tentativa, em Agamben, de fugir das aporias do universalismo/particularismo expostas por Badiou.

O “tempo que resta”, neste sentido, está associado à definição de tempo messiânico. Em “O tempo que resta”¹¹, Agamben define o tempo messiânico a partir de *kairós*, como o único tempo que temos, o tempo real, material, não simplesmente modal, mas operativo, efetivo, o tempo que nos resta. Permito-me citar um trecho do livro: “Enquanto a nossa representação do tempo cronológico, como tempo no qual estamos, separa-nos de nós mesmos, transformando-nos, por assim dizer, em nossos próprios espectadores impotentes, que olham sem tempo o tempo que escapa, nosso incessante faltar a

¹⁰ **Alain Badiou** (1937): filósofo, dramaturgo e romancista, leciona filosofia na Universidade de Paris-VII Vincennes e no Collège International de Philosophie. É autor, entre muitos outros, do livro *Saint Paul. La fondation de l'universalisme* (Paris: PUF, 1997), várias vezes reeditado na França e traduzido em diferentes línguas como o inglês e o italiano. (Nota da **IHU On-Line**).

¹¹ **AGAMBEN**, Giorgio. **O tempo que resta** (Torino, Bollati Boringhieri, 2000). Edição em português: **O que resta de Auschwitz**. Tradução de Selvino J. Assmann. (São Paulo: Boitempo, 2008). (Nota da **IHU On-Line**).

nós mesmos, o tempo messiânico, como tempo operativo, nos qual aferimos e cumprimos nossa representação do tempo, é o tempo em que nós mesmos estamos - e, por isso, o único tempo real, o único tempo que temos”.

A “política que vem” está quicá impregnada deste tempo que é presente e efetivo, o tempo vivo e frágil onde nos inserimos, o tempo que nos resta, mas também da abertura potencial deste presente... “Que vem” indica, sobretudo, potencialidade, neste vocabulário atravessado pela teologia como também pela ontologia, que caracteriza o estilo agambeniano. De todo modo eu não poderia descrever este conceito que o próprio Agamben mantém indefinido. Ao ler um autor escorregadiço, com muitas passagens escritas em um tom intencionalmente enigmático, sibilino, não podemos aplicar o hábito escolar da definição precisa e da classificação - ou, o que é pior, fazer a militância em torno do pensamento deste autor. Pelo contrário, para ler um filósofo como Agamben é preciso muita precaução e suspeita, não deixando de perceber a ironia sutil - ou até mesmo o riso - que atravessa a maior parte de suas construções.

IHU On-Line - Em que consiste sua crítica fundamental à política ocidental e qual é o diálogo que se apresenta nesse sentido com os legados de Foucault, Arendt e Benjamin?

Jonnefer Francisco Barbosa - Em meu livro faço uma crítica mais detalhada à leitura agambeniana de Arendt e Foucault, assim como do uso distorcido de categorias benjaminianas por parte de Agamben. No *Homo sacer I* (Turim: Einaudi, 1995), Agamben argumenta que o conceito de biopolítica em Foucault estaria inconcluso, pois este não teria transferido suas análises da biopolítica para os mecanismos dos grandes Estados totalitários do séc. XX, orientando-se tão-somente pela análise crítica e micropolítica das prisões e dos hospitais, deixando de lado os campos

de concentração. Da mesma forma as pesquisas de Arendt sobre o totalitarismo guardariam uma lacuna crucial por não contemplarem também uma perspectiva biopolítica.

Se não há menção explícita aos “campos de concentração” nas pesquisas foucaultianas, isso não significa que as análises de Foucault não deixem de levar em conta, ao menos indiretamente, a experiência totalitária, principalmente nos cursos do fim da década de 70 e início dos anos 80. Estamos diante de uma distinção metodológica importante: para Agamben, como vemos na terceira conclusão do *Homo sacer I* e em passagens importantes de “Quel che resta di Auschwitz”, o *Konzentrationslager*¹², diferentemente de ser visto como uma situação limítrofe, é o paradigma “normal” da “biopolítica” do ocidente, o novo *nomos* da terra.

Por mais que critique o caráter supostamente “indizível” da Shoah¹³ presente em inúmeros intérpretes dos campos de concentração (em irônica alusão Agamben os chama de “sacralizadores baratos”), o filósofo italiano mantém uma espécie de apego demasiado a “significantes constitutivos”, “originários”, que vinculariam diacronicamente a existência e operacionalidade de um conceito, instituto ou sistema cultural. A despeito do filósofo italiano dizer-se um “continuador” de pontos inconclusos da filosofia foucaultiana, tais generalizações são muitas vezes conflitantes com as problematizações foucaultianas, circunscritas a configurações históricas mais delimitadas.

Também penso que a questão arendtiana de “A Condição Humana”, de 1958, não permite aproximações com a hipótese biopolítica, conceito distante de uma pensadora proveniente do idealis-

mo alemão, para quem expressões como “politização da vida” seriam vistas como uma contradição em termos. Foucault era muito conhecido nos EUA na década de 70, o que se comprova pelas inúmeras conferências que pronunciou em destacadas universidades americanas neste período. Porém, até onde se sabe, não despertou qualquer tipo de reação ou comentário de Arendt.

Sobre Benjamin, penso que traduzir “das bloße Leben” (conceito surgido no ensaio “Para uma crítica da violência”, de 1920), como “vida nua” não é apenas um erro etimológico, como amiúde nos mostra Jeanne Marie Gagnebin¹⁴. Penso que há uma importante dimensão da filosofia benjaminiana que é perdida nesta definição. O conceito de “mera vida”, em Benjamin, liga-se a uma particular metafísica, típica dos textos do jovem Benjamin. Não a mera existência, mas apenas a existência justa, histórica, é que pode ter um sentido: a vida humana não tem um valor absoluto em si. Há, inicialmente, uma grande semelhança entre os argumentos de Agamben em torno da “vida nua” e as análises de Benjamin em torno da “mera vida”. O importante é que os desdobramentos são outros. Não é apenas que exista um vínculo mágico, arcaico, entre “mera vida” e violência mítica. Está em questão, em Benjamin, um vínculo indissociável da vida humana à história. A sacralidade da “mera vida” é apresentada por Benjamin como um mito espúrio, um dogma moderno, pois a “mera vida” nunca poderá ser sacra.

De todo modo, a crítica de Agamben a Foucault será matizada nas décadas posteriores (o *Homo sacer I* é de 1995, mas só foi publicado no Brasil em 2002) e, francamente, não podemos cobrar purismo filoló-

¹² **Konzentrationslager**: Na língua alemã significa campo de concentração. (Nota da **IHU On-Line**).

¹³ **Shoah**: Em hebraico, a palavra “Shoah” significa catástrofe, hecatombe, destruição e não tem a conotação sacrificial da palavra holocausto, que é um termo amplamente difundido (Nota do **IHU On-Line**).

¹⁴ **Jeanne Marie Gagnebin de Bons** (Lausanne, 1949): é uma professora, filósofa e escritora suíça, residente no Brasil desde 1978. Especialista na obra de Walter Benjamin, é autora ou co-autora de vários livros; escreveu inúmeros artigos e organizou diversas coletâneas de textos. (Nota da **IHU On-Line**).

gico de um filósofo, pois a apropriação agambeniana destes autores é operativa, construtiva, trata-se de ler para formular conceitos que são exclusivamente de Agamben. Engana-se quem tenta encontrar uma leitura fiel de Benjamin, de Arendt¹⁵ ou de Foucault¹⁶ na obra do filósofo italiano, uma vez que se tratam de leituras estratégicas e de construções de pensamento ligados a Agamben como filósofo, assim como Arendt interpretou Marx¹⁷, ou como Heidegger leu os

15 **Hannah Arendt** (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição mais recente da **IHU On-Line** que abordou o trabalho da filósofa foi a 438, *A Banalidade do Mal*, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon438>. Sobre Arendt, confira ainda as edições 168 da **IHU On-Line**, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/ihuon168>, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível em <http://bit.ly/ihuon206>. (Nota da **IHU On-Line**).

16 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *História da loucura e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault*. (Nota da **IHU On-Line**).

17 **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cadernos IHU Ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título

antigos. Foucault em Agamben; Marx em Arendt ou Parmênides em Heidegger são nomes figurantes. Fazer filosofia é estar sempre no limiar da traição filológica, no contrapelo da tradição consolidada, por isso é tão difícil fazer filosofia no interior das universidades.

Sobre a "crítica fundamental à política ocidental", penso que não podemos ler Agamben de forma agambeniana. Não há *uma* crítica, mas questões colocadas em um campo amplo de dispositivos e áreas. Não há apenas denunciamento, mas proposições metodológicas e, sobretudo, críticas não apenas à política em sentido estrito (aos parlamentos, à violência soberana, ao girar no vazio dos processos contemporâneos de subjetivação, etc., etc.), mas à longa tradição da teoria e filosofias políticas da modernidade, que deixaram impensada - para ficar em apenas um importante exemplo - a questão governamental que subjaz na concepção de política no ocidente. É como se ainda falássemos de protocolos de legitimação ou de comunicação (Rawls¹⁸,

lo A (anti)filosofia de Karl Marx, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra de Marx *O Capital*, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**).

18 **John Rawls** (1921 - 2002): foi um professor de filosofia política na Universidade de Harvard, autor de *Uma Teoria da Justiça* (*A Theory of Justice*, 1971), *Liberalismo Político* (*Political Liberalism*, 1993) e *O Direito dos Povos* (*The Law of Peoples*, 1999). Retomando a teoria do contrato social, Rawls propõe-se a responder de que modo podemos avaliar as instituições sociais: a virtude das instituições sociais consiste no fato de serem justas. Em outros termos, para o filósofo norte-americano, uma sociedade bem ordenada compartilha de uma concepção pública de justiça que regula a estrutura básica da sociedade. Com base nesta preocupação, Rawls formulou a teoria da justiça como equidade. (Nota da **IHU On-Line**).

Habermas¹⁹, Alexy²⁰, etc.), de formas de constituições edulcoradas como democráticas, enquanto os Estados ocidentais estão mergulhados na mais mesquinha economia financeira maquinica a fim de proteger bancos e conglomerados especulativos - vide o sequestro do referendo grego pela tecnocracia econômica - metamorfoseando-se, ademais, em máquinas de guerra em sentido estrito. Perguntará Agamben: será uma metamorfose recente? Ou será que esteve presente desde o início da tradição do termo política? Interessante, hoje, é analisar a crítica feita a Agamben por filósofos como Jacques Rancière²¹: leio

19 **Jürgen Habermas** (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito, o qual encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o logos deve contruir-se pela troca de idéias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos, estabelecendo-se o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. (Nota da **IHU On-Line**).

20 **Robert Alexy** (1945): é um dos mais influentes filósofos do Direito alemães contemporâneos. Graduou-se em direito e filosofia pela Universidade de Göttingen, tendo recebido o título de PhD em 1976, com a dissertação *Uma Teoria da Argumentação Jurídica*, e a habilitação em 1984, com a Teoria dos Direitos Fundamentais - dois clássicos da Filosofia e Teoria do Direito. A definição de direito de Alexy parece com uma mistura do normativismo de Hans Kelsen (o qual foi uma versão influente do positivismo jurídico) e o jusnaturalismo de Gustav Radbruch, mas a teoria da argumentação o colocou bem próximo do interpretivismo jurídico. É professor da Universidade de Kiel e em 2002 foi indicado para a *Academy of Sciences and Humanities at the University of Göttingen*. Em 2010 recebeu a Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha. (Nota da **IHU On-Line**).

21 **Jacques Rancière** (1940): filósofo argentino, professor na universidade de Paris 8. Pensa a história, a sociedade, os movimentos políticos ou o cinema. É colaborador frequente da lendária revista *Cahiers du Cinéma* - de forma a apresentar ao seu leitor e ouvinte um novo contexto e, como consequência, uma nova possibilidade para se entender a cultura, o poder ou a força das ideologias. Um dos colaboradores do pensador Louis Althusser no volume *Lire le Capital* (*Ler o Capital*). É o autor de *Os nomes da história* - Um ensaio de poética do saber (*Educ*), *Políticas da escrita*, *O desentendimento: política e filosofia* (ambos pela ed. 34) e *O mestre ignorante* (ed. Autêntica), entre outras obras. Esteve no Brasil em 2005, quando participou do Congresso Internacional do Medo, que aconteceu

“O ódio à democracia”, de 2005, como uma crítica muito perspicaz de Rancière a Agamben, não deixando de considerar pontos importantes ligados ao diagnóstico agambeniano.

IHU On-Line - Com a publicação de *Stasis* (Homo sacer, II, 2 (Vicenza: Neri Pozza, 2014)), o que muda ou se aprofunda na concepção política de Agamben, se pensarmos no conceito de poder destituente? Como podemos entender adequadamente essa ideia?

Jonefer Francisco Barbosa - *Stasis* resulta de dois seminários ministrados por Agamben na Universidade de Princeton, em outubro de 2001. Nesta pesquisa sumária, Agamben pretende analisar a guerra civil como “paradigma” da política ocidental, valendo-se de dois exemplos: as pesquisas da filósofa e historiadora da filosofia Nicole Loraux²² acerca do instituto na *stasis* na Grécia clássica e uma “iconologia filosófica” da conhecida gravura presente no frontispício da primeira edição do *Leviatã* hobbesiano, de 1651. Como nos lembra Andrea Cavalletti²³,

em São Paulo e no Rio de Janeiro. (Nota da IHU On-Line).

²² **Nicole Loraux** (1943 – 2003): foi uma historiadora e helenista francesa. Se doutorou com a tese “L’Invention d’Athènes. Histoire de l’oraison funèbre dans la cité classique”, sob a orientação de Pierre Vidal-Naquet; o texto foi publicado de imediato por ser considerado um estudo pioneiro sobre a função cultural da retórica na democracia ateniense. Foi diretora de estudos no departamento de História e Antropologia da pólis grega, na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Ademais, se formou na Escola de Paris (de antropologia), juntamente com três grandes helenistas: Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal-Naquet e Marcel Detienne. Conduziu seu trabalho no sentido de um amplo diálogo entre História, Antropologia e Psicanálise. (Nota da IHU On-Line).

²³ **Andrea Cavalletti** é professor de Estética e Literatura Italiana na Universidade IUAV de Veneza, e orador convidado para conferências em todo o mundo. Editor de várias obras, publicou ensaios nas áreas da literatura, da filosofia, da filosofia política e do urbanismo. Entre outros textos, é autor de *La città biopolitica: Mitologie della sicurezza* [A cidade biopolítica: mitologias da segurança] (Milão: Bruno Mondadori, 2005). Andrea Cavalletti colabora também com diversas publicações periódicas, como *Il Manifesto*. (Nota da IHU On-Line).

dando sequência a “Estado de Exceção” e precedendo “O Sacramento da linguagem” este texto, por mais que seja considerado o último da série “Homo sacer”, ainda faz parte da problematização das formas jurídico-políticas, precedendo o debate acerca da “genealogia teológica da economia” estabelecida em “O Reino e a Glória”.

Embora Agamben apresente as pesquisas de “Homo sacer” como um programa de pesquisas, não devemos entendê-lo de maneira sistemática e linear, o que seria desconsiderar um aspecto decisivo para o método agambeniano que é o de pensar a partir de exemplos - em seu vocabulário, paradigmas. Neste sentido, é muito difícil - ou até mesmo conceitualmente arriscado - supor um fio condutor único em termos de conteúdo e definições em toda a obra agambeniana: *corpus* que lembra muito mais um mosaico de questões em torno de casos, quase ao estilo dos juriconsultos romanos (com o perdão do anacronismo), sem que seja lhe possível retirar o caráter erudito de pesquisa, no sentido mais clássico deste termo. Não sei se há um conceito de “poder destituente” na obra de Agamben, como haveria o conceito de “vontade geral” em Rousseau²⁴ ou “valor de troca”, em Marx. O que temos é uma leitura singularíssima do debate Benjamin-Schmitt e a proposição de um

²⁴ **Jean Jacques Rousseau** (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador, confira a edição 415 da **IHU On-Line**, de 22-04-2013, intitulada *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponível em <http://bit.ly/ihuon415>. (Nota da IHU On-Line).

dispositivo de explicação a partir desta constelação de conceitos, cenário histórico e autores. Isso vale para a leitura da potência em Averrois²⁵ ou em Melville; para a esfera do uso a partir do movimento franciscano; para a *oikonomia* no interior de textos crípticos dos Padres da Igreja; ou para o conceito de profanação a partir do direito romano.

Penso que talvez seja esta uma das dificuldades ao se estudar certos filósofos contemporâneos, entre os quais Agamben é um caso exemplar, nos cursos de filosofia do Brasil: a tendência de enquadrar, de tornar monolítico o pensamento de autores que se apresentam sobretudo como leitores, no espaço de uma leitura que a todo instante faz proliferar conceitos e diagnósticos em torno do presente. Assim, é impossível dizer que Agamben defende um poder destituente - como fora um ente substancial, autônomo aos textos e reconhecível no mundo cotidiano. Não podemos elevar alguns filósofos a super-heróis demiúrgicos detentores das coordenadas do *que* e do *como* fazer politicamente. A filosofia é extremamente modesta, podendo lembrar um jogo infantil e diletante, mas é justamente de sua fraca força, de seus limites insuperáveis, que ela pode nos fazer pensar, sem fechamentos, à maneira de um exercício lúdico e interminável. ■

²⁵ **Averróis** (Abū al-Walid Muhammad Ibn Ruchd) (1126-1198): árabe, foi um filósofo, médico e polímata muçulmano andaluz. Seu nome “Averróis” é uma distorção latina do antropônimo árabe. Estudou diversas ciências e filosofia. Alcançou celebridade com sua obra *Comentários Sobre Aristóteles*, composta de duas partes: *Schard* (Grande Comentário) e *Telkhis* (Resumo). Considerado um dos maiores conhecedores da filosofia aristotélica, Averróis afirmava a subordinação da religião à filosofia quando as argumentações delas fossem contrastantes, e considerava a religião como uma filosofia simbólica para o vulgo. Precursor dos filósofos heréticos, no islamismo e no cristianismo, que rejeitavam o dogma da ressurreição dos mortos. Deixou também um tratado de medicina, trazido para o latim com o título de *Colliget*. (Nota da IHU On-Line).

ENTREVISTA

A morte da democracia e a farsa neoliberal da neutralidade da moeda

O professor e pesquisador italiano Andrea Fumagalli analisa a maneira pela qual o neoliberalismo fundamenta-se a partir da ideia de neutralidade da moeda

Por Márcia Junges | Tradução Ramiro Mincato

“**O** pensamento neoliberal fundamenta-se no conceito de neutralidade da moeda e na suposição da perfeita competição nos mercados financeiros. Na verdade, os mercados financeiros não são imparciais e neutros, mas expressão de uma hierarquia bem precisa: longe de serem concorrenciais, escondem uma pirâmide que vê, na parte superior, poucos operadores financeiros controlando mais de 65% de fluxos globais e, na base, uma miríade de pequenos investidores e operadores desempenhando uma função passiva. Tal estrutura permite que poucas empresas tenham capacidade de atingir e afetar a dinâmica do mercado.

As agências de rating (amiúde em conluio com as financeiras) ratificam, de modo instrumental, decisões oligárquicas, tomadas de tempos em tempos. Com tal farsa, o pensamento neoliberal tenta fazer passar como objetiva, neutra e naturalmente dada, uma estrutura de poder que, ao contrário, objetiva favorecer uma distribuição que vai dos mais pobres para os mais ricos”. A reflexão é do economista italiano Andrea Fumagalli, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. E acrescenta: “A democracia está morta exatamente

no momento que tem início a parábola do capitalismo cognitivo”.

Andrea Fumagalli é Doutor em Economia Política, professor no Departamento de Economia Política e Método Quantitativo da Faculdade de Economia e Comércio da Università di Pavia, Itália. Seus temas de interesse são teoria macroeconômica, teoria do circuito monetário; economia da inovação e da indústria, flexibilidade do mercado de trabalho e mutação do capitalismo contemporâneo: o paradigma do capitalismo cognitivo, entre outros.

Dentre seus vários livros publicados, citamos: *Il lavoro. Nuovo e vecchio sfruttamento* (Milão: Punto Rosso, 2006), *Bioeconomia e capitalismo cognitivo. Verso un nuovo paradigma di accumulazione* (Roma: Carocci Editore, 2007) e *La crisi economica globale* (Verona: Ombre corte, 2009).

Em 2010 Fumagalli participou com uma conferência do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana, quando falou sobre A financeirização como forma de biopoder.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 20-09-2015, disponível em <http://bit.ly/1h2xdah>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que une bioeconomia e capitalismo cognitivo?

Andrea Fumagalli - O atual paradigma de acumulação chama-se “capitalismo cognitivo”. Conforme Carlo Vercellone, “o termo capitalismo designa aquelas variáveis fundamentais do sistema capita-

lista que permanecem, mesmo transformando-se: em particular, a preponderância do lucro e da relação salarial ou, mais precisamente, as diferentes formas de trabalho dependente, das quais se extrai a mais-valia; o atributo cognitivo evidencia a nova natureza do tra-

balho, as fontes de valorização e a estrutura da propriedade, sobre as quais se funda o processo de acumulação e das contradições que esta mutação gera”.

A centralidade das economias de aprendizagem e do trabalho em rede, típicas do capitalismo cog-

nitivo, vai sendo questionada no início do novo milênio, na sequência do rebentamento da bolha especulativa da *Net-Economy*, em março de 2000. O novo paradigma cognitivo não é capaz de evitar sozinho a instabilidade do sistema socioeconômico que o caracteriza. É necessário injetar nova liquidez nos mercados financeiros.

A capacidade de os mercados financeiros gerarem “valor”, na verdade, depende do desenvolvimento de “convenções” (bolhas especulativas), capazes de criar expectativas tendencialmente homogêneas, que empurram os principais operadores financeiros a se concentrarem em determinados tipos de atividades financeiras. Nos anos 1990, de fato, foi a *Net-Economy*, na década de 2000 a atração veio do desenvolvimento dos mercados asiáticos (a China entrando na OMC, em dezembro de 2001) e imobiliário.

Hoje a tendência é concentrar-se na manutenção do welfare europeu. Independentemente do tipo de acordo dominante, o capitalismo contemporâneo está constantemente procurando novas áreas sociais e vitais, onde devorar e mercantilizar, até interessar-se, crescentemente, nas que são as faculdades vitais dos seres humanos. É o que, nos últimos anos, chamou-se de bioeconomia e biocapitalismo. Podemos, então, propor a junção do capitalismo cognitivo com a bioeconomia: “capitalismo biocognitivo” é a definição terminológica do capitalismo contemporâneo.

IHU On-Line - Por que a crise financeira, enfrentada em diversos países, é uma crise de governança financeira do biopoder atual? A partir deste cenário, em que medida se pode dizer que a financeirização atinge todas as áreas de nossas vidas? Quais são as implicações fundamentais?

Andrea Fumagalli - Os mercados financeiros são o coração batendo, o conhecimento do cérebro, as atividades relacionais, o sistema ner-

vos. O capitalismo biocognitivo é um corpo único, no qual não é possível separar a esfera do “real” da esfera “financeira”; a esfera produtiva, da esfera improdutiva; o tempo de trabalho, do tempo de vida; e a produção, da reprodução e do consumo.

Em geral, a financeirização marca a transição final do dinheiro-mercadoria para o dinheiro-símbolo. Com a desmaterialização total do dinheiro (após o colapso de Bretton Woods, em 1971, e do fim da paridade fixa dólar-ouro), os mercados financeiros definiram convenções sociais e hierárquicas capazes de fixar, em pouco tempo, o valor da moeda. E, ao mesmo tempo, permitem que se mantenham abertas as relações de débito e crédito, contanto que haja confiança suficiente nos operadores.

Os mercados financeiros, portanto, fornecem o lubrificante para o processo de acumulação: no sistema capitalista, no entanto, não existe acumulação sem endividamento. Não é por acaso que, dos anos 1990 em diante, proveem o financiamento das atividades de acumulação: a liquidez atraída pelos mercados financeiros premia a reestruturação da produção voltada a explorar os conhecimentos e os controles dos espaços externos da empresa.

Em segundo lugar, na presença de mais-valia, os mercados financeiros desempenham, no sistema econômico, o mesmo papel que no capitalismo fordista-industrial era desempenhado pelo multiplicador keynesiano (ativado pelos gastos deficitários). No entanto - ao contrário do clássico multiplicador keynesiano -, o novo multiplicador financeiro leva a uma redistribuição distorcida da renda. Para que este multiplicador seja operacional (>1) requer-se que a base financeira (ou seja, a extensão dos mercados financeiros) esteja constantemente em aumento, e que os ganhos de capital acumulados sejam, em média, superiores à perda do salário mediano. Por outro lado,

a polarização das rendas aumenta o risco de insolvência das dívidas, que estão na base do crescimento da mesma base financeira, e diminui o salário médio. Daqui resulta que o biocapitalismo cognitivo é estruturalmente instável.

Quando o lucro vira renda

Em terceiro lugar, os mercados financeiros, canalizando de forma forçada parte crescente da renda do trabalho (liquidação e previdência, além das rendas que, através do Estado social, se traduzem em instituições de tutela da saúde e da educação pública), substituem, assim, o Estado como segurador social. Deste ponto de vista, eles representam a privatização da esfera reprodutiva da vida.

Finalmente, os mercados financeiros são o lugar onde se fixa hoje a valorização capitalista, ou seja, o local da medição da exploração da cooperação social e do intelecto geral através da dinâmica de valores de mercado. O lucro é transformado, assim, em renda (cf. Tese 3), e os mercados financeiros tornam-se o lugar da determinação do valor-trabalho, que é transformado em valor-financeiro, que não é senão a expressão subjetiva de futuros lucros obtidos pelos mercados financeiros, que se apropriaram, dessa forma, de uma anuidade. Os mercados financeiros exercem, por conseguinte, o biopoder.

IHU On-Line - Neste contexto, que importância tem o neoliberalismo como fundamento da financeirização?

Andrea Fumagalli - O pensamento neoliberal fundamenta-se no conceito de neutralidade da moeda e na suposição da perfeita competição nos mercados financeiros. Na verdade, os mercados financeiros não são imparciais e neutros, mas expressão de uma hierarquia bem precisa: longe de serem concorrenciais, escondem uma pirâmide que vê, na parte superior, poucos

operadores financeiros controlando mais de 65% de fluxos globais e, na base, uma miríade de pequenos investidores e operadores desempenhando uma função passiva. Tal estrutura permite que poucas empresas tenham capacidade de atingir e afetar a dinâmica do mercado. As agências de rating (amiúde em conluio com as financeiras) ratificam, de modo instrumental, decisões oligárquicas, tomadas de tempos em tempos.

Com tal farsa, o pensamento neoliberal tenta fazer passar como objetiva, neutra e naturalmente dada, uma estrutura de poder que, ao contrário, objetiva favorecer uma distribuição que vai dos mais pobres para os mais ricos.

IHU On-Line - Quais são os espaços e os limites da democracia neste cenário? Que novas formas políticas surgem como resistência e confronto?

Andrea Fumagalli - No mesmo momento em que as hierarquias do mercado ditam as escolhas da política econômica, e o próprio mercado estabelecer as regras das relações humano-sociais, a democracia, entendida como processo de decisão resultante de um princípio dialético, está morta. A democracia está morta exatamente no momento que tem início a parábola do capitalismo cognitivo.

IHU On-Line - Vale a pena analisar esta predominância da economia sobre a política como elemento explicativo da desconfiança da política e da apatia dos eleitores? Por quê?

Andrea Fumagalli - A desconfiança da “política” surge no exato momento em que ela se torna uma caixa vazia, que ratifica decisões tomadas em outros lugares. É consequência, não causa, da prevalência do poder econômico sobre o poder político e sobre o direito.

IHU On-Line - Como entender que governos de esquerda, como

no Brasil, Bolívia e Equador, professessem um modelo de desenvolvimento não sustentável, ignorando as terras indígenas com a construção de barragens e estradas, por exemplo?

Andrea Fumagalli - As compatibilidades econômicas e a subsunção da vida e da natureza são alheias às diferenças entre “direita” e “esquerda”, enquanto normas garantem um processo de acumulação originária, da qual, junto à exploração e à comercialização da vida, o processo de valorização não pode prescindir. No limite, se houver alguma diferença entre direita e esquerda, elas dirão respeito não à esfera das modalidades de acumulação, mas à esfera da distribuição. Uma lei como o Bolsa Família, por exemplo, dificilmente teria sido promulgada por um governo de direita.

IHU On-Line - De que modo se pode falar de outra economia, num contexto marcado pela hegemonia do mercado financeirizado?

Andrea Fumagalli - Pode-se falar de “outra economia”, se esta outra economia não só puder exercer o poder de decisão sobre como produzir, o que produzir e de que modo produzir, mas, propedeuticamente, tiver autonomia de decisão, não sujeita às restrições e ao comando da financeira. E, para chegar a essa autonomia decisional (que, por exemplo, a Grécia não pode exercer, apesar de Syriza ter conquistado poder decisional), é necessário autonomia, do ponto de vista do circuito monetário-financeiro. Para isto, então, é necessário construir um circuito monetário alternativo, complementar e não substitutivo do tradicional, submetido ao comando da Troika, emitindo, sob controle democrático, uma moeda paralela, utilizável para produção de valor de uso interno, de trabalho e de impostos. Chamamos esta moeda complementar de Moeda Social!

IHU On-Line - No interior de uma companhia capturada pelo dispositivo financeirizado, como analisa as críticas do Papa Francisco à globalização da indiferença e o lançamento da encíclica Laudato Si’, que prega uma ecologia integral, em termos ambiental, econômico e social?

Andrea Fumagalli - Acredito que seja um convite à governança capitalística em grau de levar a sério os vínculos do ecossistema, que agora, em termos físicos, foram alcançados. O nível de entropia da produção atual é tal, que o globo terrestre corre o risco de transformações climáticas irreversíveis.

IHU On-Line - Em entrevista à IHU On-Line, em 2010, você disse que um dos principais efeitos do biocapitalismo sobre o trabalho é o controle das faculdades cognitivas do ser humano, e não apenas o disciplinamento do corpo. Quais são os impactos desta realidade para a autonomia e para a subjetividade dos contemporâneos?

Andrea Fumagalli - Este acompanhamento, que hoje chamaríamos de “subsunção da vida”, é realizado através de três mecanismos principais: precariedade (envolvendo chantagem), dívida (que implica dependência e culpabilidade) e competição individual (que implica tendência ao reconhecimento social e ao mérito, em detrimento dos outros). Todos convergem em direção a um comportamento autointeressado e a uma ruptura dos laços sociais, como também à criação de um consenso passivo tal para garantir o poder existente e impotencializar quem luta por um mundo melhor.

IHU On-Line - Em que medida este controle das faculdades cognitivas torna-se trabalho precário e de sujeição do trabalhador?

Andrea Fumagalli - Por meio da chantagem, da dívida, da (parcial) lobotomia cerebral, da resignação. ■

IHU ON-LINE



INSTITUT
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Tema de Capa

O reajuste que retrocede e ainda rasga a Constituição

Para Eduardo Fagnani, o ajuste fiscal mata a inclusão social conquistada pela geração de emprego, atacando direitos sociais assegurados pela Constituição

Por João Vitor Santos

“É um contrassenso, porque numa fase de desaceleração cíclica da economia é feita uma política pró-cíclica que agrava a recessão. Ou seja, você corta gastos, corta investimentos, o que faz com que a atividade econômica caia, e as receitas caem muito mais rapidamente do que o corte de despesas”. É assim que o economista Eduardo Fagnani define a política de ajuste fiscal adotada pelo governo de Dilma Rousseff. Ele entende essa manobra como ação para atender a interesses de uma elite econômica e política que ainda não aceitou políticas sociais trazidas pela Constituição de 1988. “A Constituição de 1988 é um marco no processo indenizatório do Brasil. No entanto, hoje em dia, os representantes do sistema financeiro culpam a Constituição pelo problema fiscal. Estão dizendo que a democracia brasileira não cabe no orçamento. Estão dizendo que só é possível reestruturar a dívida pública se ‘rever o pacto da redemocratização’. Quer dizer, eles querem rasgar a Constituição da República”, dispara.

Ainda sobre política social, entende que o grande avanço dos últimos anos foi a geração de emprego e renda. “A

melhor política social é o emprego. As conquistas recentes, do ponto de vista da inclusão social, foram apoiadas essencialmente na geração de empregos e na valorização do salário do trabalhador”, explica. Mais uma vez, vê o arrocho fiscal como ameaça a essa conquista significativa. “Um programa recessivo desse tipo está produzindo um retrocesso no mercado de trabalho que é, na verdade, a base para essa inclusão social”, diz. Na entrevista, concedida por telefone à IHU On-Line, Fagnani ainda avalia as políticas de inclusão baseadas no consumo. Para ele, além de estimular o investimento, é preciso pensar em baixar juros e fazer reformas estruturantes. “Tivemos a inclusão pelo consumo, mas não ampliamos de forma significativa a inclusão pela cidadania”, pontua.

Eduardo Fagnani é graduado em Economia pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Ciência Política e doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Atualmente leciona no Instituto de Economia da Unicamp e coordena a rede Plataforma Política Social.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como analisa a discussão e a condução do ajuste fiscal do Governo Federal?

Eduardo Fagnani - O ajuste fiscal está partindo de um diagnóstico equivocado que foi divulgado por economistas liberais. Isso desde meados de 2014, a partir e em

função do contexto das eleições. Esse diagnóstico se deu porque o Brasil apresentou um déficit primário de 0,6% do Produto Interno Bruto - PIB. E por isso acabaram dizendo que o Brasil vivia uma crise “terminal”. Por outro lado, atribuem exclusivamente os problemas às decisões domésticas

que são adotadas. Não levam em conta a crise internacional de 2007 e 2008 e seus desdobramentos. E, mesmo com os equívocos que foram adotados, os indicadores internacionais - na comparação do Brasil com outros países - não apresentam nenhuma base



(reajuste fiscal) É uma política que em pouco tempo está destruindo grande parte da inclusão social que ocorreu nos últimos anos

para afirmar que até dezembro de 2014 o Brasil viveria uma crise.

Nós fizemos superávit primário durante mais de 14 anos, um superávit primário em torno de 3% do PIB. Em 2014, tivemos déficit primário de 0,6 do PIB. Mas quando olhamos para outros países vemos que nenhum dos países desenvolvidos, por exemplo, fez superávit primário de 2009 para cá. Em 2014 o déficit primário dos EUA foi 3,2% do PIB; no Japão, -7,1%; na França, -2,1%. A Índia não faz superávit primário desde 2009. A dívida líquida do Brasil, em relação ao PIB, caiu de 60 para 31% entre 2002 e 2013. Em 2014, subiu para 34 35%, alardeado pelos liberais como “crise terminal” da economia. Mas, mesmo assim, com relação ao passado, é uma relação confortável e também confortável na experiência internacional. A dívida líquida dos países desenvolvidos em relação ao PIB é mais que o dobro da Brasileira. Em alguns casos é mais que o triplo.

Terrorismo econômico

Isso foi uma crise amplificada pelo terrorismo econômico. Essa visão foi difundida pelos meios de comunicação, pela mídia, como se fosse um mantra. Diante da inanição da comunicação do governo e do discurso único dos economistas escalados pela mídia, criou-se um cenário de que o Brasil está numa crise “terminal”. E, infelizmente, o governo acabou sendo “convencido” por esse diagnóstico. É o que vemos hoje. A partir de 2015, sim, temos um projeto de política de austeri-

dade econômica, um programa de ajuste fiscal ortodoxo.

E é um contrassenso, porque numa fase de desaceleração cíclica da economia é feita uma política pró-cíclica. Ou seja, você corta gastos, corta investimentos, o que faz com a atividade econômica caia, e as receitas caem muito mais rapidamente do que o corte de despesas. Então, é um processo quase que extensivo.

E ainda não se leva em conta que o que se deve pensar é no déficit nominal. É ele quem leva em conta os juros. Por um lado, corta despesas sociais e investimentos e por outro aumenta as despesas com juros. Só para ter uma ideia: gastávamos até o ano passado cerca de 5,5% do PIB com juros e vamos gastar este ano 8 ou 9% do PIB com juros.

IHU On-Line - Como o ajuste fiscal está impactando os projetos sociais e as políticas públicas?

Eduardo Fagnani - Está havendo uma regressão social gravíssima. A melhor política social é o emprego. As conquistas recentes, do ponto de vista da inclusão social, foram apoiadas essencialmente na geração de empregos e na valorização do salário do trabalhador.

Portanto, um programa recessivo desse tipo está produzindo um retrocesso no mercado de trabalho que é, na verdade, a base para essa inclusão social. Para se ter ideia: em dezembro de 2014, a taxa de desemprego era de 4,8%. Como posso dizer que um país que tem essa taxa de desemprego está

em crise? No entanto, em meados de agosto essa taxa já subiu para 7,5%. Estima-se que até o final do ano chegue a 9 ou 10%. Geramos mais de 22 milhões de empregos nos últimos dez anos. Essa taxa já está sendo revertida. Para este ano, estima-se a perda de mais de 1 milhão de empregos formais. É uma política que em pouco tempo está destruindo grande parte da inclusão social que ocorreu nos últimos anos. Isso vai, necessariamente, ampliar a desigualdade no país, que é um dos mais desiguais do planeta.

IHU On-Line - Então, o senhor quer dizer que a política pública de inclusão está alicerçada na geração de emprego e renda?

Eduardo Fagnani - Muito se fala do Bolsa Família, que teve um papel importante na melhoria e distribuição da renda. Mas é um papel secundário. Mesmo os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea mostram que a contribuição do Bolsa Família foi de menos de 10%. Mais de 60% da melhoria da distribuição da renda do trabalho tem a ver com mercado de trabalho, incluindo geração de emprego e elevação do salário mínimo. E os outros 30% estão relacionados às transferências de renda da Seguridade Social brasileira, que inclui a previdência urbana, rural, seguro desemprego e os benefícios de assistência social - como pensão continuada.

Ou seja, esses benefícios totalizam mais de 40 milhões que são pagos diretamente. Desses 40 milhões, 70% equivale ao piso do salário mínimo. Como o salário mínimo subiu mais de 70% acima da inflação, isso foi determinante, junto com emprego e salário mínimo, para a melhoria da renda das famílias. Assim, ao fazer uma política recessiva desse jeito, por um lado se reduz a renda das famílias, há o impacto do desemprego e, por outro lado, fragiliza o financiamento da previdência e da seguridade social em grande medida baseado nas contribuições sobre a folha de salário.

IHU On-Line - Quais os instrumentos legais da Constituição de 1988 que permitiram tornar o país menos desigual e como esses instrumentos vêm sendo tratados hoje no Brasil?

Eduardo Fagnani - A Constituição de 1988 é um marco no processo indenizatório do Brasil. É a primeira vez que temos a ideia de direitos sociais, cidadania social, a ideia de que os direitos são para todos, são universais. No entanto, hoje em dia, os representantes do sistema financeiro culpam a Constituição pelo problema fiscal. Estão dizendo que a democracia brasileira não cabe no orçamento. Estão dizendo que só é possível reestruturar a dívida pública se "rever o pacto da redemocratização". Quer dizer, eles querem rasgar a Constituição da República.

Essa análise não é honesta com a História. Não é honesto atribuir à seguridade social da Constituição de 88 os problemas fiscais que o Brasil passou a ter a partir de 2015. Por outro lado, há certa desonestidade intelectual porque para provar seus argumentos - de que os gastos obrigatórios da previdência rural, urbana, da assistência social, crescem a uma taxa muito elevada - tomam como referência uma série de dados iniciada em 1993. E por que é desonesto? Porque foi exatamente a partir de 1993 que os direitos sociais de 88 passaram a ter vigor. Era a primeira vez na história que o trabalhador rural, por exemplo, tinha direito à aposentadoria. É a partir de 1995, 1996 que começa a vigorar os benefícios de prestação continuada. A partir de 1993 que começam a vigorar os benefícios de seguro desemprego e da própria previdência urbana. Entre 1995 e 1998, houve uma "corrida às aposentadorias". Muita gente antecipou a aposentadoria porque estava tramitando no Congresso a reforma da previdência restritiva, que foi feita pelo Fernando Henrique Cardoso¹ e aca-

bou sendo aprovada pela emenda constitucional nº 20, de 1998.

O que quero dizer é que há diversos fatores atípicos que não vão se repetir no futuro, mas que não são levados em conta nos cálculos, exatamente para responsabilizar a Constituição de 88 pelas questões fiscais. A desonestidade intelectual também se manifesta porque esses chamados guardiões da responsabilidade fiscal não escrevem uma só linha sobre a questão dos juros. A Previdência Social, por exemplo, custa cerca de 7,5% do PIB. Beneficia diretamente mais de 25 milhões de famílias e indiretamente cerca de 80 milhões de famílias. No entanto, este ano, vamos pagar cerca de 9% do PIB em juros que vão beneficiar, talvez, uma dezena de especuladores.

Os juros

Se estão preocupados com as contas públicas, deveriam se preocupar com a questão dos juros e com as transferências bilionárias do setor financeiro. É algo que não tem precedente no mundo. Há países que têm dívida três vezes maior do que a brasileira e pagam menos da metade dos juros que nós pagamos. Esse é o grande descalabro das contas públicas no Brasil: os juros. Não há economia que cresça com juros tão absurdos e totalmente fora dos parâmetros internacionais.

IHU On-Line - Qual seria a solução para atacar essa questão dos juros?

Eduardo Fagnani - Não há nenhuma razão técnica para os juros no Brasil serem essa extravagância. É uma questão de correlação política. Se nós mantivermos esse tripé macroeconômico, que é a questão de ter de fazer o superávit primário, ter o câmbio flutuante e ter a inflação dentro de determinada meta - e o Banco Central independente cuja única missão é

manter a inflação dentro da meta e só tem uma bala na agulha, que é aumentar a taxa de juros -, só chegaremos a um objetivo: preservar a riqueza financeira. Esse tripé não está voltado para a questão social e para o desenvolvimento do país.

Modelo esgotado

Quando se faz recessão e para combater a inflação aumentam os juros, os ganhos dos detentores da riqueza financeira são ainda maiores. O mais extraordinário é que esse tripé ortodoxo que está sendo aplicado no Brasil já foi questionado até pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e pelo Banco Mundial. Essas instituições já fizeram uma autocrítica. Já se fala que esse tipo de política vai levar à "estagnação secular", num termo que eles usam. Trata-se de uma "nova mediocridade", dizem. Diversos países no mundo já revisaram esse tripé macroeconômico. Em vários países o Banco Central tem por missão cuidar da inflação, mas também cuidar do bem-estar. O Federal² americano, que é a Meca do capitalismo, faz dois anos que anuncia que vai aumentar a taxa de juros dos Estados Unidos. Mas ele não aumenta, em parte, porque a recuperação do mercado de trabalho ainda não é consistente.

E, aqui no Brasil, o Banco Central só cuida da inflação. E dane-se o povo, dane-se o trabalho, o em-

² **Sistema de Reserva Federal** (em inglês, Federal Reserve System, mais conhecido como Federal Reserve e, informalmente, como The Fed) é o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos da América. A estrutura do Sistema de Reserva Federal é composta por um Conselho de Governadores (Federal Reserve Board), pelo Federal Open Market Committee (FOMC) e pelos doze presidentes de Federal Reserve Banks regionais, localizados nas maiores cidade do país, além de numerosos representantes de bancos privados dos Estados Unidos e diversos conselhos consultivos. O Sistema de Reserva Federal tem aspectos de natureza pública e de natureza privada, tendo sido concebido para servir tanto aos interesses do público em geral como dos banqueiros privados. Disso resulta uma estrutura considerada única entre os bancos centrais. Também não é usual que uma entidade de fora do banco central, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, crie moeda. (Nota da **IHU On-Line**)

¹ **Fernando Henrique Cardoso** (1931): Sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos

consecutivos. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combater à inflação. (Nota da **IHU On-Line**)

prego. Diversos países usam meta de inflação por um período de dois anos. Não tem que fazer a inflação chegar ao centro da meta naquele ano, pode ter um período de mais de dois anos. Tem também as chamadas bandas para superávit primário, que se não der para fazer naquele ano pode fazer no outro. Muitos países ainda medem a inflação pelo que eles chamam de "núcleo de preços"; é retirar da inflação choques atípicos, por exemplo, a questão do preço de alimentos e choques externos por causa de preços. E ainda há países onde tem a recomendação para que se controle o câmbio.

Aqui, essas ideias não chegam. Fazer o debate é algo considerado herético. Portanto, para rever os juros há várias maneiras. Mas uma delas é ao menos flexibilizar esse regime de inflação apoiado no tripé macroeconômico, que tem o único objetivo de preservar a riqueza financeira. Não há outro objetivo.

IHU On-Line - Voltando à questão da Previdência. O senhor fala em nova investida contra a Previdência. O que, especificamente, seria "nova investida" e quais as evidências dessa investida hoje?

Eduardo Fagnani - É basicamente essa ideia de que as despesas obrigatórias crescem numa taxa muito pesada e que se não se rever esse crescimento não vai se conseguir ter estabilidade fiscal. A maior parte dessas despesas obrigatórias está garantida pela Constituição de 1988. Mas qual é a maior? A Previdência, com 7% do PIB. Na verdade, o fato da Constituição de 88 capturar 7% do PIB nunca foi aceito pelas classes dominantes. Esse que é o ponto. Então o que faz? Demoniza a Previdência Social e cria mitos, mentiras, que são repetidas há mais de 20 anos.

Alguns mitos

A primeira mentira que existe: a Previdência tem déficit. É um absurdo. O que a Constituição fez? Copiou um modelo tripartite, um modelo clássico de financiamento da Previdência adotado na maior

parte dos países capitalistas. É a contribuição do trabalhador, contribuição da empresa e a contribuição do governo através dos impostos. Nós copiamos isso e criamos duas fontes para que o governo aportasse recurso. A contribuição sobre o lucro líquido e a contribuição sobre o faturamento. Foram criadas em 1988. Mas o que se faz? O que o Ministério da Previdência faz desde 1989? Contabiliza de forma inconstitucional. Só contabiliza a contribuição do trabalhador e a contribuição das empresas. A parte que cabe ao governo, diz que é déficit. E chama esse déficit de rombo. Isso é um mito, não é honesto dizer isso. Quando você cria um rombo que não é rombo, é a parcela do governo, é fácil convencer a sociedade de que se não rever e tornar as regras da Previdência mais regressivas não vai conseguir resolver a questão fiscal.

Outro mito que passou a ser repetido de forma escancarada: de que o Brasil não tem idade mínima (para aposentadoria). Isso não é verdade. Basta olhar o artigo 201, da Emenda Constitucional nº 20 (1998). Ele cria dois tipos de aposentadorias: aposentadoria por idade, 65 anos para homem e 60 para mulher, e 15 anos de contribuição. Mais de 60% das aposentadorias são por esse tipo. A outra forma de aposentadoria é por tempo de contribuição, 35 anos para homem e 30 para mulher. Aqui, não tem idade. Mas tem o Fator Previdenciário. E ele diz que se você tem 35 anos de contribuição, mas não tem 65 anos de idade, você vai ser penalizado. Vai haver uma redução na aposentaria até que chegue aos 65 anos. E essa parte de aposentadoria por tempo de contribuição representa cerca de 20, 25% das aposentadorias. E tende a declinar no futuro, pois é algo de quem adquiriu esses direitos na década de 70, 80, quando ainda tinha emprego fixo. Hoje em dia, para uma pessoa ter o emprego fixo no mercado de trabalho completamente flexível, é difícil. E cada vez vai ser mais difícil uma pessoa do setor privado ficar 35 anos num trabalho formal com carteira assinada.

São dois exemplos típicos de mitos que são ditos para demonizar a previdência e para culpá-la pelo desajuste fiscal. O que está em jogo aqui é fazer regredir a cidadania social assegurada pela Constituição de 88, que é um marco do processo civilizatório brasileiro.

IHU On-Line - Em que medida as políticas públicas brasileiras trabalham numa lógica de inclusão social pelo consumo? Quais os riscos?

Eduardo Fagnani - O que ocorreu nos últimos anos: teve aumento do emprego, da renda das famílias, tanto pelo mercado de trabalho como pelas transferências de renda. E isso potencializou a expansão do crédito. E, através do crédito, houve uma nova expansão pelo consumo. As pessoas passaram a comprar bens de primeira necessidade e eletrodomésticos. Isso é ruim? Não. Mas qual é o problema?

Lógicas da financeirização

O primeiro são as taxas de juros absolutamente exorbitantes do crédito privado. Veja o caso do cartão de crédito, que hoje está com juros de 400% ao ano. Então você dá o crédito e as pessoas têm renda e vão comprar. Mas vão comprar com o cartão de crédito ou vão fazer empréstimo no sistema bancário para poder comprar. Assim, tem uma transferência enorme de renda dos mais pobres para o sistema financeiro.

O segundo ponto é que houve um avanço na questão social, mérito dos governos recentes, mas esses governos não fizeram as reformas necessárias. Foi uma inclusão, mas sem reformas estruturais. É a reforma política, tributária... E são necessárias essas reformas para fazer a inclusão pela cidadania. Para que todas as pessoas tenham acesso aos serviços públicos essenciais básicos. Apesar de a Constituição definir que o SUS³ é público e uni-

³ **Sistema Único de Saúde (SUS)**: criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e n.º 8.142/90, com a finali-

versal, na verdade, desde os anos 1990, continua havendo uma mercantilização da saúde muito grande, e acesso desigual aos serviços entre classes sociais e regiões.

Temos, ainda, a partir dos anos 1980, a privatização do saneamento básico, do transporte público. Não capacitamos o Estado, tanto do ponto de vista do financiamento como do reforço do seu papel público, para que houvesse ampliação da oferta de bens e serviços sociais básicos de qualidade para a população. Temos enormes desigualdades de acesso tanto do ponto de vista da renda das pessoas quanto do ponto de vista regional. Um exemplo, chocante para mim, é que, na média nacional, só 46% das pessoas vivem em residências com coleta de esgoto. Tivemos a inclusão pelo consumo, mas não ampliamos de forma significativa a inclusão pela cidadania.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a Agenda Brasil⁴, no sentido

dade de alterar a situação de desigualdade na assistência à Saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto. Do SUS fazem parte os centros e postos de saúde, hospitais – incluindo os universitários, laboratórios, hemocentros (bancos de sangue), além de fundações e institutos de pesquisa, como a FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Vital Brazil. Confira a edição 260 da Revista IHU On-Line, de 02-06-2008, intitulada *SUS: 20 anos de curas e batalhas*, disponível para download em <http://bit.ly/adKNT5> e edição 376, de 17-10-2011, Sistema Único de Saúde. Uma conquista brasileira, disponível em <http://migre.me/5Z4lf>. (Nota da **IHU On-Line**)

4 O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU vem repercutindo uma série de notícias

da revisão de alguns direitos básicos e a possibilidade de cobrança, por exemplo, pelos serviços de saúde? E o que está por trás de suas propostas?

Eduardo Fagnani - A Agenda Brasil é uma reforma liberal e conservadora, exigida pelo mercado. Ao mesmo tempo que ataca a Constituição de 88, faz necessária uma agenda para o país que é privatizante. Veja a saúde. Cogitou-se até cobrar para planos de saúde. Foi aberta a saúde para o capital internacional. Há um projeto no Congresso Nacional que obriga as empresas a terem planos privados de saúde, subsidiados pelo Estado. É toda uma agenda privatista, liberal e que vai na contramão do que está na Constituição.

Infelizmente, nós estamos passando por um período em que parece que o objetivo das elites políticas brasileiras é fazer com que os direitos retrocedam para o século XIX. A terceirização do trabalho vai retroceder à CLT⁵ de 1943. Sem falar de outras conquistas da Constituição de 88, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e, agora, a redução da maioridade penal. Há um processo muito preocupante de retrocesso em políticas e ações que foram fundamentais para se ter um país menos desigual. Essas propostas destroem mecanismos para um projeto de desenvolvimento nacional que tenha por objetivo enfren-

acera da Agenda Brasil. Confira em <http://bit.ly/iiAmWda>. (Nota da **IHU On-Line**)
5 **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**: Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943 (Nota do **IHU On-Line**)

tar a maior chaga do Brasil, que é a desigualdade.

IHU On-Line - Como reagir a tudo isso?

Eduardo Fagnani - A única forma de reagir a isso é tentar aglutinar o campo progressista, tentando fazer contrapeso a essas mudanças. Vejo muita gente preocupada com isso. Recentemente foi lançada a frente Brasil Popular, e existem outras frentes se formando com esse objetivo. Hoje em dia, nenhum setor pode querer ser protagonista numa luta desse porte. Por outro lado, essas forças têm que, dentre outras medidas, solicitar e pressionar para que haja mudanças de rumo nas políticas econômicas. Sem mudança nos rumos da política econômica, dificilmente vai poder contar com o apoio da classe trabalhadora e das próprias pessoas que saíram da pobreza. É mais ou menos nessa linha que temos de agir. O que não é fácil. Procurando contribuir para este debate, um grupo de especialistas elaborou o documento "Por um Brasil Justo e Democrático", composto por dois volumes: "Mudar para sair da crise" e "O Brasil que queremos". A iniciativa é um convite para o debate amplo, plural e suprapartidário com movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, organizações da sociedade civil e personalidades do campo progressista mobilizados pela defesa da democracia, da legalidade, dos direitos sociais e civis e pela mudança imediata dos rumos da política econômica. ■

LEIA MAIS...

- *Política econômica ortodoxa e a nova rodada de supressão de direitos*. Entrevista com Eduardo Fagnani, publicada em *Notícias do Dia*, de 03-03-2015, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1LCFm1V>
- *Fator previdenciário é uma injustiça contra os mais pobres*. Entrevista com Eduardo Fagnani, publicada em *Notícias do Dia*, de 04-07-2012, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1KHat8c>

Política como ferramenta de disciplinarização dos sujeitos

Berenice Rojas Couto entende que não se pode reduzir a assistência social a um sistema gerencial, que apenas normatiza práticas pelas leis e serve a lógica do sistema capitalista

Por João Vitor Santos

Assistência social efetiva é aquela que garante aos indivíduos o acesso a direitos básicos. Mas o que é preciso - ou de que o Estado precisa - para que isso ocorra? Leis e políticas públicas. Mas por si só bastam? Não. A professora da Faculdade de Assistência Social da PUCRS, Berenice Rojas Couto, alerta que pensar uma assistência social baseada somente em leis e direitos reduz o campo à normatização. "É preciso enfrentar o desafio de não transformar o sistema em um sistema gerencial. Dessa forma corremos o risco de perder o grande ganho no campo da Assistência Social, qual seja, ser uma política social pública", destaca. Assim, ao constituir políticas públicas de forma vertical, impondo a inserção a todo custo, converte-se à lógica capitalista. "A exploração por meio da relação de mercado transforma os pobres em consumidores e trabalha na perspectiva de que isso sim é cidadania. Isso faz com que os indivíduos, por exemplo, sonhem em ter planos de saúde, quando temos um sistema de saúde público, universal. Isso faz com que os serviços possam cobrar atendimento, sem reconhecer o direito a ser protegido", completa.

Que caminho se deve percorrer para evitar que o debate se resigne a esses problemas? Para Berenice, pelo aparato político é possível superar essas crises. "Para que a Assistência Social seja efetivamente um direito social, é preciso dar a esse campo uma institucionalidade politizada, com debate sobre acesso, financiamento, enfim, todos os elementos da política", argumenta

a professora. Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ela vai além: "só há uma estratégia para fugir à lógica da mercadorização dos direitos sociais: é saturar de política o campo das políticas sociais. O debate atualmente tem sido feito com uma ênfase acentuada no aspecto gerencial e despolitizado das políticas sociais. É preciso apostar que o debate político trará para o campo da política social a participação popular, a disputa da classe trabalhadora pelo acesso à proteção social como direito", avalia. Além disso, "recomporá o campo público como o da explicitação e do acesso à proteção. E isso só poderá ser feito no coletivo, na luta coletiva, que rompa com o individualismo, tão cultuado nesses tempos de barbárie", complementa.

Berenice Rojas Couto é graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas - UCPEL. Doutorada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, atualmente é professora titular da Faculdade de Serviço Social da PUCRS e membro da Comissão Científica da Revista *Textos & Contextos*, da mesma Faculdade. Na área de Serviço Social, atua com Serviço Social e Política Social. Entre os temas que trabalha, destacam-se: assistência social, serviço social, direito social, sistema único de assistência social e cidadania. Entre seus textos publicados, destaca-se o livro *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* (São Paulo: Cortez Editora, 2004).

Confira a entrevista.



São necessários movimentos coletivos para garantir que as políticas sociais possam materializar-se na vida da população

IHU On-Line - Como pensar o Sistema Único de Assistência Social¹ para além de um processo vertical de constituição das políticas públicas?

Berenice Rojas Couto - A instituição do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, enquanto um sistema público, foi um marco importante no campo da política de assistência social. Tanto com o Sistema Único de Saúde - SUS², o sistema é a materialização de como a política entende sua responsabilidade no campo da prestação de serviços à população, esclarece seu âmbito de atuação e trabalha com a noção de política pública, organizando serviços, benefícios e a atuação da população em todas as estruturas do sistema.

1 Sistema Único de Assistência Social – SUAS: modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social. O SUAS foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a partir do previsto na lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). (Nota da **IHU On-Line**)

2 Sistema Único de Saúde – SUS: criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e n.º 8.142/90, com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à Saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto. Do SUS fazem parte os centros e postos de saúde, hospitais – incluindo os universitários, laboratórios, hemocentros (bancos de sangue), além de fundações e institutos de pesquisa, como a FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Vital Brazil. Confira a edição 260 da Revista **IHU On-Line**, de 02-06-2008, intitulada *SUS: 20 anos de curas e batalhas*, disponível para download em <http://bit.ly/adKNT5>, e edição 376, de 17-10-2011, *Sistema Único de Saúde. Uma conquista brasileira*, disponível em <http://migre.me/5Z4lf>. (Nota da **IHU On-Line**)

A verticalidade do sistema deveria ser um instrumento de identificar as responsabilidades dos entes federados, pois o sistema deve atuar de forma corresponsável entre as esferas de governo. As necessidades sociais a que ele deve responder devem ser desenhadas a partir das demandas da população, com a participação efetiva da mesma. Assim, embora o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS³ e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS⁴ tenham definido no sistema seu nível de cobertura, a necessidade da população no território onde eles atuam é que deve definir como os serviços serão executados. Embora corra o risco de repetir o desenho das políticas verticais, sem conexão com a realidade lo-

3 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS: uma unidade responsável pela oferta de serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social, nas áreas de vulnerabilidade e risco social. É a principal porta de entrada para os serviços do SUAS, possibilitando o acesso a um grande número de famílias à proteção social de assistência social. O CRAS tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS: unidade pública que oferta serviço especializado e continuado a famílias e indivíduos (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres), em situação de ameaça ou violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, situação de risco pessoal e social associados ao uso de drogas. A diferença com relação ao CRAS é a especialização dos serviços oferecidos. (Nota da **IHU On-Line**)

cal, o que é uma característica que marcou a política social brasileira por muito tempo, a lógica do SUAS enquanto concepção é exatamente romper com isso.

IHU On-Line - Em que medida a Política Nacional de Assistência Social - PNAS⁵ se horizontaliza nas especificidades das realidades locais? Quais os avanços e desafios?

Berenice Rojas Couto - A proposta explicitada na PNAS é exatamente buscar atender as realidades locais, as demandas da população a partir de um diagnóstico socio-assistencial e que proponha o enfrentamento das expressões da questão social que estão presentes nas realidades onde os serviços vão atuar. Os grandes desafios hoje estão explicitados em materializar em um campo que foi caracterizado como de filantropia e bemestar como política pública. Além disso, é preciso definir claramente como atender essas demandas na ótica do direito social, afastando os pré-conceitos em relação à população que é atendida pela política. Não raras vezes ela é destituída da condição de cidadã, afetada por critérios meritocráticos despolitizados.

Se hoje avançamos tendo criado um sistema público, reclamável pela população, ainda temos muito que avançar na compreensão do que significa ser assistido pela política. Assim, recuperando a noção de proteção social e de direito de cidadania. Nesse aspecto, é preciso assegurar que a cidadania aqui referida está vinculada à concepção de acesso à riqueza socialmente produzida, aquela a que todos deveriam ter acesso garantido.

5 Política Nacional de Assistência Social – PNAS: expressa o conteúdo da Assistência Social no Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. Busca transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que norteiam sua implementação, cumprindo nova agenda para a cidadania no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Em que medida a concessão de certificação de filantropia condiciona a política pública a um processo tecnificante, descolando-a da realidade e necessidade local?

Berenice Rojas Couto - A questão da certificação de filantropia deve ser avaliada para além da questão tecnificante, que certamente a concessão possui. Esse é um terreno bastante controverso no campo da política social brasileira. A certificação foi um dos instrumentos importantes na desresponsabilização do estado brasileiro com as políticas sociais. Desde o antigo Conselho Nacional de Serviço Social - CNA⁶, o governo brasileiro criou o sistema de desonerar fiscalmente entidades para prestarem, em seu nome, o atendimento à população pobre brasileira.

Essa forma de atuar criou uma grande rede de entidades no Brasil prestando atendimento. Essa concessão desde a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS⁷ afeta a Assistência Social, independente da política a que a entidade estava vinculada. Hoje foi possível regular o artigo sobre essa competência e as entidades que não estão afetadas à assistência social estão controladas pelas políticas correspondentes. Uma questão importante a ser analisada nesse campo: a partir da Constituição de 1988 e das leis ordinárias das políticas sociais, as entidades que recebem verba pública devem atender a população com caráter público. A prestação de serviços deve responder aos critérios das políticas sociais, com transparência, prestação de contas, parti-

⁶ **Conselho Nacional de Assistência Social - CNA**: é o órgão do governo brasileiro, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pela coordenação da política nacional de assistência social. Foi criado pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (Nota da **IHU On-Line**)
⁷ **Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS**: é a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que instituiu a Organização da Assistência Social no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

cipação da população. Isso criou uma necessidade de rever a relação público-privada.

Na Assistência Social, tem se debatido a criação do vínculo SUAS, que garantiria que as entidades que compõem o sistema de atendimento estariam submetidas às regras da política pública. Portanto,

“

É preciso construir caminhos coletivos que barrem os avanços do capitalismo predatório

não acredito que seja o processo de certificação um elemento central no descolamento, quando houver, da realidade e necessidade local. O elemento central ainda é a forma de estabelecer esse campo como responsável pela materialização da proteção social a ser assegurada e a potência do controle social da população sobre o atendimento de suas necessidades básicas.

IHU On-Line - Que avanços e limites o Sistema Único de Assistência Social trouxe para o exercício do profissional de serviço social?

Berenice Rojas Couto - Na verdade, não devemos avaliar o sistema em relação a uma profissão, embora seja preciso apontar que a instituição do SUAS abriu um grande espaço de mercado para os assistentes sociais. O assistente social compõe a equipe básica da política. Outro apontamento importante é que o campo das políticas sociais é por excelência um campo de atuação do Serviço Social, portanto analisar esse espaço criado é fundamental para a profissão. O Serviço Social tem produzido análises

importantes sobre as políticas sociais em geral, e particularmente em relação à assistência social. Desde o debate sobre assistencialismo até a luta pela aprovação da LOAS, o Serviço Social esteve presente nesse campo, buscando contribuir na perspectiva de garantir que os princípios do Código de Ética e seu compromisso com a classe trabalhadora estivessem materializados.

O trabalho na assistência social tem sido um grande desafio, uma vez que é preciso ir além das regulações institucionais e ter claro qual é a tarefa do Serviço Social nesse campo. Isso para garantir que a população tenha acesso aquilo que lhe é de direito. Esse trabalho exige, como bem nos aponta a professora Marilda Iamamoto⁸, um profissional sintonizado com o tempo presente, qualificado teórica e tecnicamente. De outra forma, podemos ficar reféns do senso comum, incorporar no trabalho critérios meritocráticos, trabalhar na perspectiva de enquadramento e acima de tudo despolitizar nossa relação com a população e a realidade que ela vive, culpabilizando a mesma pela situação que enfrenta.

Enfrentar o desafio do cotidiano do trabalho, seja ele em um CRAS, em um CREAS, ou numa entidade socioassistencial, exige do

⁸ **Marilda Villela Iamamoto**: Graduada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, é mestre em Sociologia Rural na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo - ESALQ/USP e doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade de São Paulo - PUCSP. É professora Titular da Faculdade de Serviço Social, prociencia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e membro do comitê editorial da revista *Em Pauta*. Teoria social e realidade contemporânea da FSS/UERJ. É, desde 2000, professora colaboradora visitante da Maestria em Trabalho Social da Universidad Nacional de La Plata - UNLP (Argentina); membro avaliador do Sistema Nacional de Acreditación de La Educación Superior - SINAES (Costa Rica) e assessora do Projeto de Capacitação a Distância (UnB/CEFESS/ABEPSS). É professora colaboradora do Mestrado em Política Social da Pontifícia Universidade Católica de Salvador - UCSAL e tem atuado como conferencista em vários eventos nacionais e internacionais. (Nota da **IHU On-Line**)

profissional compreender que seu trabalho deverá materializar uma relação que pressupõe o direito de pessoas serem protegidas das mazelas impostas pela sociedade capitalista. E que a política de assistência social é um espaço importante para reforçar sua condição de decidir sobre sua vida.

IHU On-Line - Como pensar o Direito Social⁹ e a Assistência Social¹⁰ na sociedade brasileira hoje? E como equalizar os dois campos sem se tornar refém da institucionalidade e distante da realidade dos indivíduos?

Berenice Rojas Couto - Em 2003, quando defendi minha tese de doutorado, a pergunta que busquei responder era se direito social e

⁹ **Direitos sociais:** são aqueles que visam garantir aos indivíduos o exercício e usufruto de direitos fundamentais, em condições de igualdade, para que tenham uma vida digna, por meio da proteção e garantias dadas pelo Estado Democrático de Direito. Os direitos sociais foram conquistados principalmente ao longo dos séculos, sendo a maioria deles no século XX por meio da pressão de movimentos sociais e de trabalhadores. Caracterizam-se por serem direitos fundamentais e necessariamente sujeitos à observância do Estado. A demanda por direitos sociais teve origem no século XIX, com o advento da Revolução Industrial, e eles foram primeiramente estabelecidos pelas constituições Mexicana em 1917 e de Weimar em 1919, mas foram positivados no âmbito internacional em 1948 por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e mais tarde detalhados no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em 1966. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Assistência Social:** é um dos três componentes do sistema de Seguridade Social no Brasil. Sua descrição e diretrizes básicas estão contidas na Constituição brasileira nos artigos 203 e 204, sendo que sua regulamentação está sistematizada pela Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Sua função é manter uma política social destinada ao atendimento das necessidades básicas dos indivíduos, mais precisamente em prol da família, maternidade, infância, adolescência, velhice, o amparo às crianças e aos adolescentes carentes, promoção da integração ao mercado de trabalho, bem como a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. As prestações de assistência social são destinadas aos indivíduos sem condições de prover o próprio sustento de forma permanente ou provisória, independentemente de contribuição à Seguridade Social. (Nota da **IHU On-Line**)

assistência social era uma equação possível. Minha pesquisa foi estudar todas as Constituições Brasileiras e ver como o direito social era ou não enunciado. Depois do estudo, e matizando as Constituições com o contexto societário, onde elas foram produzidas, minha pergunta ganhou uma resposta. Só é compatível a Assistência Social com o Direito Social se houver participação e pressão popular para isso.

As legislações, na maioria das vezes, são produtos de negociação, que precisam, como aponta Bobbio¹¹, ser protegidas. A história brasileira em relação às legislações mostra que a garantia de direitos não é efetivada apenas pela existência de legislação, embora seja fundamental legislar.

Considero também importante um nível de institucionalidade no campo das políticas sociais. Essas institucionalidades são parâmetros essenciais para que a população possa cobrar o atendimento. Mas reitero que na institucionalidade

¹¹ **Norberto Bobbio** (1910-2004): filósofo e senador vitalício italiano. Considerado um dos grandes intelectuais italianos, Bobbio era doutor em Filosofia e Direito pela Universidade de Turim, fez parte do grupo antifascista *Giustizia e Libertà* (Justiça e Liberdade). Adepto do socialismo liberal, Bobbio foi preso durante uma semana, em 1935, pelo regime fascista de Benito Mussolini. Em 1994, Bobbio assumiu publicamente uma posição contra as políticas defendidas por Silvio Berlusconi, que representava o centro-direita nas eleições gerais. Nesta altura, escreveu um dos seus ensaios mais conhecidos *Direita e Esquerda*, no qual se pronunciou contra a “nova direita”. Além desta obra, Bobbio assinou e realizou mais de 1.300 livros, ensaios, artigos, conferências e entrevistas. Norberto Bobbio recebeu o doutoramento Honoris Causa pelas Universidades de Paris, Buenos Aires, Madrid, Bolonha e Chambéry (France). Autor de livros de impacto, como *Direita e Esquerda* (São Paulo: Unesp, 2001), tinha como principais matrizes de sua obra a discussão da guerra e da paz, os direitos humanos e a democracia. Escreveu ainda *Teoria Geral da Política* (Rio de Janeiro: Campus, 1999); *Diálogo em Torno da República* (Rio de Janeiro: Campus, 2001); *Entre Duas Repúblicas* (Brasília: Ed. UnB, 2001); *Elogio da Serenidade* (São Paulo: Ed. Unesp, 2002); *O Filósofo e a Política* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2003). Em virtude de seu falecimento, aos 94 anos, a edição 89 da **IHU On-Line**, de 12-01-2004, apresenta a biografia de Norberto Bobbio, disponível em <http://bit.ly/ihuon89>. (Nota da **IHU On-Line**)

das políticas a participação popular, a conexão do atendimento das necessidades sociais da população são elementos fundamentais.

Para que a Assistência Social seja efetivamente um direito social é preciso dar a esse campo uma institucionalidade politizada, com debate sobre acesso, financiamento, enfim todos os elementos da política. É preciso enfrentar o desafio de não transformar o sistema em um sistema gerencial. Dessa forma corremos o risco de perder o grande ganho no campo da Assistência Social, qual seja, ser uma política social pública, reclamável por todos aqueles que dela precisarem, enunciado que podemos achar na definição constitucional da Seguridade Social e em todas as legislações concernentes à Assistência Social.

IHU On-Line- De que forma é possível conceber um sistema de proteção social que combine a atuação do Estado e do mercado, sem que esse sistema se torne uma engrenagem apenas a serviço do mercado?

Berenice Rojas Couto - Aqui temos uma questão que pouco se coloca na prestação de serviços no campo da Assistência Social. Se estivéssemos debatendo a saúde, esse é um dos grandes problemas. O que temos na Assistência Social é uma rede de entidades privadas, filantrópicas ou não, compondo o sistema de atendimento. A questão aí é como equalizar o comando único do serviço estatal na relação com a rede. É um grande desafio, mas não temos aqui a relação de mercadoria. Não tenho dúvida de que a tarefa do mercado na sociedade capitalista é lucrar, não rima com política pública e nem com prestação de serviços para todos, com qualidade.

Esse debate ganhou mais vigor nessa nova crise do capital. Nela a aliança com a classe trabalhadora construída nos 20 anos dourados,

conforme Hobsbawm¹², com a criação de vários sistemas protetivos e de legislações trabalhistas, estão sendo questionadas. Trata-se de retirar direitos sociais, com inúmeros ajustes fiscais, retomando a mercantilização desses direitos. É claro que o mercado segue separando aqueles que têm mais daqueles que não têm nada e criando importantes fissuras nas lutas dos trabalhadores.

Por isso, considero fundamental a defesa de proteção social sob responsabilidade estatal, como forma de participar da riqueza socialmente produzida. Defender o campo das políticas sociais em uma perspectiva universalizante, desmercadorizável é fundamental para não sucumbirmos à lógica da competição do mercado.

IHU On-Line - A senhora tem estudado os sistemas de proteção social do Brasil, Argentina, Chile e Cuba. O que tem encontrado de particularidades e distinções nessas realidades? Como cada país tem equalizado a atuação de Estado e mercado no sistema?¹³

Berenice Rojas Couto - Temos, em relação à proteção social, três realidades distintas. Em Cuba, a política social é responsabilidade estatal, universal e não existe nenhuma relação com mercado. Uma sociedade em transição para

¹² **Eric John Ernest Hobsbawm** (1917–2012): foi um historiador marxista britânico reconhecido como um importante nome da intelectualidade do século XX. Ao longo de toda a sua vida, Hobsbawm foi membro do Partido Comunista Britânico. Um de seus interesses foi o desenvolvimento das tradições. Seu trabalho é um estudo da construção dessas tradições no contexto do Estado-nação. Argumentou que muitas vezes as tradições são inventadas por elites nacionais para justificar a existência e importância de suas respectivas nações. (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ A professora realiza, há dois anos, uma pesquisa com a participação dos três países, sob a coordenação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo. Berenice coordena a equipe do Rio Grande do Sul que tem participação de pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. (Nota da **IHU On-Line**)

o socialismo, onde as necessidades básicas da população e as políticas sociais são direito dos cidadãos e dever do Estado. Lá é possível observar que o diálogo entre política econômica e política social é realizado horizontalmente.

“

A relação de mercado introduz no debate a meritocracia, a competição e nega o direito social

Em relação ao Chile, a realidade é exatamente o contrário. Todo o sistema de proteção social chileno é privatizado. Não existe política social pública a não ser as políticas de combate à pobreza. Uma das grandes lutas atuais no Chile se refere à política de educação. Há uma grande mobilização popular para que o governo assuma a educação como uma tarefa pública. Assim, aprendemos que para os chilenos terem proteção social, além de pagar os impostos, precisam pagar o acesso, que é prestado de acordo com a capacidade de pagamento.

No Brasil, como todos conhecemos, temos um sistema híbrido: público x privado. E em alguns casos com intervenção do mercado. Em uma relação comparativa entre o Chile e o Brasil, é possível verificar que a ideologia do neoliberalismo foi totalmente incorporada no Chile. No Brasil, tivemos a construção da Constituição de 1988, em um processo de redemocratização, com lutas populares para a construção de legislação social. A incorporação desse ideário tardou um pouco mais, embora seja possível

identificar em algumas alterações na legislação social a presença de ideário do neoliberalismo. É preciso lembrar que a reforma do estado proposta por Bresser Pereira¹⁴, no governo Fernando Henrique Cardoso¹⁵, pautava-se pelas orientações emanadas desde o Consenso de Washington¹⁶. Apesar de não serem aprovadas na íntegra no governo, as propostas têm sido reapresentadas desde então e muitas têm sido aprovadas.

IHU On-Line - Programas sociais brasileiros estão, em alguma medida, garantindo acessos a direitos sociais via inserção ao sistema financeiro. Programas habitacionais, de transferência de renda, por exemplo, permitem

¹⁴ **Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira** (1934): advogado, administrador de empresas, economista e cientista político. Foi ministro da Fazenda do Brasil, de 29 de abril de 1987 a 21 de dezembro do mesmo ano, durante o governo José Sarney. Foi ministro chefe da Secretaria da Administração Federal – SAF, em substituição ao general-de-brigada Romildo Canhim, e ministro de Reforma do Estado em todo o 1º mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995–1999) e ministro da Ciência e Tecnologia nos 6 meses iniciais do 2º mandato, permanecendo nesse cargo até 19 de julho de 1999. Como Ministro da Fazenda foi responsável pelo Plano Bresser, que não conseguiu controlar a alta inflação, e por um plano para solução da crise da dívida externa em geral que inspirou o Plano Bresser. cursou a Faculdade de Direito da USP, é mestre em Administração de Empresas pela Michigan State University, doutor e livre docente em Economia pela USP. É doutor honoris causa pela Universidade de Buenos Aires. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁵ **Fernando Henrique Cardoso** (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993–1994) com a instauração do Plano Real para combate à inflação. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁶ **Consenso de Washington**: conjunto de medidas composto por dez regras básicas, formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. (Nota da **IHU On-Line**)

o acesso e também levam o indivíduo para o sistema bancário, tornando-o cliente. Como avalia essa engrenagem?

Berenice Rojas Couto - Essa pergunta remete a uma grande "sacada" do capitalismo em relação às populações pobres. A exploração por meio da relação de mercado transforma os pobres em consumidores e trabalha na perspectiva de que isso sim é cidadania. Isso faz com que os indivíduos, por exemplo, sonhem em ter planos de saúde, quando temos um sistema de saúde público, universal. Isso faz com que os serviços possam cobrar atendimento, sem reconhecer o direito a ser protegido. Considero que ter acesso à renda é parte dos direitos sociais a serem defendidos. O fato de isso ser apropriado pelo sistema bancário é mais uma das artimanhas da exploração capitalista.

Penso que nesse debate precisaríamos pontuar mais claramente que o tempo todo estou problematizando o campo das políticas sociais na sociedade capitalista. Portanto, também é preciso esclarecer que considero a política social como um espaço contraditório de lutas, onde é possível a cooperação da classe trabalhadora para os ditames do capital, mas também é um espaço de luta dos trabalhadores por verem reconhecidos seus direitos, pelo acesso à parte da riqueza socialmente produzida. A relação de mercado introduz no debate a meritocracia, a competição e nega o direito social. Trabalha perversamente a ideia de que ser explorado pelo mercado, pelo sistema bancário deve ser desejado pela população.

IHU On-Line - Quais os riscos de se constituir uma política social que está apoiada no estímulo ao consumo? Em que medida as políticas sociais brasileiras seguem essa lógica?

Berenice Rojas Couto - A questão do consumo é crucial para problematizar o grande desafio hoje no acesso às políticas sociais. Ter acesso ao alimento, a condições dignas de vida é direito das pessoas. O fato é que esse acesso tem outro lado a ser analisado, que é o mercado se apoderar disso na perspectiva de se manter lucrativo e estimular o endividamento dessas pessoas, criando necessidades de consumo. Isso é a mola do capitalismo em ação. Despolitiza-se o acesso aos direitos sociais, quando se obscurece o debate das políticas públicas desmercadorizáveis, introduz-se a ideia de que a proteção deve ser confinada à ótica de mercado.

“

Política de assistência social é um espaço para reforçar sua condição de decidir sobre sua vida

Em relação ao Brasil, temos aquilo que já aponte, uma relação híbrida entre o direito social público e a proteção social do consumo. Temos hoje o desafio de garantir que as pessoas consumam bens sociais essenciais para viver dignamente, que se tenha garantido o direito a desenvolver-se como pessoa, e não se tornar refém do ideário de mercado, tão propalado como o lugar da existência. A política social deveria estar apoiada na ideia de que a todos deveriam ser garantidas as condições para enfrentar as dificuldades que o capital impõe ao trabalho.

IHU On-Line - Como superar uma concepção de políticas pú-

blicas que se fundamenta nas lógicas do capital?

Berenice Rojas Couto - Só há uma estratégia para fugir à lógica da mercadorização dos direitos sociais: é saturar de política o campo das políticas sociais. O debate atualmente tem sido feito com uma ênfase acentuada no aspecto gerencial e despolitizado das políticas sociais. É preciso apostar que o debate político trará para o campo da política social a participação popular, a disputa da classe trabalhadora pelo acesso à proteção social como direito. E recomporá o campo público como o da explicitação e do acesso à proteção. E isso só poderá ser feito no coletivo, na luta coletiva, que rompa com o individualismo, tão cultuado nesses tempos de barbárie.

IHU On-Line - Como entender a lógica de arrocho fiscal que, de imediato, corta recursos de políticas sociais e limita acessos a direitos consolidados (seguro-desemprego, abonos, etc.)?

Berenice Rojas Couto - A atual configuração do capitalismo predatório impõe às populações do mundo o pagamento de dívidas que são delas. É o capital apropriando-se da riqueza socialmente produzida de forma integral. Cria a ideia de que estamos à beira do caos e isso é produto de direitos sociais em excesso. Nessa engrenagem governos são obrigados, em nome da sanidade econômica, a retirar dos trabalhadores os direitos duramente conquistados e que por algum tempo foram considerados um processo civilizatório consolidado. Cada vez mais são necessários movimentos coletivos para garantir que as políticas sociais possam materializar-se na vida da população. É preciso construir caminhos coletivos que barrem os avanços do capitalismo predatório. É uma luta muito difícil na conjuntura atual, mas não impossível. ■

Legitimação e sufocamento num mesmo ato

Marilene Maia analisa aparato legal e institucional que legitima o campo das políticas públicas, mas que, por outro lado, engessa e condiciona a lógica muito similar à do capital

Por João Vitor Santos

É recuperando o passado e tendo à luz a conjuntura presente do Brasil que a assistente social e professora do curso de Serviço Social da Unisinos Marilene Maia tece sua reflexão acerca das políticas públicas. Para ela, a constituição do campo se dá como avanço. Nesse sentido, o aporte legal e técnico tem papel decisivo e também constitui o espaço para atuação de um agente dessa política: o assistente social. “A Política e o Sistema Único de Assistência Social são consequência de uma mudança radical de paradigma, já que a proteção social passa a se constituir como *direito* e não como benesse ou ajuda”, elogia. Entretanto, o mesmo sistema que oferece esse aporte condiciona e vicia o campo. “Houve avanços legais no Brasil desde 1988, porém com fraca legitimação pela sociedade, tanto em relação à sua participação como em torno da sua representação neste processo. Este tema constitui pauta estratégica da Reforma Política, que se impõe urgente e necessária no país”, analisa.

Marilene, ao longo da entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, deixa claro que a participação é o que torna vivo esse campo. Sem ela, os agentes das políticas passam a operar como que em busca de enquadramentos que lhes permitem a legitimidade e subsistência. E mais: pensar tais políticas passa a ser algo feito em consonância com o sistema financeiro, por exemplo. Assim, a política pública passa a orbitar na mesma lógica do capitalismo, numa ideia de financeirização (segundo conceito trabalhado na edição 468

da revista **IHU On-Line**. Confirmam em <http://bit.ly/1UeXijs>). “As políticas públicas que, na gênese do processo de democratização brasileira eram concebidas como mediação estratégica para a sua afirmação, hoje estão submetidas à lógica do capital e da financeirização das relações”, diagnostica. O problema todo é que, com isso, “as políticas genuinamente garantidoras da vida como saúde, educação, trabalho, proteção, lazer, assistência social estão determinadas como mediação de afirmação e da reprodução do capital e não da cidadania”.

Para a professora, reverter esse quadro requer uma “reconstituição da democracia como forma de organização da sociedade, da política, da economia, do ambiente e da cultura”. “É fundamental que os diferentes grupos, movimentos sociais e organizações componham agendas a partir das suas realidades e demandas específicas, assim como do conjunto das necessidades sociais e amplas”, desafia.

Marilene Maia é graduada, mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e leciona no curso de Serviço Social da Unisinos. Organizou a obra *Caderno Ideação - Políticas Sociais para um novo mundo necessário e possível* (Santa Maria: Gráfica Pallotti, 2002) e trabalha no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, onde coordena o Observatório da realidade e das políticas públicas do Vale do Rio dos Sinos - ObservaSinós.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais os desafios de pensar em políticas públicas no atual contexto e realidade brasileira? Em que medida as atuais políticas estão defasadas, não dão mais conta de uma realidade?

Marilene Maia - As políticas públicas podem ser concebidas e analisadas em diferentes perspectivas. De forma geral, são construídas e são resultados das realidades, dos propósitos e das relações entre seus agentes econômicos, políticos e sociais. Compreendo que as políticas públicas são mediações garantidoras da vida em sociedade, a partir da disputa entre diferentes propósitos e de responsabilidade do Estado. As políticas públicas se constituem a partir dos embates entre governos, mercado e sociedade e é neste contexto que vão sendo concebidas, implementadas e transformadas. No cenário atual brasileiro, as políticas públicas são mediações potentes para a democratização da democracia e podem garantir o bem-comum e o bem-viver.

Tivemos no Brasil um avanço recente e significativo no campo das políticas públicas, promovido em meio ao processo de democratização na década de 1980. Pela primeira vez na história do país, os direitos sociais foram reconhecidos como dimensões da cidadania e foram garantidos por meio de políticas públicas. O *social* passou a ter um status político e apresentou novos contextos e realidades para o trato da política. Essa foi, indiscutivelmente, uma conquista que marcou a história brasileira, apontando novo reconhecimento nas relações entre a sociedade e o Estado brasileiro e destes com outros países e organizações latino-americanas e mundiais. Os temas das desigualdades e discriminações passaram a compor os debates e as agendas das agências econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais.

Em meio a isso, no entanto, na contramão, o sistema econômico hegemônico mundial segue suas trilhas e passa a fortalecer as estratégias de afirmação no mundo

e no Brasil. O governo brasileiro e seus diferentes agentes passaram a participar da orquestra deste cenário a serviço do capital, determinando consequentemente um conjunto de medidas à sociedade brasileira. As justificativas de crise promoveram o repasse das determinações econômicas ao conjunto das políticas públicas, com destaque às políticas sociais, ambientais e culturais. Não foram poupadas as históricas conquistas trabalhistas, nem os recentes avanços constitucionais de cidadania em torno das garantias dos direitos sociais. Neste sentido, foram implementados cortes de serviços e de recursos, assim como determinações de uma agenda política que inviabilizam a garantia dos direitos e da vida de grupos sociais vulneráveis, apontando novas formas de desigualdades e de exclusão social.

Reação ao cenário

Diante disso, desafios não faltam à sociedade brasileira para enfrentar estas realidades. Vigilância, análise e protagonismo nos diferentes espaços é fundamental. As políticas públicas podem se constituir mediações estratégicas para a disseminação da vigilância, análise e protagonismo nas realidades, já que atingem direta e indiretamente o conjunto da população brasileira em suas diferentes dimensões da vida. Faz-se necessário, no entanto, que estes processos se constituam no rompimento com as lógicas de dominação, de paternalismo e clientelismo que determinaram o trato das políticas públicas brasileiras desde sua origem. Da mesma forma que é fundamental romper com o trato das políticas como mercadoria ou moeda de troca, compondo a lógica de financeirização da vida e da sociedade.

Vislumbra-se a potencialização das experiências e dos processos sociais alternativos e alterativos das políticas. Isso para que possamos afirmar as possibilidades de uma outra lógica societária em suas diferentes dimensões, que se constituem nas relações econômi-

cas, políticas, sociais, culturais e ambientais.

IHU On-Line - O que distingue política pública de política de governo?

Marilene Maia - As experiências de políticas públicas no Brasil são historicamente identificadas e, também, criticadas por serem políticas de governo. Sabe-se que esta experiência tem relação direta com a gênese conceitual americana, que vincula as políticas públicas ao governo e não ao Estado, como foram concebidas as políticas europeias. Esta perspectiva tem sido severamente criticada ao longo dos últimos anos no Brasil e apontou a definição do último texto constitucional, que confere ao Estado a responsabilidade pelas políticas públicas.

A partir da concepção que temos de política pública como mediação garantidora da vida societária numa perspectiva do bem-viver e do bem-comum, entendemos que ela é de responsabilidade do Estado e, por isso, construída a partir dos interesses e necessidades da sociedade e com ela negociados. Os governos devem ser os gestores e responsáveis pela execução destas políticas e controlados pela sociedade civil neste processo.

Houve avanços legais neste sentido no Brasil desde 1988, porém com fraca legitimação pela sociedade, tanto em relação à sua participação como em torno da sua apresentação neste processo. Este tema constitui pauta estratégica da Reforma Política, que se impõe urgente e necessária no país a ser construída amplamente pelos brasileiros nas diferentes esferas e territórios.

IHU On-Line - Como avalia o Sistema Único de Assistência Social? É um mecanismo de horizontali-

1 Sistema Único de Assistência Social – SUAS: modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social. O SUAS foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a partir do previsto na lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica

zação ou verticalização de políticas públicas?

Marilene Maia - Sou defensora da Política de Assistência Social² desde a sua concepção. Compreendo que ela se constituiu como uma conquista para a sociedade brasileira, apresentando a análise sobre as realidades de desigualdade do nosso país e da necessidade do seu enfrentamento a partir de uma política, articulada com o conjunto das demais políticas públicas, e especialmente da política econômica, para enfrentar suas causas e consequências. Não há cidadania em qualquer território quando existem vulnerabilidades e riscos à vida. A Política e o Sistema Único de Assistência Social são consequência de uma mudança radical de paradigma, já que a proteção social passa a se constituir como *direito* e não como benesse ou ajuda.

A Política e o Sistema apresentam um conjunto de programas, serviços e ações que devem ser implementados junto à população historicamente excluída dos processos de distribuição das riquezas e do acesso às garantias dos direitos de cidadania. Vale dizer que se trata de uma conquista recente e que com celeridade avançou na necessária regulação. Há o reconhecimento de muitas das suas ações, especialmente quando apresenta os diferentes níveis de condições e de exigências para a atuação. Importante e necessário destacar a inclusão da renda básica, materializada pelos diferentes programas de transferência de renda, como estratégia para a viabilização desta política, enfrentando com isso as históricas práticas assistenciais e promocionais de cursos para aprender a trabalhar.

de Assistência Social – LOAS. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Política Nacional de Assistência Social – PNAS: expressa o conteúdo da Assistência Social no Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. Busca transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo nova agenda para a cidadania no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

Os limites

No entanto, ainda existem muitos limites na materialidade desta Política. É importante dizer que esta Política tem status ainda periférico entre as demais políticas e equidistante das políticas eco-

“

O regramento e burocracia facilitam estes processos, que priorizam o capital e não a cidadania

nômicas e de suas lógicas. Além disso, seu propósito exige o enfrentamento aos determinantes das desigualdades que, conforme já indicamos anteriormente, não é pauta do modelo de desenvolvimento em implementação, assim como das políticas públicas implementadas. Reconhecemos, ainda, uma distância entre o conteúdo do Sistema. Ainda está distante da sua realidade, especialmente em relação às equipes, metodologias e articulações.

A Política de assistência social destaca também a aposta no sistema descentralizado e participativo, com sua forma política e organizativa. No entanto, lamentavelmente, ainda está viabilizada de forma centralizada pelo Governo Federal e sem uma efetiva participação da população. População que é ainda tratada como usuária ou, ainda, consumidora dos programas, equipamentos e da política.

IHU On-Line - Como assegurar uma formação para o assistente social que equilibre as competências administrativas/legais com as sensibilidades que o trabalho com os indivíduos exige?

Marilene Maia - O Serviço Social, constituído há quase 80 anos, no

Brasil vem se construindo como uma área profissional e de conhecimento comprometido com a atuação na realidade social e com os sujeitos da vida social. Sua gênese se deu de forma muito próxima às transformações societárias, com atuação marcada pela intervenção junto aos resultados da industrialização e da urbanização. O Serviço Social neste contexto esteve presente desde a gênese das políticas sociais brasileiras, que foram marcadas pelo assistencialismo e paternalismo. A ação profissional neste período foi fundada nas referências do positivismo e do funcionalismo.

Houve, no entanto, em meio a este processo, o amadurecimento dos assistentes sociais. Assim, conseguiram, no final da década de 1970, fazer uma leitura crítica da realidade e da profissão. Assumiram a partir daí uma nova etapa de sua afirmação, a partir da sistematização de um projeto ético-político profissional comprometido com um protagonismo analítico, crítico e propositivo no campo dos direitos e das políticas sociais, tendo como seu objeto de trabalho a questão social. Para tanto, busca a referencialidade teórica nas teorias críticas. Este projeto vai na contramão da lógica da ajuda, que constituiu a profissão desde sua fundação, assim como na contracorrente do projeto contemporâneo de desenvolvimento hegemônico que tem o capital na sua centralidade. A formação e o trabalho profissional estão exigidos nesta perspectiva.

Há ainda limites para a sua materialização. Talvez o maior limite esteja na condicionalidade e na modelagem da vida, dos trabalhadores e das organizações aos valores e determinações do sistema capitalista. Apesar de o Serviço Social compreender que este é o cenário de sua atuação, ele atinge seus profissionais, tanto nos espaços da sua formação como de trabalho. Tal condição, somada ao crescimento das exigências jurídico-legais e administrativas das políticas e de suas organizações, que são os campos preponderantes do

trabalho dos assistentes sociais, apontam a necessidade da vigilância crítica e da afirmação analítica e propositiva permanentes.

IHU On-Line - Quais são os riscos de uma formação que privilegie os processos legais de aplicação das políticas públicas? Nesse sentido, como propor novas institucionalidades?

Marilene Maia - Esta pergunta revela uma contradição permanente a ser trabalhada na formação profissional, que é acadêmica, e deve ser permanente e continuada. Ou seja, construída também no trabalho. A formação e o trabalho do Assistente Social exigem sua afirmação em uma tríplice perspectiva: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. O cenário atual, no entanto, tanto no campo das políticas como das organizações, exige dos profissionais a ação enfática na perspectiva técnico-operativa, com destaque à dimensão jurídico-legal. Não podemos privilegiar essa dimensão. A possibilidade da intervenção profissional é alcançada somente pelo conjunto destas dimensões, que se concebem e se confirmam em articulação.

Entendemos que uma estratégia para esta garantia é a viabilização de processos de formação e trabalho investigativo-interventivo, assim como implementação de projetos individuais e coletivos. Somos desafiados a construir os processos em relação com a sociedade e, em especial, com a população historicamente excluída da vida societária, a partir de suas demandas e necessidades. Essa relação é alimentadora da atualização dos sentidos do trabalho do assistente social em sintonia com o sentido do trabalho pela população.

Além disso, a criação de espaços coletivos de formação permanente dos profissionais, estudantes e destes com profissionais de outras áreas. Isso, a partir de interesses e propósitos em torno da construção de projetos transdisciplinares, coletivos e societários são atualizadores das trilhas a serem realiza-

das pelos assistentes sociais neste tempo presente.

IHU On-Line - Qual é o papel dos agentes não estatais na constituição de políticas públicas?

Marilene Maia - O Brasil, em sua história, contou desde as origens com a presença de organizações da sociedade civil no acompanhamento às realidades sociais. Inicialmente esta atuação era de exclusividade das organizações religiosas, que foi ao longo do tempo se laicizando. A partir da década de 1930, esta atuação foi ampliada com a presença dos governos. Na década de 1960 e 1970, novas organizações e movimentos passaram a compor o quadro de organizações com atuação no campo da ajuda e também da organização política. Nos anos 1980, o quadro das organizações se ampliou com as fundações, institutos e associações com interesse social nas diferentes áreas. Este período também foi marcado pela Constituição Federal, dos direitos sociais e das políticas públicas, que exigem do Estado a instituição de novos aparatos e organizações governamentais, jurídicos e legislativos.

Neste processo histórico, contamos sempre com o protagonismo das organizações da sociedade civil. Mesmo com sua diversidade de identidades e intencionalidades, intercedeu no processo da concepção das políticas públicas no Brasil. Vale dizer que grande parte destas organizações participou do processo constituinte e vem atuando na corresponsabilidade da implementação das políticas, assim como no seu controle por meio da atuação em conselhos e fóruns de direitos e de políticas.

O civil no espaço público

Avanços significativos deram-se neste cenário, já que a sociedade civil, por meio de suas organizações e representantes, passou a conhecer e incidir junto à máquina pública e aos processos estatais, que têm a responsabilidade

da viabilização e gestão das políticas. A presença das organizações civis neste espaço público também arejaram as estruturas e as regulamentações das políticas. Processos indispensáveis à afirmação das políticas públicas, que respondam aos desafios contemporâneos do processo regulatório das políticas em consonância com a realidade. Assim, a relação entre Estado e Sociedade aponta novas perspectivas às políticas públicas, às organizações estatais e às organizações da sociedade civil.

A contribuição das organizações da sociedade civil, em sua ampla diversidade, tem sido valorizada especialmente pela sua participação analítica, crítica e de negociação em torno dos processos das políticas e de seus agentes. Esta aproximação, porém, também apresenta riscos, já que muitas organizações da sociedade civil perdem a sua identidade nas relações com o campo governamental e, com ela, sua capacidade de distanciamento crítico dos processos. Assim, acabam ficando muitas vezes absorvidas pelas burocracias e legalismos estatais.

É importante observar que tal condição foi especialmente experimentada nos governos populares dos últimos períodos. Foram perdidos identidades e propósitos das organizações em relação às realidades e sujeitos de sua atuação. Assim, também foram abafadas as contradições de interesses, indispensáveis aos debates de construção do projeto societário mediado pelas políticas públicas.

IHU On-Line - Como as "obras sociais" religiosas se inserem historicamente nesse contexto de assistência social? Quais são suas especificidades e no que se diferem de experiências do laicato?

Marilene Maia - No grande campo da sociedade civil está um conjunto de organizações com atuação no social de identidade religiosa que, por sua vez, também carregam diferentes propósitos, concepções e metodologias de trabalho. Atuam em inúmeras políticas

públicas e sociais, tais como no trabalho, educação, saúde, assistência social, ambiente, segurança alimentar, entre outras. Estas organizações são usualmente as mais antigas e guardam diferenças também em relação à sua identidade jurídico-legal, determinada muitas vezes pela certificação de entidade de assistência social. Esta marca histórica de muitas das organizações religiosas, que detém alguns benefícios fiscais apontados pela antiga legislação da filantropia, imputa diferentes presenças e participações destas organizações no campo das políticas públicas.

Esta realidade de benefícios tem origem no período de atuação exclusiva das entidades religiosas no social. Período em que o Estado se desresponsabilizava do seu compromisso no social com o repasse de isenções fiscais àqueles que atuavam nesta área. Percebe-se que esta condição entrava de alguma forma os processos das organizações e sua autonomia, já que algumas nem sempre se reconhecem com o direito ao acesso destes benefícios, colocando-se em um papel de subserviência aos governos e governantes. Empenham-se mais recentemente para garantir sua viabilidade financeira, no conveniamento dos serviços de assistência social, condicionada aos determinantes jurídico-legais que impedem as organizações dos processos inovadores e críticos, que constituem como possibilidade das organizações não governamentais.

Outras, ainda, se colocam reproduzindo a dinâmica relacional da sociedade, marcada pela concorrência e pela busca exclusiva de ações em disputa da viabilidade financeira com outras organizações. Neste sentido, são fragilizados os trabalhos destas entidades, com imersão junto à vida e grupos sociais que têm suas vidas e direitos ameaçados. Além disso, ficam limitadas à participação e representação nas instâncias de controle social e em outros espaços de disputas em vista da construção do projeto societário.

Normatização e perda de vigor

Observa-se que as tentativas construídas pelos governos para a nova *acomodação* jurídico-legal das organizações da sociedade civil e das filantrópicas, por meio da legislação das Organizações da



Políticas públicas são mediadoras da vida em sociedade

Sociedade Civil e Interesse Público - OSCIPs³ e, mais recentemente, Marco Regulatório⁴, não satisfazem estas organizações e seus públicos. Há marcas de cansaço destas organizações e dos seus agentes, impactando na criação e gestão dos

3 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP: é um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é facilitar o aparecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. OSCIPs são ONGs criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa interessante aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: cria instrumentos jurídicos próprios e estabelece regras para seleção das entidades e para etapas de execução, monitoramento e avaliação das parcerias. Entre elas, exigência de chamamento público obrigatório, três anos de existência e experiência das entidades, além de ficha limpa tanto para organizações quanto para seus dirigentes. A lei também exige que órgãos públicos planejem previamente a realização e acompanhamento das parcerias e prevê sistema de prestação de contas diferenciado por volume de recursos. A expectativa é de que isso deverá aperfeiçoar o monitoramento e a avaliação dos projetos, fazendo com que a perspectiva dos gestores seja direcionada ao controle dos resultados alcançados. (Nota da **IHU On-Line**)

seus propósitos e incidência nas realidades.

Na verdade percebe-se que esta realidade de crise de viabilidade econômica e de protagonismo crítico das organizações da sociedade civil em relação às políticas públicas e à construção do projeto societário está presente em grande parte das organizações sociais, e também, nas religiosas. Esta condição é impeditiva às garantias da viabilização dos processos de trabalho das organizações, que foram sempre diferenciadas em relação aos propósitos e metodologia, impactando em muito a garantia dos direitos da população e dos seus territórios de atuação.

IHU On-Line - Quais os avanços e limites de experiências religiosas na gestão e trabalho para acesso aos direitos sociais? O que a experiência da Cáritas⁵ diz sobre isso?

Marilene Maia - A atuação das organizações sociais com identidade religiosa pode ser reconhecida por inúmeras marcas na história. O primeiro destaque diz respeito aos sujeitos de sua atuação. Desde a origem destas entidades, sua ação se deu em comprometimento com a população em situação de pobreza, exclusão e maior vulnerabilidade. Lembramos os doentes mentais, leprosos, crianças, adultos e idosos em abandono, pessoas com deficiência, entre outros. Este comprometimento segue ao longo dos tempos, quando estas entidades e seus agentes passam a se empenhar no fortalecimento dos povos com direitos sociais à vida e à cidadania ameaçada: mulheres, crianças, adolescentes, po-

5 Cáritas: Rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. No Brasil, é Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. Seus agentes trabalham junto aos excluídos, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais. Atualmente, a Cáritas Brasileira tem quatro linhas de ação, presente em nove regionais. (Nota da **IHU On-Line**)

vos indígenas, idosos, pessoas com deficiência.

A sinergia desta relação entre entidades e povo produziu processos sociais, educativos e políticos diferenciados. Destacam-se a criação e implementação das metodologias construídas em relação à educação e a pastoral popular em suas diferentes expressões, assim como a organização popular em seus territórios de vida. Relação inspirada e inspiradora da Teologia da Libertação⁶. Neste contexto, as entidades apostaram em ações de apoio e fortalecimento às organizações e movimentos populares, que passaram a ter um protagonismo estratégico nos processos de democratização do Estado e da sociedade brasileira. Colocaram-se os temas e questão do trabalho, terra e moradia, que articularam as demais expressões da questão social, assim como as outras organizações comprometidas com estes temas e realidades: sindicatos, fóruns, movimentos, entre outros.

Participação popular

Todos esses processos alavancaram a participação popular da sociedade brasileira, que protagonizou experiências reconhecidas local e mundialmente e que impactaram o processo de democratização do Estado e da sociedade brasileira. Entre estas experiências podemos destacar os direitos, políticas sociais e o orçamento participativo. Evidentemente que estas experiências promoveram os processos de qualificação das entidades religiosas. Relembro que

6 Teologia da Libertação: escola teológica desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da **IHU On-Line**, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. Leia, também, a edição 404 da revista **IHU On-Line**, de 05-10-2012, intitulada *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação em debate*, disponível em <http://bit.ly/SSYVTO>. (Nota da **IHU On-Line**)

os trabalhos populares em torno da participação e da democracia promoveram mudanças profundas nos processos de planejamento e gestão de muitas das organizações de identidade religiosa.

Destaco neste sentido a experiência da Cáritas Brasileira. A entidade passou a construir coletivamente, de forma descentralizada e participativa, a gestão das decisões e do seu trabalho. A experiência de participação e negociação em torno das políticas sociais apresentou novas aprendizagens, conquistas e desafios. O aprendizado nas redes construídas junto às diferentes pastorais, sindicatos, fóruns, movimentos e, também, conselhos e governos contribuíram para que as organizações avançassem nos processos de análise e intervenção nas realidades. Neste sentido, é impossível deixar de lembrar as importantes contribuições das *Semanas Sociais Brasileiras*⁷, que articularam temas, agentes e agendas estratégicas no cenário nacional, e os *Fóruns Sociais Mundiais*⁸, que

7 Semanas Sociais e Semanas Sociais Brasileiras: as Semanas Sociais são parte da ação evangelizadora da Igreja Católica em muitos países. A França já celebrou o centenário na realização de Semanas Sociais. A Itália encerrou a sua 46ª semana social em outubro de 2010. Mesmo com formatos diferenciados, as semanas sociais articulam as forças populares e intelectuais debater questões sociopolíticas relevantes e traçar perspectivas para o seu país, baseadas no Ensino Social da igreja. A década de 1990 foi marcada pela realização das Semanas Sociais Brasileiras advindas de um rico processo de mobilização popular das décadas de 1970-80, onde nasceram e se fortaleceram as pastorais sociais, que juntamente com numerosos movimentos e organizações sociais iniciaram o debate para construir o Projeto Popular para o Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Fórum Social Mundial: é um evento intermundialista organizado por movimentos sociais de muitos continentes, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. Seu slogan é 'Um outro mundo é possível'. O número de participantes tem crescido nas sucessivas edições do Fórum: de 10.000 a 15.000 no primeiro fórum, em 2001, a cerca de 120.000 em 2009, com predominância de europeus, norte-americanos e latino-americanos, exceto em 2004, quando o evento foi realizado na Índia. Os fóruns são realizados anualmente. Os dois primeiros foram em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A partir de então decidiu-se que seria itinerante devendo ser sediado em várias cidades diferentes a cada ano. Em 2006 foi policêntrico (Caracas, Karacki e Bamako)

oportunizaram a articulação e pautas *glocais*⁹.

A desidentidade

Em meio a tantas oportunidades e contribuições, identificamos limites, que se constituíram em meio às tensões entre os avanços constitucionais e as amarras regulatórias no campo social dos tempos de democracia, dos direitos e das políticas. As novas identidades e relações postas com a eleição dos governos identificados como populares também apresentaram incertezas às organizações sociais e também religiosas. A "desidentidade" com o velho que foi e o novo incerto indicou um tempo de muitas incertezas, fragilizações e desarticulações das organizações nesta etapa do Brasil recente. Foram fragilizadas as referenciais do/para o trabalho, análises conjunturais sem profundidade e crise financeira e econômica "alimentaram" fortemente este quadro.

IHU On-Line - Em que medida a institucionalização de regras para políticas de assistência social engessam e burocratizam o trabalho assistencial de instituições religiosas e da sociedade civil?

Marilene Maia - Eis que os avanços jurídico-legais constitucionais, especialmente no campo dos direitos sociais, que continuam em curso (ainda em setembro de 2015 seguem os fluxos no legislativo e judiciário para o reconhecimento do transporte como direito social), são indiscutivelmente avanços no processo de democratização do Estado. As regulamentações dos direitos e das políticas garantem que estas se tornem políticas de Estado e não de governo. Entretanto, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário têm poderes enormemen-

e em 2008 foi descentralizado. Em 2007 foi na África, durante os dias 20 e 25 de janeiro em Nairóbi (Quênia) e em 2009, aconteceu em Belém do Pará. (Nota da **IHU On-Line**)
9 A entrevistada fundiu as palavras *global* e *local* para dar ideia de que pautas locais que tinham repercussão globais, e vice e versa, alimentavam o debate. (Nota da **IHU On-Line**)

te maiores do que os poderes da população e de suas organizações, mesmo que em um Estado Democrático de Direitos. Assim, os textos das regras valem mais do que todo e qualquer contexto social. E isto é um “gargalo” nos processos das políticas públicas e sociais, e, também, da democracia brasileira.

As políticas públicas acabam sendo movimentadas não pela vida e pelos processos sociais, mas pelas regras aprovadas por um grupo restrito de políticos que continuam sendo, em sua maioria, presas do capital financeiro e de suas lógicas. A informação e formação analítica, crítica e propositiva desta realidade é fundamental para que possamos romper com esta lógica que é institucional e cultural da política e de seus agentes. As organizações sociais têm compromisso com este desvelamento, análise e debate nos diferentes ambientes de atuação.

IHU On-Line - De que maneira a filantropia está amarrada a uma lógica de financeirização das políticas públicas? Qual a questão de fundo que sustenta essa dinâmica?

Marilene Maia - Por vezes dou conta que estamos mais submetidos à financeirização da economia e da vida do que percebemos. A análise e reação a esta realidade é urgente e necessária. As políticas públicas que, na gênese do processo de democratização brasileira eram concebidas como mediação estratégica para a sua afirmação, hoje estão submetidas à lógica do capital e da financeirização das relações. Hoje, as políticas genuinamente garantidoras da vida como saúde, educação, trabalho, proteção, lazer, assistência social estão determinadas como mediação de afirmação e da reprodução do capital e não da cidadania. Este resgate é fundamental. Conhecer

a “engenharia” da (re)produção e das lógicas do capital e seus agentes nas diferentes esferas é fundamental. Conceber as políticas como estratégias para o enfrentamento a estas lógicas é condição para a vida societária, que está ameaçada.

IHU On-Line - Como movimentos sociais podem incidir na constituição de políticas públicas?

Marilene Maia - Toda a população brasileira está chamada à reconstrução da democracia como forma de organização da sociedade, da política, da economia, do ambiente e da cultura. É fundamental que os diferentes grupos, movimentos sociais e organizações componham agendas a partir das suas realidades e demandas específicas, assim como do conjunto das necessidades sociais e amplas.

As políticas públicas teriam que se constituir em meio a estas expressões dos processos, sujeitos e territórios e de suas capacidades. Da mesma forma, as políticas públicas teriam que incidir sobre as capacidades humanas, em vista do seu fortalecimento para a autoria e protagonismo cidadãos. Condição urgente para os avanços globais, nacionais, estaduais, municipais e locais.

Neste processo, as agendas políticas deixam de ser exclusivamente eleitorais e passam a se compor na vida cotidiana das populações e de seus processos. Novas institucionalidades, governos, organizações e políticas são requeridas. As questões do alimento, da água, da poluição, da violência, da segurança, da saúde, da educação, do trabalho, do transporte, da moradia, entre outras, necessitam ser debatidas e definidas nas relações cotidianas. Relações que, por sua vez, necessitam ser reconhecidas e po-

tencializadas pelos diferentes sujeitos que compõem a vida social. Os movimentos sociais são agentes estratégicos para esta construção.

IHU On-Line - Em que medida a lógica de financeirização incide sobre a constituição de políticas públicas? E quais os riscos de conceber políticas tão próximas e apoiadas no sistema financeiro?

Marilene Maia - As políticas públicas, assim como as organizações e a sociedade, têm sido ultrajadas pela lógica do capitalismo neoliberal e financeiro. Suas determinações incidem na concepção, métodos e resultados das políticas públicas e, em especial, das políticas sociais. Marca potente da financeirização das políticas públicas está na determinação da inclusão financeira pelos programas, que remetem para o consumo, dependência e endividamento de pessoas e famílias. População que teria que estar protegida passa a ser mais uma vez excluída dos acessos aos bens e serviços garantidores dos seus direitos. Esta realidade, apesar de gritante, parece silenciosa para os agentes que atuam e controlam as políticas, assim como pela população usuária dos programas nas diferentes esferas.

O regramento e burocracia facilitam estes processos, que priorizam o capital e não a cidadania. Esta tensão e contradição estão visivelmente estampadas nos diferentes territórios e ganham vulto significativo nas metrópoles. É fundamental ampliar as análises e debates sobre estas realidades, que exigem inversão de prioridades, reordenamento e controle das políticas públicas, em vista da inserção de outras experiências, materializadoras de uma outra lógica de desenvolvimento, pautada no bem-viver e no bem-comum. ■

LEIA MAIS...

– *Políticas igualitárias: caminho para garantia dos direitos sociais.* Entrevista com Marilene Maia, publicada na revista *IHU On-Line*, número 373, de 12-09-2011, disponível em <http://bit.ly/1YvEXDF>.

A polifonia dos saberes e de agentes na política pública

Para Renata Bichir, compreender os processos de produção do campo requer olhar transdisciplinar e articulação entre agentes públicos e privados, estatais e não estatais

Por João Vitor Santos

A constituição de políticas públicas requer conhecimento profundo do campo. E apreender esse campo se torna um desafio na medida em que envolve diversas áreas de conhecimento - desde Ciência Política, Administração Pública, Sociologia, Economia, Direito, Antropologia, etc. Para a professora da Universidade de São Paulo - USP Renata Bichir, isso não pode ser confundido como se várias áreas olhassem para um mesmo objeto. "O 'estado da arte' do campo é ainda mais 'multidisciplinar' - com contribuições de diversas áreas sem profunda interligação das disciplinas - do que um diálogo interdisciplinar, no sentido da criação de uma macrodisciplina de análise de políticas públicas", avalia. E sobre implementação? É comum ver política pública como dever do Estado. Renata entende que "compreender políticas públicas implica ir além da análise do 'Estado em ação' como ator isolado, uma vez que temos distintos arranjos de produção de políticas, com maior ou menor participação de atores estatais e não estatais nas várias fases da produção das políticas".

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Renata parte dessas premissas para pensar as políticas públicas brasileiras no atual contexto. "De um modo geral, há avanços importantes nas últimas décadas, em especial quando consideramos indicadores de pobreza e desigualdade.

Por outro lado, não é possível ignorar os desafios colocados pela magnitude e pela persistência das desigualdades em um país heterogêneo e complexo como o Brasil", avalia. Ainda sobre os desafios do campo no Brasil, analisa as dificuldades impostas por um momento de dificuldades econômicas. "Há riscos importantes de reversão de direitos e retração de políticas públicas em contextos de recessão e ajuste fiscal", reconhece. Porém, entende que a forma de estancar retrocessos é a mobilização. "Beneficiários e usuários de políticas públicas diversas, bem como burocratas, organizações diversas da sociedade civil e outros atores relevantes podem se constituir como importantes pontos de veto a tentativas de reversão de direitos e políticas".

Renata Bichir é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP e mestre em Ciência Política pela mesma instituição, com doutorado em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Coordenou o Departamento de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Atualmente é professora nos cursos de graduação e pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Também é pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole - CEM.

Confira a entrevista.



Não é possível ignorar os desafios colocados pela magnitude e pela persistência das desigualdades em um país heterogêneo e complexo como o Brasil

IHU On-Line - Quais os avanços e limites das políticas públicas brasileiras hoje?

Renata Bichir - De um modo geral, há avanços importantes nas últimas décadas, em especial quando consideramos indicadores de pobreza e desigualdade. A queda da desigualdade no Brasil - explicada muito mais pela melhoria das condições de vida da população mais pobre, com importante persistência da desigualdade quando observamos o topo da distribuição de renda - deve-se a uma combinação de fatores e políticas. Isso com destaque para a estabilização econômica, controle da inflação, melhorias reais no valor do salário mínimo, formalização de vínculos no mercado de trabalho, expansão de benefícios sociais vinculados ao salário mínimo e programas sociais como o Bolsa Família.

Quando consideramos a desigualdade em sua multidimensionalidade - ou seja, *desigualdades*, no plural, para além da dimensão da renda -, também temos avanços importantes. Por exemplo, redução de desigualdades de gênero e melhorias nas condições de acesso a políticas e serviços públicos. No caso de políticas sociais como saúde e educação, avançamos especialmente em termos de cobertura da atenção básica de saúde e ensino fundamental. Entretanto, há desafios ainda significativos quando abordamos indicadores de qualidade e de satisfação dos usuários. Políticas urbanas e de infraestrutura avançaram tanto em termos de provisão quanto em regulação e legislação específica - Estatuto da Cidade, Planos Diretores -, além

de contarem com maior participação da população nas decisões por meio de orçamentos participativos e conselhos diversos. Porém, outras políticas públicas, como saneamento, avançaram em ritmo muito mais lento nas últimas décadas.

Desafios

Por outro lado, não é possível ignorar os desafios colocados pela magnitude e pela persistência das desigualdades em um país heterogêneo e complexo como o Brasil. Há muito a avançar em termos de desigualdades regionais e intramunicipais no acesso a políticas públicas - os serviços não chegam da mesma forma, com a mesma qualidade, em todas as regiões do país, assim como não atingem diversas áreas de metrópoles complexas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. A agenda de pesquisas do Centro de Estudos da Metrópole¹ tem avançado no entendimento dessas dinâmicas nas últimas décadas.

¹ **Centro de Estudos da Metrópole - CEM/Cepid:** instituição de pesquisa avançada em ciências sociais. Seu objetivo é investigar temáticas relacionadas a desigualdades e à formulação de políticas públicas nas metrópoles contemporâneas. Sediado na Universidade de São Paulo - USP, o CEM é constituído por um grupo multidisciplinar, que inclui pesquisadores demógrafos, cientistas políticos, sociólogos, geógrafos, economistas e antropólogos - cuja agenda de pesquisa está voltada basicamente ao estudo de dimensões relacionadas ao acesso dos cidadãos ao bem-estar. Dessa forma, as pesquisas desenvolvidas estão voltadas aos mecanismos por meio dos quais os cidadãos podem sair da situação de pobreza, a saber: a ação do Estado; mercado de trabalho e as redes de relacionamento e associativas. Saiba mais em fflch.usp.br/centrodametropole/ (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Como compreender política pública na complexidade da horizontalidade e não no reducionismo da verticalidade? E como articular essa compreensão com um projeto de nação e de desenvolvimento para o Brasil?

Renata Bichir - Em primeiro lugar, é necessário entender os sentidos de "horizontalidade" e "verticalidade". Na análise de políticas públicas, relações horizontais referem-se às interações entre atores em um mesmo nível, remetendo à discussão sobre as relações intersetoriais (entre diferentes setores do governo, ou então entre atores governamentais e não governamentais para provisão de políticas específicas). Essa é uma agenda de pesquisa emergente e cada vez mais importante: entendimento dos arranjos intersetoriais de formulação e implementação de políticas públicas diversas, em particular políticas de combate à pobreza. Essa literatura parte do reconhecimento da multidimensionalidade da pobreza - fenômeno que também não se limita à insuficiência de renda, incluindo dimensões relacionais, sociais, etc. - e da necessidade de uma abordagem integral no seu combate para então tentar entender *se* e *como* diferentes áreas de políticas sociais estão sendo articuladas.

Por sua vez, a questão das relações verticais remete à discussão dos efeitos do nosso tipo de federalismo sobre as políticas públicas. Mais especificamente, remete às relações entre os diferentes níveis de governo - União, Estados e municípios - no processo de produção de políticas públicas e ao debate sobre descentralização e desafios da coordenação federativa. Desde a Constituição de 1988, houve um importante processo de descentralização do governo central para Estados e municípios, que se traduziu, especialmente, em um processo de municipalização da provisão de uma série de serviços básicos. É o caso da atenção básica de saúde e educação fundamental.

Horizontalidade

Naquele contexto histórico, os conceitos de descentralização, democratização e participação eram tratados praticamente como sinônimos. Houve grandes expectativas em relação às possibilidades de transformação social a partir do nível local. De fato, nos anos 1990, importantes inovações em matéria de políticas públicas surgiram a partir de experiências locais - tais como experiências de orçamento participativo, programas de transferência de renda, entre outros - e depois se disseminaram pelo país.

Reduzidas as grandes expectativas iniciais, e considerando a necessidade de regulamentar uma série de direitos previstos na Constituição de 1988, começou-se a questionar os possíveis efeitos deletérios de tamanha descentralização associada a outras dimensões institucionais do nosso país: presidencialismo de coalizão, multipartidarismo, etc. Surgiram então, nos anos 1990, diferentes teses sobre as dificuldades dos processos de reformas de políticas sociais e diferentes formas de adjetivação do nosso tipo de federalismo - predatório, centrífugo, anárquico, dominado por "barões da federação" -, com compartilhamento do temor de ingovernabilidade e dificuldade de coordenação federativa.

Entretanto, como a literatura especializada - particularmente na Ciência Política, por meio dos trabalhos de autoras como Marta Arretche² e Maria Hermínia Tavares

de Almeida³ - tem reconhecido que em período recente houve muito mais um processo de descentralização da *provisão/implementação* dos serviços do que descentralização do poder decisório sobre essas políticas. Esta é que permaneceu centralizada no nível federal. Diversos autores têm demonstrado, em diferentes políticas públicas, os mecanismos à disposição do governo federal para garantir a coordenação de ações com Estados e municípios. Por exemplo, no meu doutorado abordo os mecanismos de coordenação federativa desenvolvidos no caso do Bolsa Família.

“
Pensar para além da transferência de renda está na agenda atual

Centralidade

Essa centralização de poder de agenda, regulação, mecanismos de financiamento e indução de ações ajuda a entender a redução de desigualdades territoriais na provisão de políticas sociais diversas, como saúde, educação, saneamento. Essa centralização justifica-se, por exemplo, diante da grande desigualdade de capacidades - admi-

nistrativas, financeiras, de recursos humanos - dos municípios na provisão de políticas públicas.

Desse modo, avançamos nas últimas décadas na definição de padrões nacionais mínimos para a provisão de políticas. Padrões estes que são mais ou menos pactuados em instâncias de negociação federativa, com variações importantes por área de política. Isso não significa, de modo algum, que não há espaços para modificações e agendas próprias no nível municipal - mesmo porque já sabemos que a implementação pode modificar as políticas formuladas.

IHU On-Line - Como conceber a política pública enquanto campo multidisciplinar e pensar para além dos programas sociais?

Renata Bichir - As políticas públicas são cada vez mais complexas, envolvendo diversidade temática, grande número de atores estatais e não estatais e públicos variados. Especialmente no contexto brasileiro, federativo, multipartidário, heterogêneo e desigual, entender o processo de produção das políticas e suas consequências não é uma tarefa trivial. As análises devem compreender as dinâmicas do Estado, mas ir além, considerando as múltiplas dinâmicas sociais e as motivações para os comportamentos, ao longo de processos históricos. Isso implica, para além de perspectivas simplistas que por vezes permeiam o debate público, a combinação de olhares disciplinares distintos e potencialmente complementares, como muito bem colocado no livro organizado por Eduardo Marques⁴ e Carlos Aurélio

2 **Marta Teresa da Silva Arretche**: diretora do Centro de Estudos da Metrópole e coordenadora dos projetos "Políticas Públicas e desigualdade territorial" e "Política e políticas redistributivas". É professora Titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas, doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado no Departamento de Ciência Política do Massachusetts Institute of Technology (EUA). Seus livros mais recentes são: *Democracia, federalismo e centralização no Brasil* (Ed. Fiocruz/Ed. FGV/CEM, 2012) e *Capacidades Administrativas dos Municípios Brasileiros para a Política Habitacional*

(org.) (Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/Centro de Estudos da Metrópole, 2012). (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Maria Hermínia Tavares de Almeida**: cientista política, socióloga e professora universitária, ex-diretora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. É especialista em Sociologia, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutora pela Universidade da Califórnia em Berkeley e livre-docente também pela USP. Atualmente, é professora do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Já participou do Comitê Executivo da Latin American Studies Association (2001-2004), e foi presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (2004-2008). Faz parte do Conselho Consultivo do Brazil Institute. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Eduardo Marques**: professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo - USP. É pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole. Atualmente vice-diretor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos da Metrópole. Também é presidente do RC-21 da International Sociological Association, trustee da Foundation for Urban and Regional Studies - FURS. Pesquisa políticas públicas, tendo publicado sobre políticas de saúde, habitação e infraestrutura, e temas relacionados com cidades, como segregação, pobreza urbana, favelas e precariedade habitacional e desigualdades sociais. (Nota da **IHU On-Line**)

Pimenta de Faria⁵, *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*⁶.

Compreender problemas complexos como a produção de políticas públicas e avançar em sua avaliação multidimensional requer a combinação - teórica e metodologicamente coerente - de arsenais disponibilizados por disciplinas como Ciência Política, Administração Pública, Sociologia, Economia, História, Direito, Relações Internacionais, Psicologia, Antropologia entre outras. Como os organizadores deste livro alertam, o "estado da arte" do campo é ainda mais "multidisciplinar" - com contribuições de diversas áreas sem profunda interligação das disciplinas - do que um diálogo interdisciplinar, quanto mais "transdisciplinar", no sentido da criação de uma macrodisciplina de análise de políticas públicas.

Entretanto, avanços importantes têm sido observados nos últimos anos com a multiplicação de cursos de graduação e pós-graduação multidisciplinares no chamado "campo de públicas". Nestes, os estudos de políticas públicas já nascem multidisciplinares. E, certamente, o avanço das abordagens interdisciplinares abrange não apenas políticas sociais, mas muitas outras políticas públicas, como política econômica, industrial, inovação, infraestrutura, etc.

5 Carlos Aurélio Pimenta de Faria: possui graduação em História, Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ e doutorado em Ciência Política pelo mesma instituição. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Leciona e pesquisa no campo das políticas públicas, com ênfase na análise institucional, nas políticas sociais, na política externa e na gestão metropolitana. É coordenador da área temática Estado e Políticas Públicas da Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP. Pesquisador Associado do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - CEGOV-UFRGS e da Rede Interinstitucional de Pesquisa em Política Externa & Regime Político - RIPPERP. (Nota da **IHU On-Line**)

6 São Paulo e Rio de Janeiro: Editora UNESP e Editora FIOCRUZ, 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Como avalia os programas de transferência de renda no Brasil? Quais as semelhanças e dissonâncias com programas da Argentina e África do Sul, estudados por você? Como pensar para além dos programas?

“

Compreender políticas públicas implica ir além da análise do 'Estado em ação' como ator isolado

Renata Bichir - O Brasil conta com programas de transferência de renda sob a responsabilidade de municípios, Estado e governo federal. Mas, cada vez mais, há articulações com o principal programa do gênero, o Programa Bolsa Família, criado em 2003 a partir da unificação de programas federais anteriores e ampliação do escopo e cobertura do programa, que atualmente beneficia quase 14 milhões de famílias. É importante destacar que este é um dos programas mais avaliados e monitorados no país, para além dos diversos processos de fiscalização pela Controladoria Geral da União - CGU, Tribunal de Contas da União - TCU e outros órgãos. O Ministério do Desenvolvimento Social conta com uma secretaria voltada para a avaliação e o monitoramento de todos os seus programas e políticas, incluindo o Bolsa Família, e muitos dados estão publicamente disponíveis para análises complementares.

O Bolsa Família também é amplamente estudado pela academia, não só no Brasil como internacionalmente, sob os mais diversos ângulos. E vai desde impactos na segurança alimentar, economias locais, mortalidade infantil, resul-

tados eleitorais, até desafios da articulação com outras políticas sociais (em particular educação e saúde), passando pelo debate sobre desigualdades de gênero (uma vez que as mulheres são as principais titulares do cartão), questões relativas a teorias de justiça e possibilidades de inclusão produtiva dos beneficiários. Em meus estudos sobre o tema tenho ressaltado a importância de uma análise histórica e institucional sobre a evolução do programa e a ampliação de seus objetivos principais.

O próximo passo

Uma vez que os objetivos de cobertura e focalização foram atingidos, cada vez mais temos uma ampliação do debate para além da dimensão de transferência de renda em direção às possibilidades de articulação com outras políticas e programas. Essa dimensão da intersectorialidade está prevista desde o início no desenho do Bolsa Família, especialmente por conta do acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação que foram sendo aprimoradas, mas tem sido reforçada nos últimos anos, sobretudo por meio do processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - cujos equipamentos servem de "porta de entrada" para o Bolsa nos municípios - e após a instituição do Plano Brasil Sem Miséria⁷ em 2011.

A partir deste Plano, a articulação intersectorial de iniciativas sociais entra com mais força na agenda. Há perspectiva de articulação da transferência de renda, do acesso a serviços e da inclusão produtiva

7 Brasil sem Miséria: programa social do governo federal brasileiro, criado na gestão da presidente Dilma Rousseff. Lançado em junho de 2011, o programa tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$ 70 por mês. O Brasil sem Miséria consiste na ampliação do programa anterior de combate à pobreza do Governo Lula (conhecido por Bolsa Família). Projetado como programa social de larga escala em fase de pré-implantação, o Brasil sem Miséria pretende promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tendo por meta reduzir drasticamente seus números. (Nota da **IHU On-Line**)

va, tanto no meio urbano como no rural. Logicamente, os desafios na implementação desses princípios são imensos, e devem ser acompanhados com atenção, de modo a avaliar a efetividade das ações. Mas, em síntese, pensar para além da transferência de renda está na agenda atual.

Argentina e África do Sul

Em meu estudo comparativo sobre os programas nacionais de transferência de renda no Brasil, na Argentina e na África do Sul - Bolsa Família, Asignación Universal por Hijo e Child Support Grant, respectivamente -, procurei analisar as condições político-institucionais para o surgimento e desenvolvimento desses programas, bem como as articulações destes com outras políticas sociais, visando entender problemas de coordenação e articulação intersetorial nesses três países. Esses programas de transferência de renda guardam similaridades como pilares da proteção social não contributiva em seus respectivos países, dado seu peso orçamentário, sua cobertura e seus potenciais de coordenação e articulação com outras políticas sociais - sendo que o caso brasileiro se destaca por uma agenda mais explícita de articulação intersetorial e desenvolvimento de capacidades, instrumentos e mecanismos para efetivar esse objetivo.

A tentativa de contraposição a "padrões tradicionais de política social" está no cerne da construção institucional desses programas. Eles seguem, em linhas gerais, os principais mecanismos de gestão que foram desenvolvidos, nos países em desenvolvimento, para entregar benefícios monetários, superando fraudes e relações de clientelismo. Nos três casos, o desenho dos programas, sua forma de entrega - via cartão magnético - e a busca de uma relação direta entre o governo e os beneficiários visam superar um passado marcado pela intermediação clientelista na entrega de benefícios, pela patronagem. Entretanto, esse macro-

-objetivo enfrenta desafios distintos em cada contexto.

IHU On-Line - De que forma é possível articular a concepção de política pública mobilizando atores estatais e não estatais, públicos e privados? Qual o papel de cada um?

Renata Bichir - Cada vez mais compreender políticas públicas implica ir além da análise do "Estado em ação" como ator isolado, uma vez que temos distintos arranjos de produção de políticas, com maior ou menor participação de atores estatais e não estatais nas várias fases da produção das políticas, desde a definição das agendas até processos de monitoramento e avaliação. Os atores não estatais - tanto organizações diversas da so-

“
O problema não reside, em si, na participação no sistema financeiro, mas como esse processo se dá

cidade civil, sem fins lucrativos, quanto atores privados - podem estar envolvidos na provisão direta dos serviços, na realização de estudos diagnósticos, monitoramento e avaliação, na formação de agendas e atendimento de públicos específicos. Essa interação entre atores estatais e não estatais muitas vezes ocorre, inclusive, em espaços institucionais desenhados para tal, como os conselhos de políticas públicas existentes nos três níveis da federação.

Algumas políticas públicas são completamente baseadas na contratação pública, por meio de processos licitatórios, de empresas privadas, tais como políticas de

infraestrutura viária - canalização de córregos, pavimentação de vias, etc. - e mesmo em muitas modalidades de programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida. Em diversos casos de políticas, temos combinação de provisão estatal e privada de serviços públicos - saúde, educação, cultura, habitação. Na saúde, por exemplo, temos a presença cada vez mais expressiva de organizações sociais na provisão de serviços públicos, bem como a presença de provisão privada articulada ao Sistema único de Saúde - SUS⁸, que pode ser caracterizado como um "sistema híbrido".

No caso da política de assistência social, a qual venho estudando nos últimos anos, temos um interessante processo de aumento da presença do Estado na provisão direta dos serviços e na regulação das entidades privadas sem fins lucrativos que historicamente dominaram a provisão de serviços assistenciais no Brasil. Em síntese, os arranjos são diversos e complexos, então é difícil estabelecer um padrão geral.

IHU On-Line - Programas habitacionais, como Minha Casa Minha Vida, dão acesso à casa própria, mas também ao crédito, e impõem a participação das pessoas no sistema financeiro. Quais os riscos e limites de uma política pública que tem o sistema financeiro como aporte para acesso a direitos sociais?

8 Sistema Único de Saúde - SUS: criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e n.º 8.142/90, com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à Saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto. Do SUS fazem parte os centros e postos de saúde, hospitais - incluindo os universitários, laboratórios, hemocentros (bancos de sangue), além de fundações e institutos de pesquisa, como a FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Vital Brazil. Confira a edição 260 da Revista **IHU On-Line**, de 02-06-2008, intitulada *SUS: 20 anos de curas e batalhas*, disponível para download em <http://bit.ly/adKNT5> e edição 376, de 17-10-2011, *Sistema Único de Saúde. Uma conquista brasileira*, disponível em <http://migre.me/5Z4If>. (Nota da **IHU On-Line**)

Renata Bichir - Em primeiro lugar, é preciso considerar que o Minha Casa Minha Vida não é o único - e nem necessariamente o principal - programa de inserção de pessoas no sistema financeiro. Isso ocorre por meio de diversas políticas públicas de acesso a microcrédito e mesmo a partir do Bolsa Família, por exemplo (não é necessário ter conta corrente para acessar o benefício, mas estimulou-se a abertura de contas simplificadas na Caixa Econômica Federal). De modo complementar, é importante considerar que o Brasil apresenta indicadores crescentes de bancarização e acesso ao sistema financeiro, e esses processos não são estimulados somente por políticas públicas, mas também por intensas campanhas privadas de acesso ao sistema financeiro.

O problema não reside, em si, na participação no sistema financeiro, mas como esse processo se dá, em termos de: processos de educação financeira, esclarecimento sobre os parâmetros de endividamento, quando este é o caso; prevenções contra endividamento excessivo das famílias, etc. No caso específico do Bolsa Família, houve um estímulo à abertura de contas simples na Caixa Econômica Federal associado a um processo de avaliação do grau de conhecimento e de práticas de educação financeira por parte dos beneficiários. No caso do Minha Casa Minha Vida, destaca-se o importante subsídio financeiro às famílias da chamada "faixa 1" - com renda mensal de até 1.600 reais -, tradicionalmente excluídas da provisão privada e muitas vezes mantidas fora do radar das políticas públicas de habitação. Uma vez que há um longo prazo para amortização do empréstimo, não há taxas de juros e é bastante baixo o comprometimento da renda das famílias - 5% da renda familiar mensal, no máximo -, pode-se afirmar que se trata de uma política altamente subsidiada que evita alguns dos riscos tradicionalmente apontados.

IHU On-Line - Como fugir da lógica de inserção social via consumo? E como equalizar esse

modelo em um país em recessão econômica?

Renata Bichir - Em primeiro lugar, cabe questionar se, de fato, assistimos nos últimos anos a um processo de "inclusão via consumo". Certamente, a melhoria das condições de vida e renda dos mais

“

Há riscos importantes de reversão de direitos e retração de políticas públicas em contextos de recessão e ajuste fiscal

pobres, bem como o estímulo a diversas fontes de crédito subsidiado, ajudou a aquecer a economia interna e a nos proteger, relativamente, dos efeitos da crise econômica internacional - processo que parece estar se esgotando no momento atual. E, sim, uma parte importante desse processo de inclusão passou ao largo de noções de *direitos*: direito à proteção social, à participação na redistribuição da riqueza socialmente produzida, à cobrança dos governantes por mais e melhores políticas e serviços, que não são dádivas, são direitos.

Entretanto, ao contrário de muitos autores, sou bastante crítica dessa perspectiva, a qual tende a ressaltar a dimensão do aumento da renda das famílias mais pobres em detrimento de uma análise mais abrangente, que considere também dinâmicas de acesso a mercado de trabalho, políticas e serviços diversos, que ajudam a compreender se houve, de fato, processos de melhoria de condições de vida para além do consumo. A ideia de inserção social via consumo é particularmente simplista quando associada ao Bolsa Família: não só

porque o programa não está baseado somente na transferência de renda, mas também na articulação com outras políticas sociais - educação, saúde e, mais recentemente, inclusão produtiva, no caso do Pronatec⁹/Brasil Sem Miséria -, mas principalmente porque, em muitos casos, estamos falando de famílias que, finalmente, tiveram acesso a condições adequadas de alimentação e segurança alimentar, com impactos positivos, inclusive, na redução de indicadores de mortalidade infantil. Então, de qual "consumo" estamos falando mesmo?

Logicamente, investimentos sociais importantes dependem, também, de processos de crescimento econômico, já que é necessário financiar as políticas diversas. Quando há retração econômica, como no momento atual, reduz-se a disponibilidade de recursos para investimentos diversos, com riscos de contingenciamentos, reduções e mesmo interrupções de políticas diversas. Entretanto, não se pode perder de vista que a definição de agendas prioritárias de políticas públicas é sempre uma questão política e conflituosa - nos termos de um dos pais fundadores das análises de políticas públicas, Harold Lasswell¹⁰, é preciso compreender

9 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec: foi criado pelo Governo Federal do Brasil no dia 26 de outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011. O programa tem como objetivos expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para alunos brasileiros. São ofertantes do Pronatec as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente. (Nota da **IHU On-Line**)

10 Harold Dwight Lasswell (1902-978): foi um cientista político e teórico da comunicação estadunidense. É considerado um dos fundadores da psicologia política. Foi membro da escola de Chicago, aluno de Ciência Política na Universidade Yale, presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência (World Academy of Art and Science - WAAS) e, também, conselheiro editorial da Propædia. (Nota da **IHU On-Line**)

quem ganha o que, por que, e com quais consequências. Ou seja, os constrangimentos econômicos são uma variável necessária, porém não suficiente, para compreender transformações nas agendas de políticas públicas ao longo do tempo.

IHU On-Line - Num cenário de ajuste fiscal, quais os riscos para implementação, e até manutenção, de políticas públicas com base nos processos de financeirização? E como assegurar, e evitar retrocesso, as políticas diante desse quadro?

Renata Bichir - Conforme mencionado na resposta anterior, há riscos importantes de reversão de direitos e retração de políticas públicas em contextos de recessão e ajuste fiscal. Como no momento atual, a depender de processos políticos de priorização de políticas. Não se pode desconsiderar, entretanto, que beneficiários e usuários de políticas públicas diversas, bem como burocratas, organizações diversas da sociedade civil e outros atores relevantes podem se constituir como importantes pontos de veto a tentativas de reversão de direitos e políticas.

IHU On-Line - Quando e como uma política pública se torna elemento de segregação?

Renata Bichir - Os modos de provisão de serviços e políticas públicas podem ajudar a mitigar ou reforçar mecanismos de segregação. Este também é um conceito polisêmico, o qual remete à ideia de separação/isolamento de grupos sociais específicos. Também é importante definir qual é o grupo social de referência - grupos étnicos, raciais, sociais, de gênero.

No caso brasileiro, temos importantes estudos sobre a segregação residencial, sobre os padrões de distribuição espacial de grupos sociais, sejam estes definidos em termos de renda (segregação entre pobres e ricos), seja em termos de categorias ocupacionais. Destaque para os trabalhos do professor Eduardo Marques. Em termos muito gerais, uma política promove segregação residencial quando estimula a separação de grupos sociais no espaço - caso típico dos grandes conjuntos habitacionais construídos nas periferias metropolitanas nos anos 1970 e 1980, distantes dos centros urbanos, em locais desprovidos de transporte público e outros serviços (tanto em cobertura como em qualidade), distantes das oportunidades de trabalho e de outras amenidades essenciais à vida urbana. Como contraponto, políticas públicas que promovem mistura social de grupos sociais diversos - tanto levando serviços e políticas de qualidade para áreas tradicio-

nalmente desprovidas, como estimulando o convívio e a permanência de distintos grupos sociais em áreas tradicionalmente ocupadas por grupos sociais privilegiados - ajudam a reduzir a segregação. Temos exemplos importantes que vão desde ações afirmativas, cotas nas universidades públicas, até programas de habitação social em áreas centrais.

Entretanto, no entendimento dos processos que contribuem para promover ou reduzir a segregação dos grupos sociais no espaço, devemos incluir não somente a atuação do Estado. Também é preciso levar em conta o papel de diferentes capitais privados associados à construção do espaço urbano.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Renata Bichir - Para finalizar, gostaria de ressaltar que há muitos estudos de qualidade sendo produzidos no campo de análise de políticas públicas, sob as mais diversas perspectivas teóricas e metodológicas e abarcando diferentes olhares disciplinares. Entretanto, temos que avançar na disseminação e comunicação (em linguagem acessível) desses estudos de modo a melhorar a qualidade do debate público sobre políticas no Brasil, que ainda é muito impressionista e superficial. ■

2º CICLO DE ESTUDOS

ME TRÓ POLES

POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO.
TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTOS DA VIDA
E O COMUM



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

13 DE AGOSTO A
05 DE NOVEMBRO DE 2015

Acesse ihu.unisinos.br para mais informações

Conhecimento para conexão com a realidade

Paulo Jannuzzi defende que é preciso que o Estado pesquise e produza informação sobre suas políticas públicas. Assim, terá condições de aprimorá-las e conectar com a realidade em movimento

Por João Vitor Santos

Tão importante quanto constituir e operacionalizar as políticas públicas é avaliar, pesquisar e produzir informações acerca dos programas. É nessa linha que vai o secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social, Paulo Jannuzzi, ao destacar o papel dos indicadores sociais nas reflexões acerca de políticas públicas. “A gente chegou aonde chegou, no sentido de tirar o Brasil do mapa da fome, diminuir a pobreza, por conta da emergência de um conjunto de políticas públicas com determinados desenhos. Mas também por conta de produzir informação para o aprimoramento dessas políticas”, defende, em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**.

Na conversa de cerca de uma hora, o secretário ainda fala dos desafios de se pensar políticas públicas em contextos de crises, e assegura: programas sociais não “pagam o pato” no arrocho fiscal. “A estratégia como um todo precisa ser avaliada no médio e no longo prazo. Nesse sentido, o Brasil passou de um patamar de 13% do PIB em políticas sociais nos anos 1980, antes da Constituição, para um total de 25% do PIB em políticas so-

ciais. Isso mostra claramente que houve um compromisso de fortalecer a política social”, dispara. Jannuzzi também destaca o papel do debate e reflexão sobre a condução das políticas sociais no Brasil. Mas critica a forma como o tema vem sendo tratado. “Do ponto de vista da disseminação da informação, o desafio é que ainda não temos um jornalismo especializado em políticas públicas. Não podemos tratar a política pública como se fosse assunto de conjuntura política”.

Paulo de Martino Jannuzzi é professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Atualmente, ocupa o cargo de Secretário de Avaliação e Gestão de Informação - SAGI do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. É graduado em Matemática Aplicada e Computacional pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e doutor em Demografia pela Unicamp.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como pensar políticas públicas para além de uma verticalidade institucionalizada?

Paulo Jannuzzi - As políticas públicas passaram por uma mudança significativa desde a Constituição de 1988. A começar pelo processo de formulação das políticas. Se antes da Constituição de 88 tínhamos de fato um processo predominantemente vertical, de cima para baixo, na formação de políticas públicas, a Constituição trouxe clareza ao preconizar o diálogo, a

participação social. E isso em todo processo de formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Desde então, em particular nos últimos 12 anos, temos constituído muitos fóruns de diálogo e de participação social.

É natural que o processo de formulação de políticas públicas tenha uma responsabilidade maior por parte daqueles agentes que têm recursos para operá-la, e que têm, de alguma forma, mandato constitucional para tocar o proje-

to. No caso do Bolsa Família, tínhamos várias experiências do final dos anos 1990, que eram o Bolsa Escola, transferências de renda em municípios, mas que estavam com sérios problemas de gestão, alguns problemas de financiamento e, de fato, alguns problemas de cadastro. Assim, o Bolsa Família emergiu como alternativa a partir dos sucessos e insucessos de programas municipais de transferência de renda. Então, até no Bolsa Família existiu um processo de conheci-

mento do que dá e do que não dá certo e de diálogo com agentes.

Participação provocada

É preciso entender que existe uma determinação na Constituição de que as políticas públicas devem ser de fato dialogadas com a sociedade. Mas é preciso que o Poder Executivo, os ministérios encarregados dos programas, tenham um papel mais proativo de propor soluções e validar essas soluções com outros agentes. Ir além da verticalidade tradicional é isso.

Este ano, temos em novembro e dezembro, aqui em Brasília, as duas principais conferências que dialogam conosco. É a Conferência Nacional de Segurança Alimentar¹ e a Conferência Nacional de Assistência Social². São dois espaços em que dialogamos com a sociedade, com os conselheiros que estão nos trazendo o que já vem se discutindo nos municípios e estados. São as grandes ideias, limites e desafios. Agora, a operacionalização disso, o desenho, tem de ser deixado para a equipe mais profissionalizada.

IHU On-Line - Em que medida os indicadores, que quantificam e mensuram políticas públicas, podem ser tomados como termômetro para o sucesso de determinada política ou programa, comprovando sua eficiência? E como fazer um bom uso desses indicadores?

Paulo Jannuzzi - Os indicadores são uma fonte importante para produzir embasamento técnico para avaliação das políticas. Existem muitas dimensões de avaliação de uma política que não são tangíveis a ponto de serem expressas por meio de um indicador. E por isso é importante nos valermos de métodos quantitativos, mas também qualitativos. Nestes, há participação da sociedade através de entrevista, grupos de discussão,

¹ A Conferência ocorre de 3 a 6 de novembro de 2015, em Brasília. Confira mais em <http://bit.ly/1L65svI>. (Nota da IHU On-Line)

² A Conferência ocorre de 7 a 10 de dezembro, em Brasília. Confira mais em <http://bit.ly/1Pt2kYz>. (Nota da IHU On-Line)

audiências públicas. Esses métodos qualitativos são importantes porque trazem elementos que são considerados também no processo de avaliação.

Qualitativo + quantitativo

Trabalhar com efeitos de programas nos apresentam algumas dificuldades em dimensões, como captar dados de indicadores concretos. É nesse momento que nos valem das metodologias qualitativas. Elas nos ajudam a identificar algumas dessas dimensões. Agora, existem vários critérios para além de um critério de efetividade na resolução do problema social para o qual o programa existe. Naturalmente que, em algum momento na vida de um programa, no ciclo de vida, precisaremos responder: em que medida esse programa resolveu, mitigou, equacionou aquele problema social originário? Precisamos de alguma evidência e os indicadores quantitativos são boas evidências nesse sentido.

Tempo de maturação

Também é importante nos atermos a outro detalhe. Às vezes, vamos conseguir encontrar essas evidências (que servem como indicadores) somente quando o programa estiver plenamente implantado. As políticas públicas federais, sobretudo as nossas, operam com muitos agentes. Nós trabalhamos com mais de 600 mil agentes e atores públicos. Fazer com que todo mundo trabalhe no mesmo sentido, com igual nível de capacitação, com recursos alocados adequadamente é uma engenharia complexa, que leva mais do que quatro, cinco anos. É necessário um período de maturação. Às vezes, não se conseguem dados concretos da mitigação da problemática social porque o programa está ainda em processo de maturação.

Avaliação e não punição

Naturalmente, nesse processo tem de haver aprendizagem organizacional e correção de rumos. É

justo e meritório usar indicadores para penalizar unidades e municípios que não conseguiram atingir determinado patamar? Não, é equivocado. Se foi identificado que determinadas regiões ou municípios não conseguiram cumprir metas, é preciso avaliar por que a meta não foi cumprida. Não podemos esperar resultados semelhantes em municípios que têm uma capacidade de gestão diferente, ou que têm problemáticas sociais agravadas.

Até mesmo em um município que tem duas unidades de referência de assistência social, o desempenho dos dois postos de atendimento pode ser diferente, porque um pode estar no contexto de operação melhor do que o outro. Temos de nos valer dos indicadores não para penalizar ou premiar, e sim para diagnosticar e saber encontrar qual é a política pública e de recursos que precisamos para avançar no atingimento de objetivos e também não agravar o problema de desigualdade no Brasil. Não adianta só atender os municípios que estão desempenhando melhor as políticas, porque aqueles que continuam desempenhando de forma precária vão ficar cada vez mais atrás. O que queremos garantir é um foco de equidade nas políticas públicas. É garantir que todo mundo suba junto.

IHU On-Line - Quando e como se percebe que um programa social não dá mais conta de uma realidade?

Paulo Jannuzzi - A partir de um conjunto de evidências que são mostradas sistematicamente. São indicadores que vão mostrando que existem limitações naquele tipo de abordagem. Às vezes, pode ser uma limitação da própria origem do programa. Programas como os de primeiro emprego para jovens, por exemplo. Esses programas, de modo geral, têm indicadores de insucesso. Eles têm forte apelo de organização, formulação e promoção. No entanto, inevitavelmente, quando avaliados do ponto de vista de sua efetividade, mesmo da avaliação da qualidade dos serviços, são muito criticados. Isso porque

está se propondo a um objetivo que, para jovens de 16 a 20 anos, talvez não seja a melhor política pública aplicada.

Jovens nessa faixa etária estão querendo, de fato, se inserir no mercado de trabalho. No entanto, a política, para boa parte desses jovens, ainda é completar o Ensino Médio ou um Ensino Técnico. As empresas também têm resistências de contratar jovens nessa faixa etária porque os jovens, muito justamente, não querem se fixar numa atividade unicamente. Eles querem ter experiências em várias ocupações para decidir o que vão querer da vida. Então, o programa que objetiva proporcionar um primeiro emprego para o jovem tem equívoco de formulação. Na verdade, não deveria ser primeiro emprego. Deveriam ser experiências de orientação profissional e conhecimento de ocupações. Em que o jovem pode até visitar empresas, ter algumas experiências de conhecer mais o que se faz. Mas isso tudo sem descuidar de que ele tem, de fato, de completar o seu Ensino Médio.

Existem outras experiências de programas em que vamos vendo as evidências de que talvez parta de um diagnóstico equivocado ou não seja o melhor desenho para operar determinada política pública.

Transferência de renda municipal

A experiência que nós temos no Brasil de programas de transferência de renda municipal é outro exemplo. Municípios mais pobres, que precisariam de transferência de renda, eram exatamente os municípios que não tinham recursos para operar um programa dessa natureza. Muitas dessas experiências eram meritórias na sua proposta. Porém, ou o público era muito pequeno ou rapidamente houve problemas de financiamento ou mesmo de gestão. É preciso ter um sistema como o cadastro único, uma tecnologia social completa para inclusive garantir que um indivíduo que more no município “x” possa continuar recebendo o bene-

fício se mudar-se para o município “y”. Então, é um programa público que existia há 15 anos, com experiências municipais de transferências de renda, que se mostrou pouco eficaz para combater a pobreza num sentido mais abrangente no Brasil.

IHU On-Line - Como assegurar a integridade na coleta e interpretação dos dados, sem contaminações político-partidárias ou manipulações? E quais os desafios para disseminação desses dados de forma pública e eficaz?

Paulo Jannuzzi - Vou falar primeiro do processo de coleta de dados e realização de pesquisas. Avaliação de programas é algo técnico. É preciso garantir que suas metodologias, suas amostras, métodos e questionários sejam aqueles fundamentados nas melhores práticas. Não interessa a qualquer governo responsável que a mostra seja enviesada para que possa produzir resultados favoráveis ou dispor das perguntas num questionário para também, de alguma forma, favorecer algum tipo de avaliação. Porque isso é de pouca validade e não se sustenta. Nós, aqui do Ministério de Desenvolvimento Social, temos uma política de ampla disseminação de todos os nossos instrumentos e também dos dados de pesquisa. Tudo que levantamos, publicamos na internet³.

Assim, as pessoas podem constatar que não existe um viés, ou que procuramos evitar qualquer forma de viés. Queremos produzir evidências que de fato ajudem a aprimorar a política. Não precisamos fazer avaliações como fazem, infelizmente, alguns institutos que, em período eleitoral, enviam a amostra ou fazem algum tipo de manipulação do questionário para favorecer um ou outro candidato. A avaliação de políticas públicas

³ **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI:** unidade técnico-administrativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, responsável pelas ações de gestão da informação, monitoramento, avaliação e capacitação/formação das políticas e programas do Ministério. Confira mais em <http://bit.ly/1Fuq2U3> (Nota da IHU On-Line)

precisa ser um processo técnico, cientificamente orientado. E, assim, fazemos avaliações que trazem boas notícias, no sentido de mostrar efetividade do programa, e pesquisas que mostram problemas nos nossos programas. São desafios que ainda não conseguimos avançar.

Conflitos na divulgação

Do ponto de vista da disseminação da informação, o desafio é que ainda não temos um jornalismo especializado em políticas públicas. Já temos jornalismo econômico, científico e vamos precisar, cada vez mais, do jornalismo especializado em políticas públicas, porque não podemos tratar a política pública como se fosse assunto de conjuntura política. O jornalista que cobre assuntos de conjuntura política no Congresso e no Planalto não é o jornalista que, necessariamente, pode participar e discutir de avaliações de programas como Bolsa Família, Pronatec, porque o assunto é complexo. Da mesma forma que no jornalismo econômico é preciso conhecer conceitos, fontes de dados, ter conhecimento de teoria econômica, na avaliação das políticas públicas também é necessário conhecimento de conceitos e de fonte de dados e da operação do desenho dos programas. Do contrário, o jornalista pode ser leviano ao tratar determinada temática.

Nesse sentido, tivemos um exemplo claro com relação à revista *Veja*⁴. O jornalista, vamos dizer desavisado, pegou uma série histórica dos beneficiários do Bolsa Família no nosso site e depois pegou um último dado na Caixa Econômica Federal. E aí comparou dados de beneficiários em fontes distintas e fez uma conclusão de que o ajuste fiscal estava diminuindo o número de beneficiários, quando, na verdade, ele não leu o conceito que estava por trás da informação que levantou no nosso site e no da Caixa Econômica. Minimamente, deveria ter consultado o Ministério de Desenvolvimento

⁴ Confira notícia acerca do episódio publicado no sítio Portal Fórum <http://bit.ly/1L68tMm>. (Nota da IHU On-Line)

to Social a respeito dessa eventual diferença. Isso só reforça que não podemos fazer jornalismo de acompanhamento de políticas públicas com pessoas que não tenham algum grau de inserção na área.

IHU On-Line - Mas o episódio suscita duas indagações: 1ª) a informação está disponível, mas não acessível a qualquer um. Há uma assistência para interpretação dos dados?

Paulo Jannuzzi - Sim. Temos uma assessoria de comunicação aqui com 30 pessoas para dar atendimento. Todo dia temos jornalistas perguntando sobre resultados e nosso pessoal da assessoria de comunicação indica as fontes. E todas as nossas informações estão na internet.

IHU On-Line - 2ª) E pensando objetivamente nesse episódio com o Bolsa Família, é exatamente o contrário do que foi tratado na revista? Ou seja, com o ajuste fiscal não há impacto ou diminuição de beneficiários do Bolsa Família?

Paulo Jannuzzi - É exatamente o contrário. É a produção de um factóide que não ajuda em nada na política pública. Só desinforma. Se o Ministério de Desenvolvimento Social não tivesse tomado as ações que tomou, nós poderíamos ter um processo como o que tivemos há dois anos quando se divulgou um boato de que o Bolsa Família iria acabar. As pessoas correram para os caixas eletrônicos, deu uma série de confusões. E pergunto: no que isso ajuda a política pública no Brasil? Se tivessem ouvido o Ministério, saberiam que pegaram o dado errado. Deveriam ter pegado todo o dado histórico no nosso site, mas pegaram um dado de nosso site e depois um dado da Caixa Econômica. Daí, juntaram duas informações não conectadas e inferiram uma conclusão que poderia ter um impacto muito ruim para a sociedade.

Temos tentado fazer minicursos com jornalistas, tentando mostrar para eles o nosso site e onde buscar informação. Isso tem ajuda-

do a mitigar parte dos problemas que temos tido na divulgação de informações.

IHU On-Line - Não podemos desconsiderar a atmosfera que se constitui em torno do ajuste fiscal e, na prática, o corte de recursos para programas sociais. Como assegurar a manutenção de políticas públicas num cenário de arroxo e ajuste fiscal?

Paulo Jannuzzi - Precisamos ver que as coisas mudaram. Existem todas as manifestações de que o Bolsa Família vai ser preservado e está sendo preservado. Existem todas as outras manifestações de que os ajustes realizados em programas sociais são ajustes de desenho e aprimoramento. Não são cortes efetivamente. É o caso do Seguro Desemprego. É lidar com situações que foram, de certa forma, consideradas abusivas. Ou que não favorecem o fortalecimento da política. É lamentável que não tivéssemos feito antes disso. Mas, existem momentos em que precisamos fazer ajustes.

Neste contexto houve um grande problema de comunicação, do próprio Governo, na hora de deixar claro que muitos dos ajustes que foram realizados com relação ao Seguro Desemprego, em particular, têm a ver com correção de desenho de situações muito específicas. Onde, inclusive, o impacto geral em termos de economia é muito menos do que aquilo que se supõe. E, no caso do Bolsa Família, existem todas as indicações de que ele vai ser preservado porque mostrou seu mérito e cobre um papel importante que o Seguro Desemprego não cobre. São justamente as pessoas que não têm vínculo formal no mercado de trabalho, que é um contingente grande, embora tenha diminuído nos últimos anos.

Política social e os cortes

Entendo que, muitas vezes, analistas e pesquisadores possam estar ainda com essa avaliação de que o social acaba sempre pagando o pato (em situações de ajuste fis-

cal). Mas é preciso também atualizar o discurso. Vamos avaliar o quadro que temos com mais serenidade e ver de fato onde houve os maiores cortes num dado momento. É preciso, num contexto de restrição de recursos, cortes em programas de fomento à produção econômica ou de incentivo ou redução de subsídios de determinado setor. E, eventualmente, também é preciso reduzir a oferta de programas e de vagas. É o que está acontecendo no caso do Pronatec⁵. Mas isso é contingencial.

A estratégia como um todo precisa ser avaliada no médio e no longo prazo. Nesse sentido, o Brasil passou de um patamar de 13% do PIB em políticas sociais nos anos 1980, antes da Constituição, para um total de 25% do PIB em políticas sociais. Isso mostra claramente que houve um compromisso de fortalecer a política social. É possível ver que os recursos na área da Educação, da Saúde nunca diminuíram, como também na área da Assistência Social sempre cresceram. Um conjunto de políticas redistributivas, como o Bolsa Família, ou afirmativas como todas as políticas de cotas, ou afirmativas no sentido de gênero ou raça, foi implantado nesse período. Ao longo do período, temos de ver o processo de fortalecimento das políticas sociais.

Estamos vivendo, agora, uma situação de dificuldade. E podemos perceber que é no mundo todo. Podemos ver que na Europa está ocorrendo situação semelhante, agravada por situações políticas

⁵ **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec:** foi criado pelo Governo Federal do Brasil no dia 26 de Outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011. O programa tem como objetivos expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para alunos brasileiros. São ofertantes do Pronatec as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente. (Nota da **IHU On-Line**)

em alguns países, com efeito migratório. No caso brasileiro se adiou o quanto que se pôde, de alguma forma, essa crise internacional. E temos uma crise interna aqui também produzida por uma série de fatores que nem me arriscaria a falar porque não sou especialista.

IHU On-Line - Como pensar em saída de "estado de crise" via política pública? Como evitar o aumento da desigualdade na crise?

Paulo Jannuzzi - Primeiro, precisamos identificar que a crise, os efeitos de uma desaceleração econômica no Brasil, hoje, são muito distintos do que seria há 15 anos. Se formos olhar o volume de recursos que o Bolsa Família injeta na economia das famílias pobres, veremos que é gasto público anticíclico. Porque você transfere dinheiro, as famílias consomem basicamente todos os recursos do Bolsa Família em alimento ou em prestação de geladeira, fogão. Portanto, movimenta a economia. É por isso que no Nordeste alguns municípios vêm crescendo a taxas mais elevadas que seu PIB. São recursos das aposentadorias, benefícios continuados e também do Bolsa Família que, em algumas cidades, chegam a ser maiores do que a fatia de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM⁶. A política social tem desdobramentos econômicos. É o efeito multiplicador econômico que tem sido estudado.

Fator cambial

Agora, existem outros setores, como o automobilístico, que tem também um importante encadeamento no ciclo de produção econômica. Depende realmente da

6 Fundo de Participação dos Municípios - FPM: é a maneira como a União (Governo Federal do Brasil) repassa verbas para os municípios brasileiros, cujo percentual, dentre outros fatores, é determinado principalmente pela proporção do número de habitantes estimado anualmente pelo IBGE. De acordo com Decreto-Lei nº 1.881, cada faixa de população determina os coeficientes de distribuição do FPM: que são variáveis em 16 faixas até o limite de Acima de 156.216 habitantes, mas - acima deste número - o coeficiente máximo torna-se fixo. (Nota da **IHU On-Line**)

conjuntura internacional, da nossa capacidade de exportação que começa a melhorar na medida em que a moeda desvaloriza. Se por um lado temos a desvalorização do Real, por outro lado a moeda desvalorizada deixa nossos produtos mais atrativos lá fora. Isso pode ser uma saída da crise, via própria desvalorização da moeda, tornando nossos produtos vendáveis. Só que, lá fora, a conjuntura também não é tão favorável assim. Então, temos na verdade um desafio de mercado interno.

Solução no mercado interno

O Brasil cresceu muito por causa do mercado interno e nós estamos exatamente vivenciando esse desafio de continuar crescendo no mercado interno. E é preciso continuar crescendo via emprego. Na medida em que a economia brasileira começa a retomar a criação de emprego, nós teremos de novo essa possibilidade virtuosa que ocorreu nesses últimos anos de geração de renda, remuneração, aumento de salário mínimo e, também, aumento da capacidade de consumir e diminuição da desigualdade.

Quando olhamos para a distribuição de renda só pela renda que a família recebe, estamos deixando de considerar a possibilidade que muitas famílias estão tendo de subsídio da casa própria, o acesso ao Pronuni⁷, por exemplo. Quando uma pessoa tem acesso a uma vaga do Pronuni, ela não está pagando para a universidade, mas é como se ela tivesse um acréscimo de renda que deveria ser contabilizado na renda familiar. Quando tem acesso ao Pronatec, está fazendo um curso gratuito de boa qualidade. Se computássemos na renda familiar,

7 ProUni: o Programa Universidade para Todos foi instituído em 2004 pelo governo federal, por meio da Medida Provisória - MP nº 213, de 10-09-2004, posteriormente convertida na Lei nº 11.096, de 13-01-2005, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493, de 18-07-2005. O programa concede bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação ou de cursos sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (Nota da **IHU On-Line**)

e esse é um dos desafios, todo o conjunto de políticas públicas que foram criadas nesse período, verificamos que o processo redistributivo continua vigendo.

IHU On-Line - Esse circuito que o senhor descreve, evidencia que a política pública brasileira está muito alicerçada no consumo, correto? Quais os riscos?

Paulo Jannuzzi - O que é bem-estar? É garantir acesso a uma quantidade suficiente de alimento e conforto. E conforto é bem-estar material. Não vejo por que comprar uma geladeira nova, uma televisão nova é visto por especialistas de forma negativa. As pessoas trabalham e se esforçam, passaram a ter acesso a crédito. O crédito era bastante restritivo no Brasil e se passou a ter acesso a crédito mesmo com juro razoavelmente elevado. Isso é positivo. As pessoas querem fazer curso superior. Por que é ruim o Fies⁸? O programa aumentou, as pessoas passaram a ter possibilidade de financiar o seu curso.

O problema é que, de fato, as pessoas se endividam mais do que podem. Isso é um problema mais de classe média, média alta do que da classe baixa. Porque a classe baixa tem taxas de inadimplência muito pequenas, entre os próprios beneficiários do Bolsa Família. As pessoas não economizam porque recebem um recurso tão pequeno que não tem como economizar. Uma parte importante da expansão do mercado interno brasileiro se deu com base no acesso a crédito que possibilitou que as pessoas tivessem, por exemplo, acesso ao celular, o que, para boa parte de nossos beneficiários, é um instrumento de trabalho. É o pintor, o servente de pedreiro, a cozinheira, a diarista que precisam do celular para garantir o emprego da próxima semana, o contato do próximo mês. A avaliação que temos não é negativa. ■

8 Fundo de Financiamento Estudantil - Fies: é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos. (Nota da **IHU On-Line**)

Crescimento econômico é máxima incontornável para garantir programas sociais

Para Waldir Quadros, a lógica de cortar investimentos é uma loucura, embora seja tratada com naturalidade pelo ministro Joaquim Levy

Por Patricia Fachin

“Se nosso país não voltar a crescer, não tem como equacionar a questão social no Brasil, com ou sem política social, não dá”, diz Waldir Quadros à IHU On-Line. Na entrevista a seguir, concedida por telefone, ele é categórico ao afirmar que o crescimento da economia é uma “máxima incontornável” para o desenvolvimento de políticas e programas sociais no Brasil. Segundo ele, foi o crescimento econômico que assegurou a manutenção de programas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família, Fies e Minha Casa Minha Vida, durante o governo Lula. “Foi isso que aconteceu no governo Lula: o país cresceu e deu para ajustar, melhorou a situação social, mas se parar de crescer, voltará tudo para trás. Sem proteção, não tem rede que funcione nessa escala”, insiste.

Waldir Quadros explica ainda que os programas sociais desenvolvidos no Brasil desde o governo de Fernando Henrique Cardoso seguem uma “concepção que vem do Banco Mundial” e que podem funcionar se houver crescimento econômico no país. “Na fase do crescimento econômico, esse modelo de política social ajudou e funcionou muito bem, possibilitando a distribuição de renda e tudo mais”. Mas a novidade central em termos de “política pública”, distribuição de renda e bene-

fícios sociais não foi, para ele, gerada por esses programas sociais, mas, sim, pela valorização do salário mínimo acima da inflação. “Foi o aumento do salário mínimo que garantiu o maior efeito redistributivo, porque repercutiu na base do mercado de trabalho e nos benefícios sociais, porque a previdência paga no mínimo um salário mínimo, a aposentadoria rural, um salário mínimo, etc. A melhor política social é o salário mínimo crescer acima da inflação e isso, obviamente, está comprometido agora, porque o país não cresce e o governo não vai tolerar, dentro da lógica dele, aumentos substanciais de salário mínimo, o que justamente tem um impacto muito grande”. E acrescenta: “O problema é esse: a orientação do ajuste fiscal conservador. Ele passará o trator em cima de tudo o que estava funcionando mais ou menos ou bem”.

Waldir José de Quadros é graduado em Economia pela Universidade de São Paulo - USP e possui mestrado e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, onde atualmente é professor associado do Instituto de Economia.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 14-09-2015, disponível em <http://bit.ly/1jpMsfb>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Já é possível avaliar quais programas sociais e políticas públicas foram mais atingidos pelo ajuste fiscal até o momento?

Waldir Quadros - O ajuste fiscal está no começo. O que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o governo têm anunciado é uma disposição para realizar os cortes.

Na verdade, o que é mais preocupante é que os cortes mais efetivos ainda não foram feitos. Por enquanto, eles têm cortado o que chamam de má gestão, ou seja, o



Se nosso país não voltar a crescer, não tem como equacionar a questão social no Brasil

que está na boca do caixa: estão atrasando pagamentos, restringindo pagamentos e cortando onde dá. O que eles querem cortar a partir de agora é aquilo que está em lei, no orçamento. Eles querem aprovar no Congresso cortes em programas sociais: querem cortar o orçamento da educação, da saúde, da previdência. Portanto, o mais sério, se eles conseguirem levar a cabo essas intenções, é o que virá.

No momento eles têm cortado, por exemplo, o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, que está em uma situação bastante preocupante, porque estão cortando não só novos financiamentos, mas também os que já estão em execução. Os alunos têm tido grande dificuldade para acessar o sistema, ou seja, há todo um expediente para atrasar pagamento. Então, o ajuste que foi realizado até agora nas áreas sociais está diminuindo e desmoralizando os programas. O Fies, por exemplo, hoje já está desmoralizado entre os alunos novos, pois já falam que "não irá adiantar, ninguém está conseguindo financiamento, está tudo uma bagunça". Esse era um programa ultra bem cotado, era importante e hoje está sofrendo com esses atropelos.

Lógica do ajuste fiscal

Qual é a lógica do corte? O problema geral é que a lógica do ajuste fiscal conservador, que é o que está sendo feito, é cortar onde tem gastos, e o critério é simplesmente cortar, não importa, nessa perspectiva, a relevância do pro-

grama, ou o impacto social. Em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida, novos contratos serão desacelerados, do mesmo modo que outros programas, como o Sem Fronteiras, e o Seguro Desemprego. A área social, em um ajuste conservador, é sempre a grande candidata a corte. O trágico é que esses são os programas concebidos para servir como rede de proteção social, e na hora da crise, da recessão e do ajuste, onde mais se precisa dessa rede, ela é retirada ou encurtada.

IHU On-Line - E como deve ser o impacto em programas como o Bolsa Família?

Waldir Quadros - O Programa Bolsa Família é outro grande candidato a cortes, porque é um recurso "livre", à medida que é só não renovar e não expandir o programa. Agora, é difícil retirar quem já está no programa. Acho que o próximo passo do governo será cortar tudo o que é expansão, tudo que é recurso livre, para depois começar a mexer dentro dos que já estão incluídos; esse seria um passo mais ousado, e espero que não ocorra. Além disso, obviamente dificilmente o valor do Programa Bolsa Família será reajustado; ele ficará congelado. Então, nessa linha, eles levarão até onde podem, depois passarão a cortar mais fundo.

Essa lógica de cortar o que dá, é uma loucura, e o Ministro Levy fala disso com a maior tranquilidade. Vi uma declaração dele na televisão, falando sem nenhuma preocupação social, dizendo que "depois voltaremos a crescer". Como voltaremos

a crescer? É só olhar para a Europa. Uma hora é claro que o país voltará a crescer, não sei quando, mas o problema é saber quem sobreviverá até lá. É como o darwinismo social: quem sobreviver, sobreviveu.

IHU On-Line - O senhor chama atenção para o fato de a rede de proteção social estar ameaçada neste período de crise. O que isso demonstra em relação ao modo como essa rede de proteção social tem sido pensada e desenvolvida no Brasil?

Waldir Quadros - Na verdade, se olharmos para boa parte dos programas, veremos que eles têm uma concepção que vem do Banco Mundial. Então, esse tipo de política de atender aos mais vulneráveis, já começou no governo do Fernando Henrique. Agora, por que no governo do Lula e, parcialmente até agora, no governo Dilma, os programas sociais funcionaram melhor do que antes? Por causa do crescimento econômico. Portanto, esses programas têm uma efetividade maior quando o país está crescendo, porque aí sobra fora do mercado de trabalho um resíduo, que é grande no Brasil, e aí a rede de proteção social é importante, é fundamental para pessoas não passarem fome, etc. O Programa Bolsa Família, sob esse ponto de vista, foi exitoso não para tirar as pessoas da miséria, mas para ficar numa miséria assistida. Isso que é uma rede de proteção social: não tira as pessoas da miséria, mas assiste.

Do mesmo modo, o Seguro Desemprego serve para proteger a pessoa quando ela está desempregada. É claro que ele tinha problemas. Como podia crescer o gasto na hora em que estava expandido o emprego, que foi o que aconteceu? Essas questões tinham de ter sido vistas antes, agora que o desemprego está aumentando, não dá. O governo vai querer cortar agora porque antes estava crescendo de forma desajustada? O Fies também, cresceu

de uma forma descontrolada, mas deviam ter controlado isso antes. Como solução, vão querer cortar o programa agora? Isso significa que esse ajuste serve apenas para cortar gastos e não aperfeiçoar os programas. O Seguro Desemprego deveria ter sido aperfeiçoado, o Fies e as pensões poderiam ter sido aperfeiçoados.

Essa rede de proteção social é de inspiração do Banco Mundial. Todos os países da periferia que se ajustaram a ele, fizeram esse tipo de política social que temos no Brasil. Na fase do crescimento econômico, esse modelo de política social ajudou e funcionou muito bem, possibilitando a distribuição de renda e tudo mais. Agora, o principal programa social, que não são esses do Banco Mundial - e que é onde inovamos -, foi o crescimento do salário mínimo acima da inflação. Foi o aumento do salário mínimo que garantiu o maior efeito redistributivo, porque repercutiu na base do mercado de trabalho e nos benefícios sociais, porque a previdência paga no mínimo um salário mínimo, a aposentadoria rural, um salário mínimo, etc. A melhor política social é o salário mínimo crescer acima da inflação e isso, obviamente, está comprometido agora, porque o país não cresce e o governo não vai tolerar, dentro da lógica dele, aumentos substanciais de salário mínimo, o que justamente tem um impacto muito grande. Então, o problema é esse: a orientação do ajuste fiscal conservador. Ele passará o trator em cima de tudo o que estava funcionando mais ou menos ou bem.

IHU On-Line - O senhor classifica o ajuste fiscal como consequência de um problema de gestão?

Waldir Quadros - Sim, porque as políticas deveriam ter sido avaliadas na época do crescimento, visando ao aperfeiçoamento, principalmente no caso do Seguro Desemprego. Era óbvio que tinha

problema, pois o gasto com o Seguro Desemprego explodiu na fase do crescimento do emprego. Portanto, deveria ter sido feita uma gestão, nesse aspecto, mais competente. A expansão do Fies também foi meio à "galega", poderia ter sido feita com mais critério. Agora, uma coisa é aperfeiçoar um programa, outra coisa é cortar gastos, que é o que está sendo feito; isso não aperfeiçoa nada, arrebenta com os programas.

O fundamental é a orientação da política econômica do ajuste recessivo. Isto que está complicando tudo, porque já em 2013 havia iniciado uma fase de retrocesso social. Em 2014 esse retrocesso se agravou e em 2015 nós já esta-

“

Isso que é uma rede de proteção social: não tira as pessoas da miséria, mas assiste

mos em uma fase de crise social, que se agravará, porque ela está começando, e aí não há programa social que a segure. Nessa fase, o programa social é impotente para evitar uma situação de crise; a rede de proteção social funciona quando a economia está bem, agora essa rede não dará conta, o cobertor será muito menor do que o corpo. E essa é a grande preocupação, porque se nada for feito, se essa orientação continuar como está sendo anunciada, conforme essa linha que o Ministro está pretendendo e anunciando, e que pelo jeito a presidente Dilma também já embarcou, nós iremos oficialmente para uma crise social de proporções bastante alarman-

tes, como há muito tempo não se via no Brasil.

IHU On-Line - Nesse sentido, serão atingidos não somente os que recebem benefícios de programas sociais, mas aqueles que foram beneficiados com o aumento do salário mínimo?

Waldir Quadros - Os que mais serão atingidos, em um primeiro momento, são os que ascenderam há pouco tempo, eles são os mais frágeis e não são impactados somente pelo salário mínimo, são impactados pela restrição do Fies, porque eram eles que estavam entrando na universidade privada. Mas eles serão atingidos também pelo desemprego, que já está sendo assustador pela redução das oportunidades no mercado de trabalho.

A baixa classe média, aquela que ascendeu nos últimos anos, já está sendo atingida desde 2013, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de outubro deste ano obviamente já vai mostrar isso. Portanto, esses que ascenderam são os principais candidatos a voltarem para trás. A reação da sociedade, imagina-se, será uma coisa precisa, porque a sociedade não aceitará isso a frio, de cabeça baixa, esperando o buraco.

Se nosso país não voltar a crescer, não tem como equacionar a questão social no Brasil, com ou sem política social, não dá. Nós precisamos de crescimento para ajustar a questão social. Foi isso que aconteceu no governo Lula: o país cresceu e deu para ajustar, melhorou a situação social, mas se parar de crescer voltará tudo para trás. Sem proteção, não tem rede que funcione nessa escala.

IHU On-Line - As políticas sociais dependem necessariamente de um bom desempenho econômico?

Waldir Quadros - Sem dúvida. No Brasil essa é uma máxima incontor-

nável, ou nós crescemos ou não sobrevivemos. Não há como.

IHU On-Line - O ajuste poderia ter sido diferente?

Waldir Quadros - Claro, Dilma ganhou a eleição para isso. Por que ela pediu votos e ganhou? Porque era para fazer outra coisa e o problema é justamente esse, por isso que nós estamos em uma situação de crise política muito séria. Ela foi eleita para fazer o contrário do que está fazendo. A maioria da sociedade, os pensadores e todo nosso pessoal da área econômica sabiam que era possível outro caminho, então por isso ela foi eleita. Essa é a raiz do problema político, que tem essas consequências econômicas. É claro que daria para ser feito de outra forma, com muito menor impacto social.

IHU On-Line - Entre as análises feitas hoje acerca das políticas públicas desenvolvidas nos governos petistas, avalia-se que elas foram construídas a partir da

manutenção do sistema financeiro no sentido de que teriam favorecido mais o sistema financeiro do que as pessoas que eram assistidas pelos programas sociais. Como o senhor interpreta esse tipo de análise?

“

O problema geral é que a lógica do ajuste fiscal conservador é cortar onde tem gastos

Waldir Quadros - Acredito que não. Aí foi uma sensibilidade que o Lula teve. Ele fez todas as grandes concessões ao setor financeiro, basta dizer que o ministro era o Henrique Meirelles. Mas como a economia estava crescendo, houve espaço para implementar as políticas sociais, expandir o Programa

Bolsa Família, o que foi funcional. Lula fez isso pela sua sensibilidade social, porque ele é realmente preocupado com as questões sociais. Ele não mexeu com as questões estruturais, mas o que pôde fazer para expandir essa área social, ele fez. Então, creio que poderia ter sido diferente também, se ele tivesse somente o interesse de atender o setor financeiro. Se fosse assim, ele não precisava ter feito o que foi feito, principalmente em relação ao salário mínimo.

IHU On-Line - Por que com a Dilma essas questões foram abordadas de forma diferente, já que se imaginava uma continuidade de governos petistas?

Waldir Quadros - Porque na fase do Lula a economia crescia, por razões externas, não tinha nada a ver com a política econômica, na verdade crescia apesar da política. Mas a Dilma acabou com o crescimento, e nada funciona mais, é isso. Por que a política social no governo Dilma não funciona mais? Porque o país parou de crescer. ■

LEIA MAIS...

- *Está em curso um retrocesso social em cascata.* Entrevista com Waldir Quadros, publicada em **Notícias do Dia**, de 10-04-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1YBQBwP>
- *Consumismo e individualismo generalizados na sociedade brasileira.* Entrevista com Waldir Quadros, publicada na revista **IHU On-Line**, número 352, de 29-11-2010, disponível em <http://bit.ly/1KPIZRw>
- *Afinal, quem é a nova classe média?* Entrevista com Waldir Quadros. Entrevista com Waldir Quadros, publicada pela página eletrônica do SINPRO-SP, reproduzida em **Notícias do Dia**, de 24-11-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1NTWLot>
- *As classes médias brasileiras.* Entrevista com Waldir Quadros, publicada em **Notícias do Dia**, de 12-09-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/1Jq7DTe>
- *Grupos nacionais com projeção internacional: o avanço econômico.* Entrevista com Waldir Quadros publicada, na revista **IHU On-Line**, número 322, de 22-09-2010, disponível em <http://bit.ly/1R08JLJ>

A desorientação federal e a disputa de vaidades no Legislativo

De acordo com Rodolfo Hoffmann, qualquer ajuste que prejudique a economia prejudicará, em um prazo mais longo, os programas sociais

Por Patricia Fachin

“A história recente de um país é condicionada por toda a história precedente”, diz Rodolfo Hoffmann à **IHU On-Line**, na entrevista concedida por e-mail, ao comentar a atual crise econômica do país. Entre as respostas para compreender a conjuntura, o economista relembra medidas tomadas no final de 2011, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de automóveis e de outros produtos industriais, e a manutenção artificial dos preços da gasolina e da energia elétrica, que já somaram R\$ 458 bilhões em desonerações. Para ele, o primeiro mandato da presidente Dilma foi influenciado “por um keynesianismo ingênuo ou simplório, no qual se acredita que basta aumentar a demanda para incentivar o crescimento econômico”.

Por enquanto, comenta, é “difícil de responder com profundidade” quais são as causas da crise que o país vive hoje, mas já é possível apontar, embora com “superficialidade”, que “o Poder Executivo, particularmente a presidente, deveria ser mais competente; o PT não deveria se dedicar tanto ao aparelhamento do Estado, respeitando mais as análises de políticos e economistas com avaliações distintas da conjuntura econômica; o Legislativo deveria fiscalizar o Executivo e se dedicar a elaborar leis

claras e apropriadas e os partidos políticos deveriam apresentar alternativas bem elaboradas para que os eleitores pudessem fazer escolhas com conhecimento de suas consequências”.

Hoffmann enfatiza ainda que o ajuste fiscal “significa reduzir gastos do governo e/ou aumentar impostos” e “as duas possibilidades implicam reduzir a renda disponível de algumas pessoas, que irão sentir o remédio amargo”. Na avaliação dele, o ônus do ajuste fiscal “não será igualmente distribuído. Se for criada uma faixa adicional de imposto sobre a renda, com taxa superior aos 27,5% que hoje é a taxa máxima, serão os relativamente ricos que sentirão o gosto amargo. Se o piso das aposentadorias e pensões deixar de acompanhar o crescimento real do salário mínimo, passando a ser reajustado apenas pela inflação, são os aposentados e pensionistas que recebem esse piso que se sentirão diretamente prejudicados”.

Rodolfo Hoffmann é graduado em Agronomia, mestre em Ciências Sociais Rurais e doutor em Economia Agrária. É professor da Universidade de São Paulo - USP.

A entrevista foi publicada nas **Notícias do Dia** de, 15-09-2015, disponível em <http://bit.ly/1L02FSI>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor está analisando a atual conjuntura econômica?

Rodolfo Hoffmann - Por um lado, estou preocupado com a de-

sorientação do governo federal, com divergências dentro do próprio poder Executivo e uma disputa de vaidades no Legislativo. Por outro lado, confio que a solução ocorra dentro das instituições de-

mocráticas de nossa República. É um absurdo pensar que a solução possa vir de uma ditadura militar. Confio que a liberdade de expressão, a liberdade da imprensa e a independência do Judiciário se-



Desequilíbrio fiscal não é uma consequência inevitável do aumento dos gastos sociais

jam conquistas definitivas do povo brasileiro.

IHU On-Line - O senhor afirma que o problema de desequilíbrio fiscal foi agravado por medidas tomadas no primeiro mandato da presidente Dilma. Quais foram os erros cometidos pela equipe econômica?

Rodolfo Hoffmann - Hoje até mesmo a Presidente já reconheceu que foram cometidos erros na condução da política econômica. Foi um erro, por exemplo, reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de automóveis e de outros produtos industriais. Foi um erro, também, segurar artificialmente os preços da gasolina e da energia elétrica. Não se trata de argumentar que o governo não deve interferir no "livre" funcionamento dos mercados. O bom funcionamento do capitalismo exige, sim, que o Estado regule os mercados. O jogo não funciona sem regras e sem juiz. Mas o juiz não pode jogar no lugar de um jogador porque ele está muito cansado. Fica a impressão de que durante o primeiro mandato de Dilma, a política econômica foi muito influenciada por um keynesianismo¹ ingênuo ou simplório, no qual se acredita que basta aumentar a demanda para incentivar o crescimento econômico.

¹ **Keynesianismo:** pensamento da Escola Keynesiana. Teoria econômica consolidada por John Maynard Keynes, que consiste numa organização político-econômica oposta às concepções liberais. Sua base é a afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia. O objetivo é conduzir a um sistema de pleno emprego. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Como os erros cometidos poderiam ter sido evitados? Que outras medidas poderiam ter sido tomadas?

Rodolfo Hoffmann - Pergunta difícil de responder com profundidade. É fácil responder com superficialidade: o Poder Executivo, particularmente a presidente, deveria ser mais competente; o PT não deveria se dedicar tanto ao aparelhamento do Estado, respeitando mais as análises de políticos e economistas com avaliações distintas da conjuntura econômica; o Legislativo deveria fiscalizar o Executivo e se dedicar a elaborar leis claras e apropriadas e os partidos políticos deveriam apresentar alternativas bem elaboradas para que os eleitores pudessem fazer escolhas com conhecimento de suas consequências.

Gostamos de explicações simples, mas de fato a história recente de um país é condicionada por toda a história precedente. Embora Hitler² tenha sua parcela de culpa, é

² **Adolf Hitler** (1889-1945): ditador austríaco. O termo Führer foi o título adotado por Hitler para designar o chefe máximo do Reich e do Partido Nazista. O nome significa o chefe máximo de todas as organizações militares e políticas alemãs, e quer dizer "condutor", "guia" ou "líder". Suas teses racistas e antisemitas, bem como seus objetivos para a Alemanha, ficaram patentes no seu livro de 1924, *Mein Kampf* (Minha Luta). No período da ditadura de Hitler, os judeus e outros grupos minoritários considerados "indesejados", como ciganos e negros, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de Holocausto. Cometeu o suicídio no seu Quartel-General (o Führerbunker) em Berlim, com o Exército Soviético a poucos quarteirões de distância. A edição 145 da **IHU On-Line**, de 13-06-2005, comentou na editoria Filme da Semana, o filme dirigido por Oliver Hirschbiegel, *A Queda - as últimas horas de Hitler*, disponível em <http://bit.ly/ihuon145>. A edição 265, intitulada *Nazismo: a legitimação da irracionalidade*

obviamente um absurdo dizer que ele é o único culpado pela II Guerra Mundial.

Uma das causas do atual desequilíbrio fiscal é a ineficiência da máquina pública. Essa ineficiência se torna catastrófica com greves que se prolongam por meses, como está ocorrendo em diversas universidades federais. A ocorrência dessas greves é facilitada pela ausência de lei complementar prevista no inciso VII do artigo 37 da Constituição de 1988 que, tratando da administração pública, afirma que "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar". Depois de 27 anos, o Legislativo ainda não cumpriu essa atribuição! Além disso, parte da população e muitos juizes parecem não ter consciência de que dinheiro público tem usos alternativos melhores do que pagar funcionários em greve.

É claro que o problema das greves muito prolongadas de funcionários públicos é apenas um dos milhares de aspectos que precisariam ser abordados para aumentar a eficiência da máquina pública brasileira.

IHU On-Line - À época do primeiro governo Dilma, o ex-ministro Guido Mantega³ afirmava que a economia estava bem, como a própria presidente, durante as eleições, afirmou. Agora, diante da crise, depois de menos de um ano, parece que a situação que se desenha é mais grave do que se imaginava. Não foi possível prever o que estava por vir ou o que aconteceu?

e da barbárie, de 21-07-2008, trata dos 75 anos de ascensão de Hitler ao poder, disponível em <http://bit.ly/ihuon265>. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Guido Mantega** (1949): economista brasileiro, foi ministro da Fazenda do Governo Lula e do primeiro governo de Dilma Rousseff. Mantega é doutor em Sociologia e professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Desde 1993 trabalhava como assessor pessoal de Lula, para assuntos econômicos. Foi ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. (Nota da **IHU On-Line**)

Rodolfo Hoffmann - Não é sem motivo que a presidente Dilma tem sido representada com nariz de Pinóquio. No esforço de ganhar as eleições em 2014, a candidata Dilma e seus assessores pintaram um quadro róseo da economia e a necessidade de um ajuste fiscal foi apontada como ideia descabida da oposição. Agora ela reconhece a necessidade de remédios amargos. É possível que a candidata Dilma tenha sido sincera no seu erro de avaliação, mas já havia, sim, sinais claros de desequilíbrio.

IHU On-Line - O ajuste fiscal que está sendo feito pelo governo Dilma é inevitável, dada a situação da crise?

Rodolfo Hoffmann - Não há dúvida de que há necessidade de ajuste fiscal. Isso fica óbvio quando o Executivo envia ao Congresso um projeto de orçamento para 2016 com déficit de R\$ 30,5 bilhões. Infelizmente, nem se pode dizer que o ajuste necessário "está sendo feito pelo governo Dilma". Por enquanto (11/09/2015) foi muito pouco o que o Ministro Levy⁴ conseguiu fazer, pois o próprio Poder Executivo mostra indecisão e o Legislativo tomou decisões que caracterizam verdadeira sabotagem do ajuste. A falta de confiança na efetiva realização do ajuste fiscal levou a Standart&Poor's a rebaixar nota de crédito brasileira em 09/09/2015.

IHU On-Line - O ajuste fiscal já está impactando os programas sociais e as políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas até o momento? De que modo?

Rodolfo Hoffmann - Insisto: o ajuste ainda não foi feito. Houve as mudanças nas regras do Seguro Desemprego, que podem ser justi-

4 **Joaquim Levy** (1961): engenheiro e economista brasileiro, é o atual ministro da Fazenda do Brasil. É PhD em Economia pela Universidade de Chicago (1992), mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (1987) e graduado em Engenharia naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Nota da **IHU On-Line**)

ficadas inclusive como maneiras de evitar abusos no recebimento do benefício. Também houve mudança nas regras da pensão por morte, obviamente necessária em função da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Pelo que sei, não houve (e espero que não haja) impacto sobre programas sociais como o Programa Bolsa Família.

IHU On-Line - Como analisa o discurso da presidente, de que os remédios para a crise econômica serão amargos? Alguns especulam que se trata de cortar programas sociais.

Rodolfo Hoffmann - O ajuste fiscal significa reduzir gastos do governo e/ou aumentar impostos. As duas possibilidades implicam reduzir a renda disponível de algumas

“

No esforço de ganhar as eleições em 2014, a candidata Dilma e seus assessores pintaram um quadro róseo da economia

pessoas, que irão sentir o remédio amargo. A analogia com remédio para uma pessoa doente não é perfeita. No caso de uma pessoa doente, apenas ela vai sentir o gosto amargo do remédio. Mas, no caso do ajuste fiscal, tipicamente o ônus não será igualmente distribuído. Se for criada uma faixa adicional de imposto sobre a renda, com taxa superior aos 27,5% que hoje é a taxa máxima, serão os relativamente ricos que sentirão o gosto amargo. Se o piso das aposentadorias e pensões deixar de acompanhar o crescimento real do

salário mínimo, passando a ser reajustado apenas pela inflação, são os aposentados e pensionistas que recebem esse piso que se sentirão diretamente prejudicados.

Como o Brasil ainda é um país com distribuição da renda muito desigual, deveria se aproveitar a oportunidade para "matar dois coelhos com uma cajadada só", aplicando medidas de ajuste fiscal que contribuíssem para reduzir a desigualdade. Mas é necessário ter em mente que pagamentos e impostos devem ser incentivos para o bom funcionamento do sistema econômico. Atividades importantes que exigem mão de obra altamente qualificada (serviços médicos, por exemplo) precisam ser bem remuneradas, mas qual o sentido do quinquênio no funcionalismo público do Estado de São Paulo, estabelecendo que depois de cinco anos o salário do servidor é automaticamente aumentado em 5%?

IHU On-Line - Que medidas a serem adotadas pelo governo poderiam agravar tanto a situação econômica como a continuidade dos programas sociais?

Rodolfo Hoffmann - É fácil fazer besteira. Aliás, qualquer medida que prejudique a economia acaba prejudicando também, em um prazo um pouco mais longo, os programas sociais. Esses programas dependem de recursos reais produzidos pela economia.

IHU On-Line - De modo geral, fala-se que as medidas econômicas irão afetar os "gastos sociais". Sobre isso, o senhor chama atenção para o fato de que a expressão é abrangente e inclui, além dos programas sociais, aposentadorias e pensões privilegiadas. Como avalia, nesse sentido, a discussão que tem sido feita em relação aos cortes, a partir do uso do termo "gastos sociais"?

Rodolfo Hoffmann - Quando se fala em "gasto social", há quem logo pense no Programa Bolsa Fa-

mília. Na terminologia usual, o gasto social do governo federal inclui despesas com assistência social (onde está o Programa Bolsa Família e o Benefício da Prestação Continuada - BPC), mas inclui, também, as despesas muitíssimo maiores com previdência (tanto do INSS como de funcionários públicos), educação, saúde, saneamento e cultura.

É fácil imaginar que diferentes maneiras de reduzir o gasto social do governo federal poderiam ter efeitos diametralmente opostos no que se refere à desigualdade da distribuição da renda. Como o Programa Bolsa Família beneficia famílias muito pobres, reduzir os recursos desse programa aumentaria a pobreza e a desigualdade.

Criar uma taxa sobre o valor das aposentadorias e pensões pagas pelo governo que supera R\$ 5.000,00 pode gerar mais recursos e contribuiria para reduzir a desigualdade da distribuição da renda no Brasil, pois o remédio amargo seria sentido por pessoas relativamente ricas.

Outro exemplo é a cobrança de estacionamento de carros de alunos em universidades públicas. Claro que isso não significaria uma redução muito substancial no déficit do governo, mas cabe lembrar que “é de grão em grão que a galinha enche o papo”. Mas qual será o reitor que vai propor tal medida e enfrentar o aguerrido movimento estudantil, que tentaria convencer o público e o Congresso de que a cobrança seria inconstitucional, contrariando o inciso IV do artigo 206, que garante a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”?

IHU On-Line - Quais são os principais problemas em torno da gestão ou da formulação das políticas públicas no Brasil acerca do modo como elas foram estruturadas e desenvolvidas desde a reabertura, em 88, quando se levantou a bandeira de que era preciso en-

frentar o problema das desigualdades sociais no país?

Rodolfo Hoffmann - É importante assinalar que o desequilíbrio fiscal não é uma consequência inevitável do aumento dos gastos sociais e muito menos uma consequência inevitável do aumento de despesas com programas sociais como o Programa Bolsa Família. Em princípio,

“

Uma das causas do atual desequilíbrio fiscal é a ineficiência da máquina pública

dada a receita, aumento de certas despesas deve ser compensado com redução de outras. Algumas despesas podem deixar de existir transferindo atividades para a iniciativa privada, como aconteceu com a telefonia e com a manutenção de muitas estradas. Uma administração competente possibilita, sim, que aumentem despesas com programas sociais que tiveram papel importante na redução da desigualdade da distribuição da renda no Brasil, sem que isso cause desequilíbrio fiscal.

A questão é mais complicada porque há situações especiais de crise quando a economia tem capacidade ociosa generalizada, nas quais as despesas governamentais constituem um incentivo indispensável para o crescimento econômico, que acaba levando a um aumento da arrecadação de impostos. Mas é ingênuo pensar que exista uma lei econômica de que “a despesa governamental cria a respectiva receita”.

IHU On-Line - Quais foram, na sua avaliação, as políticas sociais mais efetivas implantadas no Bra-

sil e quais foram menos efetivas, desde a reabertura?

Rodolfo Hoffmann - Não é usual denominar o controle da inflação de “política social”, mas ele foi essencial para muitas outras alterações benéficas e teve efeito direto na distribuição da renda. A inflação funciona como uma espécie de imposto, pois está associada à emissão de mais moeda pelo governo. Mas se trata de um imposto tipicamente regressivo, cuja carga recai especialmente sobre a parte relativamente pobre da população. O Plano Real de 1994 foi, neste sentido, uma política social muito importante.

Merece destaque o Programa Bolsa Família, criado em 2003, com base na agregação de vários programas anteriores, como o Programa Bolsa Escola. O Programa Bolsa Família deu contribuição substancial para a redução da pobreza e, conseqüentemente, da desigualdade de renda no Brasil. Além disso, incentivou maior presença de crianças nas escolas.

O Benefício de Prestação Continuada - BPC⁵ é outro tipo de transferência para pobres que cresceu bastante nas duas últimas décadas. Como o valor individual é igual a um salário mínimo, é uma transferência que não é tão bem focalizada nos pobres e extremamente pobres como o Bolsa Família.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD é possível estimar a contribuição do Bolsa Família e do BPC para a redução da desigualdade da distribuição da renda no

5 Benefício de Ação Continuada (BPC): regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei Federal Nº. 8.742, de 07, trata-se de um benefício assistencial não-contributivo, não-vitalício, individual e intransferível garantido pela Constituição Federal de 1988 (artigo 203, inciso V). Consiste no pagamento de um salário-mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família; (Nota da IHU On-Line)

Brasil de 1995 a 2013. Apesar de, em conjunto, representarem, em média, menos de 1% da renda total declarada, essas transferências contribuíram com cerca de 17% da redução do índice de Gini⁶ da distribuição da renda domiciliar per capita no período.

Os dados da PNAD mostram queda da desigualdade da distribuição da renda no Brasil no período 1995-2011. Para a distribuição da renda domiciliar per capita, a queda na desigualdade foi mais intensa e sistemática a partir de 2001.

Um dos fatores que contribuíram para a redução da desigualdade foi, sem dúvida, o crescimento de mais de 100% do valor real do salário mínimo de 1996 a 2013. Cabe ressaltar que tão ou mais importante do que seu efeito no mercado de trabalho é o impacto desse aumento no piso do valor de aposentadorias e pensões e no valor do BPC. Considerando o volume de dinheiro envolvido, esse crescimento de despesas foi muito maior do que o associado ao crescimento do Bolsa Família.

IHU On-Line - Entre as análises feitas hoje acerca das políticas públicas desenvolvidas nos governos petistas, avalia-se que elas foram construídas a partir da manutenção do sistema financeiro

⁶ **Índice de Gini:** também chamado Coeficiente de Gini, é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini. Consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda, onde todos têm a mesma renda, e 1 corresponde à completa desigualdade. O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais, multiplicando o coeficiente por 100. (Nota da **IHU On-Line**)

ro no sentido de que teriam favorecido mais o sistema financeiro do que as pessoas que eram assistidas pelos programas sociais. Como o senhor interpreta esse tipo de análise?

Rodolfo Hoffmann - É um maniqueísmo primário opor os banqueiros aos pobres (ou à maioria da população). Nessa visão esquemática os economistas “maus” são denominados “neoliberais”, que defendem os interesses dos banqueiros, e os “bons” defendem os interesses dos trabalhadores.

É curioso constatar como o problema é antigo. Há, no Velho Testamento, várias passagens limitando a usura e o penhor.

“Se tomares em penhor o vestido do teu próximo, lho restituirás antes do pôr do sol” (Êxodo, 22:26).

“Ninguém tomará em penhor as duas mós, nem mesmo a mó de cima, pois se penhoraria assim a vida” (Deuteronômio, 24:6).

Na idade média não era apropriado um bom cristão atuar como banqueiro.

Mas no sistema capitalista os bancos desempenham papel importante, da mesma maneira que as empresas da indústria e do comércio e as fazendas.

É verdade que alguns políticos usam, por convicção ou demagogicamente, um discurso anticapitalista, mas é claro que o partido que assumiu o poder do governo federal não tinha nenhuma pretensão de mudar o sistema econômico. Pelas leis econômicas do sistema, quem usa dinheiro emprestado paga ju-

ros. O governo federal está endividado e o montante de juros devidos é muito maior do que as transferências do Programa Bolsa Família e do BPC. Mas não tem sentido concluir desse fato que o governo petista favoreceu mais o sistema financeiro do que os pobres. São despesas de natureza totalmente distinta. Dentro do sistema, o desequilíbrio fiscal faz com que o governo federal se torne ainda mais dependente de novos empréstimos. Para reduzir permanentemente o pagamento de juros é necessário pagar parte da dívida por meio de superávit no orçamento público.

IHU On-Line - O que seria uma agenda de políticas públicas adequadas para o Brasil, considerando seu momento atual?

Rodolfo Hoffmann - Essa é uma pergunta muito difícil. Tinha de ser a de nº 13. Consulte-se um estadista.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Rodolfo Hoffmann - Pode ser que para o Poder Executivo seja mais fácil o corte de investimentos em infraestrutura do que a redução em outras despesas, particularmente nas despesas com pessoal. Mas a médio e longo prazo isso tende a ser uma má opção. A proporção da renda nacional que é investida é muito baixa no Brasil. Isso limita o crescimento econômico. Idealmente, o governo federal precisa contribuir para aumentar a taxa de investimento, que é condição essencial para o aumento da produtividade. ■

LEIA MAIS...

— “Não pode haver dúvida de que programas de transferência de renda contribuem para reduzir a pobreza”. Entrevista com Rodolfo Hoffmann, publicada nas **Notícias do Dia** de 17-07-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1V9EIPr>.

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Confira os eventos que ocorrem no Instituto Humanitas Unisinos - IHU de 28-09-2015 até 05-10-2015



Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia

Ministrante: Prof. MS Gilberto Antonio Faggion - UNISINOS

Carga horária: 37h.

Saiba mais <http://bit.ly/1fLf14t>

V Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: Dados e Participação

Roda de conversa dos Observatórios Sociais: dados e participação

Debatedor: Prof. Dr. Alfonso Torres Carrillo - Universidad Pedagógica Nacional - UPN - Colômbia

Horário: 15h

Local: Auditório Central

Saiba mais em <http://bit.ly/1HXmrc2>



Conferência de abertura - Informação e metodologias participativas, desafios nos cenários atuais

Conferencista: Prof. Dr. Alfonso Torres Carrillo - Universidad Pedagógica Nacional - UPN - Colômbia

Horário: 20h

Local: Auditório Central

Saiba mais em <http://bit.ly/1HXmrc2>

V Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: Dados e Participação

Mesa-redonda: Dados e participação - experiências e metodologias

Participantes:

Prof. MS Daniel Bittencourt - UNISINOS - RS - Plataformas colaborativas

Zenaide Busanello Bellé - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - SP - Movimentos sociais e a informação

Alan Freihof Tygel - Cooperativa EITA e UFRJ - Letramento e uso efetivo dos dados

MS Marlene da Rosa de Oliveira Fiorotti - Prefeitura Municipal de Canoas - RS - Diagnóstico socioterritorial e mapa falado

MS Natalia Passos Mazotte Cortez - RJ - Escola de Dados

Horário: 9h

Local: Auditório Central

Saiba mais em <http://bit.ly/1HXmrc2>



Desafios e estratégias para o avanço dos Observatórios Sociais

Conferencistas: Prof. Danilo Streck - UNISINOS e Prof. Dr. Celso Alexandre Souza de Alvear - SOLTEC e UFRJ

Horário: 15h30min

Local: Auditório Central

Saiba mais em <http://bit.ly/1HXmrc2>

Oficina: Realidades de Saúde e Ambiente

Ministrante: MS Rosana Kirsch - Cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão - EITA

Horário: das 9h às 12h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1MsKapa>



Ciclo de Estudos O Capital no Século XXI – uma discussão sobre a desigualdade no Brasil

Conferência: A evolução da relação capital/renda e a distribuição da renda nacional no Brasil

Conferencista: Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa - Universidade de São Paulo - USP

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1jeZXOK>

IHU ideias – Fluxos migratórios e cosmologias religiosas na África Ocidental: uma etnografia sobre feitiçaria, fronteiras e territórios

Conferencista: Profa. Dra. Eufémia Vicente Rocha - Universidade de Cabo Verde

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1YDYulw>



Ciclo de Estudos O Capital no Século XXI – uma discussão sobre a desigualdade no Brasil

Conferência: A desigualdade brasileira da renda do trabalho e da apropriação do capital

Conferencista: Prof. Dr. Márcio Pochmann - UNICAMP

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1dJV50E>

#Justiça, Verdade e Memória

50 anos de solidão, dor e de uma guerra sem fim na Colômbia

Francisco De Roux traça um amplo e complexo panorama sobre os dilemas da Colômbia na atualidade

Por Ricardo Machado

Na Colômbia literária de Gabriel García Márquez, houve um tempo em que os Macondo sequer recordavam os Buendía, um tempo em que o horror da guerra havia passado há gerações. Na Colômbia da realidade atual, os 50 anos de guerra entre militares, paramilitares e guerrilha seguem ininterruptos e contabilizam a gigantesca cifra de 7 milhões de vítimas e quase 2 mil massacres. Para tentar dar um fim aos conflitos armados na Colômbia, representantes do governo colombiano e lideranças das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC têm se reunido em Havana, sob mediação de Cuba e Noruega, para chegarem a um acordo.

“O que está ocorrendo em Havana, Cuba, é um avanço a passos fortes, o que não correria com a mesma tranquilidade em meu país”, avalia Francisco De Roux, em entrevista concedida pessoalmente à IHU On-Line.

Entretanto, ele ressalta que a resolução do problema é muito mais complexa e que sofre intensa pressão. “Na Colômbia há um grande debate sobre Havana, a oposição política se opõe ao processo que está ocorrendo lá e por isso surgem muitas perguntas do que pode acontecer no dia em que os colombianos, por meio de um referendo, aprovarem ou rejeitarem o Acordo de Havana. Há um grande esforço em persuadir a população para apoiar este movimento, mas não temos certeza de que o país vai apoiar as decisões tomadas. Esta é a dificuldade mais importante”, explica.

Em meio a todas as dificuldades desta negociação, surge uma figura importante que pode ajudar na mediação dos acordos, o Papa Francisco, que perma-

neceu em Cuba entre os dias 19 e 22 de setembro. “Inclusive agora, com a visita do Papa, há muito interesse dos cubanos de colocá-lo à mesa de negociações para que ele contribua com o processo de paz na Colômbia”, considera De Roux. Mesmo o Brasil estando imerso em uma conjuntura crítica, de perda de credibilidade no cenário mundial, Francisco De Roux considera nosso país um exemplo para enfrentar os desafios no continente. “Nós colombianos temos muita esperança no Brasil. cremos que o Brasil viveu momentos difíceis, como em toda a América Latina, mas é um símbolo para todos nós pelo grande esforço que fez para superar a pobreza”, prospecta o entrevistado.

Francisco De Roux é um colombiano que passou grande parte da vida na região do Magdalena Medio, uma localidade de intenso conflito armado na Colômbia. É fundador do Programa de Desenvolvimento e Paz de Magdalena Medio. Graduiu-se em Filosofia e Letras na Universidad Javeriana e é mestre em Economia pela Universidad de Los Andes e também pela London School of Economics - LSE (Inglaterra). É doutor em Economia pela Université Paris-Sorbonne (França). É jurado do Prêmio Nacional da Paz (Colômbia), organizado pela Fundación Friedrich Ebert.

Francisco De Roux participou do III Colóquio Internacional IHU, realizado nos dias 17 e 18 de setembro de 2015, na Unisinos, que teve como tema Justiça, Memória e Perdão.

A entrevista foi publicada em Notícias do Dia de 21-09-2015, disponível em <http://bit.ly/1KFmUnb>.

Confira a entrevista.



O que está ocorrendo em Havana, Cuba, é um avanço a passos fortes

IHU On-Line - Como estão as negociações entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC¹?

Francisco De Roux - As negociações avançam de uma maneira muito positiva. Foram encerrados os três primeiros acordos: o rural, que diz respeito à transformação do campo na Colômbia, origem da violência no país; o acordo sobre a participação e transformação política para incorporar os que tomaram as armas contra o Estado; e o acordo sobre a produção da cocaína para que deixem de trabalhar para a máfia e trabalhem para o governo com o fim do narcotráfico. Hoje em dia se discute muito intensamente, com a presença dos militares, assuntos derradeiros sobre a reparação às vítimas, sobre a segurança aos ex-combatentes, depois que deixarem a guerra, e também sobre o futuro do exército depois do conflito, o que corresponde, também, sobre como será o fim dos paramilitares. Esta é uma parte central na Justiça Restaurativa.

Havana

O que está ocorrendo em Havana, Cuba, é um avanço a passos fortes, o que não correria com a mesma tranquilidade em meu país. Na Colômbia há um grande debate sobre Havana, a oposição política se opõe ao processo que está ocorrendo lá e por isso surgem muitas

¹ **FARC**: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, ou simplesmente FARC, foi criada em 1964 como uma guerrilha-revolucionária do Partido Comunista Colombiano. As FARC são a mais antiga e uma das mais capacitadas e melhor equipadas forças insurgentes do continente sul-americano. Foi durante a Conferência da Sétima Guerrilha, realizada em 1982 que a denominação Ejército del Pueblo ou Ejército do Povo (EP) foi adicionada ao nome oficial do grupo. (Nota da **IHU On-Line**)

perguntas do que pode acontecer no dia em que os colombianos, por meio de um referendo, aprovarem ou rejeitarem o Acordo de Havana. Há um grande esforço em persuadir a população para apoiar este movimento, mas não temos certeza de que o país vai apoiar as decisões tomadas. Esta é a dificuldade mais importante.

IHU On-Line - Há saída para este paradoxo?

Francisco De Roux - Sim, no sentido de que atualmente as organizações populares, a esquerda colombiana e o partido liberal têm ações contínuas no país para mobilizar as pessoas sobre a necessidade de aprovar o acordo. Porém esta é uma saída complexa, que exige muito esforço político para garantir que haverá triunfo.

IHU On-Line - O senhor tem participado das negociações em Cuba?

Francisco De Roux - Eu não participei das negociações como “negociador”, mas estava em Havana como convidado de ambas as partes, a guerrilha e o Estado, para acompanhar e selecionar as vítimas que iriam a Havana. Também houve momentos em que eu conversei com a guerrilha como representante do Estado. Entretanto eu nunca fui um negociador. Os negociadores são, unicamente, as partes que estão na guerra - a guerrilha e o Estado colombiano. São somente eles que negociam.

IHU On-Line - Qual tem sido o papel de Cuba neste processo?

Francisco De Roux - Cuba tem sido muito importante, é um grande facilitador do processo. Tem prestado uma logística extraordi-

nária para realizar os encontros, tem sido muito respeitoso com o governo colombiano e com a guerrilha. Está muito comprometido com que as coisas funcionem, juntamente com a Noruega. Sem dúvida, esses dois países têm cumprido os papéis mais importantes e mais difíceis, como, por exemplo, o que ocorreu quando se suspendeu o cessar fogo unilateral das FARC e houve muitas dificuldades na Colômbia. Nesse episódio, Cuba foi muito importante para que as negociações continuassem. Inclusive agora, com a visita do Papa,² há muito interesse dos cubanos de colocá-lo à mesa de negociações para que ele contribua com o processo de paz na Colômbia.

IHU On-Line - Além do papel de Bergoglio,³ qual tem sido a participação da Igreja no processo?

Francisco De Roux - A Igreja tem tido um papel muito importante com relação às vítimas em Havana. Certamente ela promoveu um salto qualitativo nas conversações quando chegaram ao local das conversas 60 vítimas e se apresentaram diante de todos. Eram vítimas das guerrilhas, vítimas do Estado e vítimas dos paramilitares. Elas demonstraram o que foi a dor humana na Colômbia.

² **Visita do Papa Francisco à Cuba**: o sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou uma série de reportagens sobre a visita do Papa Francisco à Cuba, entre elas destacamos *O que o Papa deixa em Cuba e o que busca nos EUA*, reprodução da reportagem de José Manuel Vidal, publicada nas Notícias do Dia, de 22-09-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1Fsm5iH>; *Farc respondem a apelo do papa Francisco pela paz na Colômbia*, reportagem de Felipe Corazza, publicada nas Notícias do Dia, de 22-09-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1Ot7Ixx>; Em Cuba, papa pede que fiéis rejeitem espírito de ‘resistência à mudança’, reportagem é de Felipe Corazza, publicada nas Notícias do Dia, de 22-09-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1LuwETx>. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Papa Francisco** (1936): argentino filho de imigrantes italianos, Jorge Mario Bergoglio é o atual chefe de estado do Vaticano e Papa da Igreja Católica, sucedendo o Papa Bento XVI. É o primeiro papa nascido no continente americano, o primeiro não europeu no papado em mais de 1200 anos e o primeiro jesuíta a assumir o cargo. (Nota da **IHU On-Line**)

Por outra parte, os bispos da zona de guerra foram muito contundentes ao se apresentarem. Refiro-me aos que estavam nas zonas de conflito. É importante destacar que na Colômbia não há guerra nas grandes cidades. Pode-se estar em Bogotá, Cali ou Barranquilla e não se percebe a guerra. Mas os bispos que trabalham no campo têm sido muito importantes pela busca da verdade frente ao exército, aos paramilitares e à guerrilha, sobretudo para apresentar a dor das pessoas. A Conferência Episcopal foi mais discreta, pois nos discursos dos bispos ficou claro que eles apoiam os processos, mas colocam pontos de vista distintos sobre o processo.

IHU On-Line - Como o Papa pode ajudar no processo?

Francisco De Roux - O Papa pode ajudar muitíssimo. Eu acredito que a melhor maneira é que ele atue internamente no processo, de forma parecida, ou similar, como agiu na reaproximação de Cuba e dos Estados Unidos. Bergoglio é um político, é um homem que capta os problemas. É muito importante que o Papa consiga persuadir as FARC a fim de que ela dê passos mais consistentes para ganhar a confiança dos colombianos. Por exemplo, liberar todos os meninos que ainda estão nos exércitos das FARC e entregar os cadáveres de pessoas mortas nos sequestros. Pode também pedir ao governo que tenha mais audácia para avançar à paz. Pode também falar à oposição política da Colômbia, porque ela é católica e pode mobilizá-la para que contribua efetivamente para a paz do país.

IHU On-Line - Além dos pontos já citados, o que envolve a negociação entre as FARC e o governo?

Francisco De Roux - Pouco a pouco, o que era uma negociação entre as FARC e o governo, converteu-se em um processo para terminar definitivamente o conflito armado interno da Colômbia. Tudo está em jogo. Não se discute somente as razões pelas quais as FARC devem largar as armas, mas também o fim

do paramilitarismo. Tentando explicar isso com clareza, é preciso saber que o processo de construção da paz tem dois momentos: o primeiro se chama *Peace making*, que trata de fazer as pazes, aquilo que está ocorrendo em Havana, para que os atores que estão lutando parem de guerrear, que tirem a guerra da política; em seguida vem a segunda etapa, *Peace building*, que é a construção da paz e que ocorrerá em nível territorial.

Peace making

Uma questão importante é que no processo de *Peace making* o grupo que está negociando não pode tocar no modelo da constituição colombiana, pois é feito por poucas pessoas que não têm legitimidade para fazer transformações

“

Há um grande esforço em persuadir a população para apoiar este movimento, mas não temos certeza de que o país vai apoiar as decisões tomadas

no sistema. No segundo processo, a Colômbia precisará fazer uma transformação profunda para enfrentar a corrupção. O problema agrário ainda é muito profundo e precisa ser resolvido para enfrentar o problema da desigualdade econômica, de modo que garanta a transformação da política e da justiça. Talvez por isso haja todas estas lutas políticas em nível macro na Colômbia.

IHU On-Line - Do que se trata a Justiça Restaurativa? Como ela

pode ajudar nesse processo de Peace building?

Francisco De Roux - Todos os que estiveram na guerra e todos os que contribuíram para que ela existisse causaram muitos custos ao país e essas despesas precisam ser reparadas. A reparação destes custos é necessária para que não fique um sentimento de impunidade na Colômbia. Se a impunidade prevalece, não há segurança jurídica nos acordos e no futuro eles podem ruir, por isso é necessário dar garantias jurídicas aos acordos. Entretanto, não queremos uma justiça de direito penal punitiva, simplesmente porque desse modo não seria possível alcançar a paz. Necessitamos de um tipo de justiça que permita aos que estiveram na guerra, em vez de colocá-los nas prisões, o pagamento dos custos ou a contribuição para a superação dos custos que causaram, implicando na restauração do país de uma forma muito rigorosa.

As bases jovens que estão nos diferentes grupos guerrilheiros podem trabalhar, por exemplo, no desenvolvimento agrário, mas requerem formação e acompanhamento, o que se pode fazer de uma forma rigorosa durante períodos estabelecidos, participando da reconstrução do país. O mais difícil nesta reconstrução é a Justiça Restaurativa para os grandes militares, os grandes chefes do exército, que certamente precisarão ter algumas restrições à liberdade, sem ser, necessariamente, a prisão, mas, sim, a definição de zonas em que poderão se deslocar. A Justiça Restaurativa tem que ser para todos, não somente para os guerrilheiros, mas também para os paramilitares, os militares, os políticos, os empresários que financiaram a guerra.

IHU On-Line - De que maneira esse tipo de justiça pode ajudar na construção da memória e na reconciliação da sociedade?

Francisco De Roux - A memória é um ponto central e absolutamente importante na Justiça Restaurativa. Primeiro porque esta é a forma de compreendermos o mal

que fizemos uns aos outros. Segundo porque, se não há verdade, e a memória traz a verdade, é absolutamente impossível que se aceite uma reconciliação das vítimas e, posteriormente, o perdão. Terceiro porque é necessária a memória para que se possam aceitar as responsabilidades.

Sem deixar claro o que foi feito e sem definir responsabilidades é muito difícil de avançar, o que não significa que todos devam ir presos. Essas medidas são necessárias para que não haja repetição, para que o horror e a barbárie permaneçam vivos e que nunca mais voltem a ocorrer.

IHU On-Line - Como a Justiça Restaurativa pode ajudar na consolidação da democracia na Colômbia?

Francisco De Roux - Trata-se de fazer uma justiça restaurativa a partir dos territórios. O que se pretende é não estabelecer um governo central para todo o país, mas, sim, que haja nos distintos territórios governos com intensa participação popular, com uma grande presença das vítimas, para que se reconstruam as coisas. Sem essa reconstrução regional não creio que seja possível avançar democraticamente.

IHU On-Line - O senhor sofreu ameaças de morte? Em que contexto?

Francisco De Roux - Sim, claro que sim. Eu estou envolvido com meu trabalho faz muito tempo. A primeira vez que fui ameaçado, em 1990, foi quando mataram um amigo meu do Movimento 19 de abril - M19.⁴ Embora nós dois fôssemos os

alvos, eu consegui escapar e sair do país. Isso aconteceu outras tantas vezes, mas isso é normal no tipo de trabalho que eu faço.

IHU On-Line - E essas ameaças vêm de onde, do governo ou das FARC?

Francisco De Roux - No tempo de Carlos Pizarro Leongómez⁵ era um momento muito complicado. Havia uma relação de extrema animosidade entre as guerrilhas e os paramilitares e militares. Havia muita desconfiança de todas partes e eu era ameaçado por todos.

“

A Igreja tem tido um papel muito importante com relação às vítimas em Havana

IHU On-Line - Como é a relação hoje com esses grupos?

Francisco De Roux - Hoje a situação é muito mais tranquila, se não tranquila, é, pelo menos, de maior confiança. Mas não sabemos o que pode ocorrer a qualquer momento.

IHU On-Line - Há quantos anos o senhor trabalha com esse projeto de paz?

Francisco De Roux - Já faz muitos anos, creio que desde 1982. A guerra na Colômbia tem 50 anos e eu a conheci desde o princípio, mas certamente estive trabalhando mais diretamente junto com meus companheiros jesuítas, do

M-19 esvaziou o depósito de armas em dezembro de 1978. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Carlos Pizarro Leongómez** (1951-1990): foi o mais alto comandante do grupo guerrilheiro e social M-19, entre 1986 e 1990. Depois de deixar as armas, fez as pazes com o governo e tentou se reintegrar a vida civil, foi morto porque era um sério candidato às eleições presidenciais de 1990. (Nota da **IHU On-Line**)

Centro de Investigación y Educación Popular - Cinep,⁶ desde 1982.

IHU On-Line - Qual a expressividade das FARC na política colombiana?

Francisco De Roux - A percepção geral da opinião pública com relação às FARC é muito negativa. Um dos grandes desafios das FARC é ganhar a confiança da população. Principalmente por conta dos sequestros que praticaram. Ela fez milhares de sequestros e isto produziu uma rejeição muito grande das pessoas. Porém, muito mais violentos foram os paramilitares. O paradoxo é que o povo é mais compreensivo com os paramilitares que com as FARC. Apesar de ser um grupo revolucionário que lutava por mudança social, a confiança do povo nas FARC é muito pequena, exceto pelos movimentos camponeses e alguns pequenos grupos de esquerda que as respaldam. Atualmente as FARC devem ter o apoio de mais ou menos 1% da população, não mais.

IHU On-Line - A quem os paramilitares serviam?

Francisco De Roux - Eles trabalharam muito fortemente para o governo. Eles começaram a aparecer no começo dos anos 1980, tiveram uma grande articulação com o governo nos anos 1990, o que continuou até o ano de 2005. A partir daí o exército começou a tomar distância dos paramilitares e da polícia. Certamente ficaram resquícios, mas a parte mais dura das relações do Estado com o paramilitarismo foi de 1995 a 2005.

IHU On-Line - Hoje esses grupos não têm mais expressividade?

Francisco De Roux - Atualmente o paramilitarismo ocorre criminalmente, chama-se Bandas

⁶ **Centro de Pesquisa e Educação Popular - CINEP**: é uma fundação sem fins lucrativos criada pela Companhia de Jesus em 1972, com a tarefa de trabalhar para a construção de uma sociedade mais humana e justa, através da promoção do desenvolvimento humano integral e sustentável. (Nota da **IHU On-Line**)

Emergentes Criminales - Bacrim,⁷ e há muita intranquilidade de que haja nesses grupos a presença do verdadeiro paramilitarismo. Eles seguem matando pessoas e estão muito vinculados com a máfia, que é outro grupo importante no caso colombiano. A presença da máfia e da cocaína são aspectos centrais em todo esse processo, porque foi ela que financiou os paramilitares e a guerrilha.

IHU On-Line - Caso o acordo entre o governo e as FARC seja fechado, como ficará a questão das drogas na Colômbia?

Francisco De Roux - Em caso de fechamento do acordo, as FARC passam a participar da erradicação manual do cultivo de cocaína e na luta contra os barões do narcotráfico. Isso é o que está previsto. O problema é que o narcotráfico é uma coisa muito mais complexa. Penso que deve haver alguma legalização da coca. Que a torne legal, que se cobre um imposto forte ao cultivo e ao consumo, e os recursos, por sua vez, devem ser usados em campanhas profundamente educativas. Acredito que a solução militar é um erro e que não tem servido para nada.

IHU On-Line - Como o senhor avalia o fechamento da fronteira entre Colômbia e Venezuela e a expulsão do colombianos?

Francisco De Roux - Me parece um erro por parte de Nicolás Maduro,⁸ porque os problemas de fronteira são muito delicados. Na fronteira há a guerrilha colombiana, os paramilitares colombianos e o exército venezuelano. A fronteira é uma localidade de muito

⁷ **Bandas Emergentes na Colômbia ou Grupos Criminosos Emergentes - Bacrim:** é o nome dado a uma série de organizações mafiosas que operam na Colômbia. Este nome foi dado pelo ex-presidente colombiano Álvaro Uribe. (Nota da **IHU On-Line**)
⁸ **Nicolás Maduro Moros** (1962): é um político venezuelano, atual presidente da República Bolivariana da Venezuela. Depois de, como vice-presidente constitucional, assumir o cargo com a morte do presidente Hugo Chávez, foi eleito em 14 de abril de 2013 para mandato como 57º presidente da Venezuela. (Nota da **IHU On-Line**)

intercâmbio de gasolina, que vem da Venezuela muito barata e outros produtos que são subsidiados pelo governo venezuelano e que são vendidos na Colômbia. Ao mesmo tempo a fronteira é muito viva, há famílias vivendo nos dois lados e que convivem diariamente, são os chamados colombo-venezuelanos. Este é um desafio muito sério e a região precisa se constituir como uma região de fronteira, por isso estou convencido de que a solução não é fechá-la.

Venezuela

O que ocorre é que a situação da Venezuela é muito difícil. Eu penso que o modelo político venezuelano destruiu o mercado, destruiu os incentivos e as motivações econômicas para fazer um país avançar. Além disso, destruiu a moeda local. Acredito que se pode fazer socialismo sem necessidade de destruir o mercado.

Por outra parte, a corrupção alcançou níveis que não conhecemos, muito maiores que aqueles conhecidos no Brasil ou na Colômbia, sobretudo por conta de um domínio militar sem controle. A presença de muitas armas no país elevou a violência, principalmente nos bairros pobres, entre os jovens.

Experiência viva

Eu estive na Venezuela há, mais ou menos, 15 dias. O que vemos é um país extraordinariamente rico, mas onde tudo está escasso. Há filas de pessoas buscando alimentos e muitas lojas fechadas, isso é uma coisa impressionante. O que ocorre com a gasolina é um absurdo, eu precisei viajar de carro por lá e percorri 700 quilômetros com meio centavo de dólar (sic). Por que digo que há uma destruição da moeda? Porque o dólar no câmbio oficial custa oito bolívares, mas na rua, no câmbio irregular, uma pessoa recebe até 500 bolívares por um dólar.

Fronteira

Isto faz com que a fronteira com a Colômbia seja uma coisa tão complicada, porque com uma gasolina tão barata é normal que todos os colombianos queiram comprá-la. Como há escassez de coisas na Venezuela, o governo está subsidiando os alimentos. E os baracheros [a forma como eles designam os contrabandistas], que são as pessoas que ficam na fila e acumulam bens de consumo, não somente os vendem na Venezuela, mas também no Brasil e na Colômbia. Qualquer um pode ter o que quiser, porém muito mais caro. Ainda assim, para os colombianos é muito mais em conta comprar itens dessas pessoas. Os venezuelanos, porém, têm toda a razão de reclamarem, porque isso é muito injusto.

Na Colômbia, exatamente como ocorreu no Brasil, com a queda dos preços do petróleo, o peso colombiano se desvalorizou com relação ao dólar. Agora, no Equador as pessoas têm dólar e todos querem comprar produtos colombianos porque estão desvalorizados com relação ao dólar. O fato é que nós, colombianos, estamos felizes porque podemos produzir mais para vender aos equatorianos. Os venezuelanos, que deveriam estar felizes porque queremos comprar suas coisas, estão furiosos. Mas isso é evidente porque eles não têm fábricas e nós estamos tomando o pouco que eles têm, por isso a crítica é razoável. Entretanto, estou convencido de que fechar a fronteira é um erro, um grande erro, que tem causado muita dor humana.

IHU On-Line - Como está a questão dos refugiados?

Francisco De Roux - Há 1.500 pessoas que foram expulsas pelo governo venezuelano. Mas há por volta de 20 mil pessoas que estavam com muito medo e que foram para a Colômbia.

IHU On-Line - Com relação aos povos originais, quais são os principais conflitos entre os interes-

ses econômicos da Colômbia e as populações em situação de vulnerabilidade social?

Francisco De Roux - Atualmente, um dos grandes assuntos da Colômbia para a paz territorial é chegar a acordos sérios com as comunidades indígenas, com as comunidades afrodescendentes e com os camponeses. Segundo a constituição colombiana, os indígenas devem receber quase 30% do território nacional, cerca de 10% deve ser destinado às comunidades afros e ainda há os camponeses que estão tratando de se organizar. Todos estes confluíram para estas lutas. O problema é que, mesmo entre esses três atores, há muitas divergências, além da dificuldade de tratar isso com os empresários, com as grandes mineradoras, que querem tomar as terras desses grupos para suas atividades. Então estamos em um momento de tensão e conflito.

Isso parece-nos uma questão normal, mas trata-se de um problema

ainda sem solução, porque os direitos não foram respeitados. Mas temos uma grande esperança de poder tirar as armas deste conflito a fim de solucioná-lo, mas isso é muito difícil quando se está em uma situação de guerra, porque as armas se metem em todas as partes. Matam-se os indígenas, matam-se os camponeses e matam-se os negros com a justificativa de que são guerrilheiros. Por isso é fundamental terminar com a guerra na Colômbia, para que se possa enfrentar esses problemas que são sérios.

IHU On-Line - Como está a questão da Mineração na Colômbia?

Francisco De Roux - Felizmente, os processos de mineração diminuíram significativamente por conta da redução dos preços das commodities. A busca de metais diminuiu muito, entretanto a busca por minérios criminais, que estão relacionados à coca e à guerra, que destroem as bacias dos rios com suas

máquinas, mostra que ainda temos muito o que fazer para que as mineradoras respeitem a vontade das comunidades. Em nada me agrada a mineração, nem os grandes cultivos agroindustriais que destroem a natureza, a fauna, a flora, as espécies.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Francisco De Roux - Nós colombianos temos muita esperança no Brasil. Cremos que o Brasil viveu momentos difíceis, como em toda a América Latina, mas é um símbolo para todos nós pelo grande esforço que fez para superar a pobreza. Esperamos que ele encontre caminhos muito sérios para superar a corrupção e esperamos que proteja a Amazônia, de maneira muito especial porque este é o coração do mundo. Esperamos que o Brasil não permita que projetos de mineração e agroindustriais destruam algo que é grande riqueza do Brasil, sua biodiversidade. ■

JESUITAS BRASIL

CICLO DE ESTUDOS O CAPITAL NO SÉCULO XXI

Uma discussão sobre a desigualdade no Brasil

31/08/2015 a 29/10/2015

Inscrições e Informações: ihu.unisinos.br

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Unisinos - São Leopoldo | RS

#Justiça, Verdade e Memória

O condor que segue espreitando

Martín Almada reconstitui a Operação Condor para tecer sua lógica de que a violação de direitos e a espionagem seguem atualizadas no Estado Democrático de Direito

Por Márcia Junges e João Vitor Santos | Tradução André Langer

“O estado de direito deixou de existir em um mundo capitalista, em particular na América Latina”. É assim que o professor Martín Almada começa a entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para ele, esse é o principal fator para se falar em (im)possibilidade de uma justiça histórica. E mais do que isso: revela que a lógica empregada em operações como a Condor segue funcionando. Se, naquela época, o poder de Estado era militar e engendrava a operação, hoje “o mundo capitalista” se encarrega de operacionalizar a espionagem e violações de direitos. “Os nossos países vivem à margem da lei pela pressão das empresas multinacionais que não têm rosto e que só buscam o lucro”, destaca.

As consequências fazem emergir uma espécie de *deja vu* com a história. Almada entende que, “neste contexto, impõe-se novamente a guerra fria e volta o terrorismo de Estado, que considera o povo como inimigo do governo. Criminalizam-se as lutas sociais. Para estes novos agentes do poder supranacional a defesa dos direitos humanos é considerada como a instigadora das rebeliões dos infelizes”. É como se os princípios de velhos opressores seguissem se movimentando por de trás do

plano de fundo da política. Por isso o professor entende que seja tão importante conhecer operações de cooperação para a opressão em casos como a Operação Condor. Lógica similar vive-se hoje em casos de espionagem revelados por Snowden. “As razões que motivaram a concessão do Prêmio Nobel Alternativo a Snowden demonstram como cada vez são maiores os perigos que ameaçam a liberdade das nossas sociedades”, destaca.

Martín Almada é graduado em Literatura e em Direito pela Universidad Nacional de Asunción, do Paraguai. Foi eleito presidente da Asociación de Educadores de San Lorenzo (1962) e promoveu a construção da Villa del Maestro para seus colegas. É doutor em Ciências da Educação pela Universidad Nacional de La Plata, da Argentina, e foi o primeiro paraguaio a conquistar este título. Sua tese de doutorado, intitulada “Paraguay: Educación y Dependencia”, foi enviada pela Polícia argentina para a Polícia paraguaia no auge da Operação Condor. A Polícia Política classificou a obra como “subversiva” e seu autor como “terrorista intelectual”, sendo este outro fator que incentivou sua perseguição política.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como se pode compreender a (im)possibilidade de uma justiça histórica no caso do Paraguai e também dos outros países da América Latina?

Martín Almada - O estado de direito deixou de existir em um

mundo capitalista, em particular na América Latina, e nessa circunstância fica difícil falar de justiça histórica. A luta pelos direitos humanos não tem a ver somente com o que aconteceu durante as ditaduras, mas também com o que acontece hoje. Não pode haver tortura

em uma democracia. Cabe destacar que este é o século das maiores violações aos direitos humanos e do maior número de declarações desses direitos.

Diante do “ruído de sabres no Brasil” (revolta dos militares) te-



A luta pelos direitos humanos não tem a ver somente com o que aconteceu durante as ditaduras, mas também com o que acontece hoje

mos que fortalecer não apenas urgentemente o Mercosul¹, a Unasul², a Celac³, a Alba⁴, mas também o Conselho de Defesa Sul-Americano

1 Mercado Comum do Sul – Mercosul: é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção de 1991. Estabelece uma integração, inicialmente, econômica configurada atualmente em uma união aduaneira, na qual há livre-comércio intrazona e política comercial comum entre seus membros. Situados todos na América do Sul, são atualmente cinco membros plenos. Em sua formação original, o bloco era composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; mais tarde, a ele aderiu a Venezuela. Encontra-se em fase de expansão, uma vez que a Bolívia aguarda a ratificação parlamentar de seu protocolo de adesão como membro pleno, documento que necessita ainda para sua vigência das aprovações legislativas na Bolívia, no Brasil e no Paraguai, os demais parlamentos já o aprovaram. (Nota da **IHU On-Line**)

2 União de Nações Sul-Americanas – Unasul: é uma organização intergovernamental composta pelos doze Estados da América do Sul. Foi fundada dentro dos ideais de integração sul-americana multissetorial, conjugando as duas uniões aduaneiras regionais: o Mercado Comum do Sul – Mercosul e a Comunidade Andina de Nações – CAN. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – Celac: é um organismo internacional, herdeiro do Grupo do Rio e da Calc, a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento. Foi criado na terça-feira 23 de fevereiro de 2010 em seção da Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe, na cidade de Playa del Carmen, Quintana Roo, México. Só Honduras ficou fora, já que diversos países presentes, incluindo o Brasil, não reconhecem o governo eleito após o golpe contra Manuel Zelaya, em junho de 2009. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (do espanhol Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos) ou simplesmente ALBA: é uma plataforma de cooperação internacional baseada na ideia da integração social, política e econômica entre os países da América Latina e do Caribe. (Nota da **IHU On-Line**)

- CDS⁵ e o Centro de Estudos Estratégicos do Conselho de Defesa Sul-Americano - CEED⁶. Os nossos países vivem à margem da lei pela pressão das empresas multinacionais que não têm rosto e que só buscam o lucro, como a Cargill, DeltaPine, Monsanto, Apple, Samsung, Volkswagen, Walmart Stores, Royal Dutch Shell, General Electric, Exxon Mobil, Total, Citigroup, BP, BNP Paribas, Coca-Cola, McDonalds, Nestlé, todas as indústrias bélicas e farmacêuticas, a General Motors e outras.

5 Conselho de Defesa Sul-Americano – CDS: é um mecanismo que busca fomentar o intercâmbio no campo da segurança entre os países que compõem a União de Nações Sul-Americanas, tais como a elaboração de políticas de defesa conjunta, intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares conjuntos, participação em operações de paz das Nações Unidas, troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa e integração de bases industriais de material bélico, medidas de fomento de confiança recíproca, ajuda coordenada em zonas de desastres naturais, entre outros. Seus estatutos preveem decisões acordadas por consenso e um encontro anual com os respectivos ministros da área de defesa da Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano – CEED-CDS: instância de produção de estudos estratégicos a fim de assessorar o Conselho de Defesa Sul-Americano quando for necessário, em concordância com as disposições dos Artigos 3º letra s, 5º e 6º do Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL e do Estatuto do CDS. Seu objetivo é contribuir à consolidação dos princípios e objetivos estabelecidos no Estatuto do CDS, a partir da geração de conhecimento e difusão de um pensamento estratégico sul-americano em termos de defesa e segurança regional e internacional, sempre por iniciativa do CDS. (Nota da **IHU On-Line**)

Por conseguinte, os nossos países vivem à margem da lei, além disso, pela pressão das novas organizações econômicas terroristas, como o Fórum de Bilderberg⁷, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano, TISA⁸, Aliança do Pacífico, ALCA⁹, que marcam o rumo para os governos do primeiro e do terceiro mundos. Neste contexto, impõe-se novamente a guerra fria e volta o terrorismo de Estado, que considera o povo como inimigo do governo. Criminalizam-se as lutas sociais. Para estes novos agentes do poder supranacional a defesa dos direitos humanos é considerada como a instigadora das rebeliões dos infelizes.

7 Conferência de Bilderberg (também chamado grupo ou clube de Bilderberg): encontro, geralmente anual, não oficial, do qual participam, no máximo, 150 convidados, escolhidos entre personalidades influentes no mundo empresarial, acadêmico, midiático ou político. Segundo o site oficial da organização, a conferência é um fórum de discussão informal acerca de grandes tendências e questões mundiais. Os encontros ocorrem sob a regra de Chatham House, isto é, os participantes são livres para usar as informações recebidas durante a reunião, mas não podem revelar a identidade ou a afiliação de quem as deu. Não existe uma agenda detalhada da reunião, nenhuma resolução é proposta, não há votações, e, após o encontro, nenhuma declaração política é divulgada. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Acordo de Comércio de Serviços (TISA – Trade in Services Agreement): é um projeto de tratado de comércio internacional entre 24 Partes, incluindo a União Europeia e os Estados Unidos. O acordo visa à liberalização do comércio mundial de serviços, tais como serviços bancários, saúde e transporte. (Nota da **IHU On-Line**)

9 Área de livre comércio das Américas – ALCA: foi uma proposta feita pelo presidente dos Estados Unidos Bill Clinton durante a Cúpula das Américas, em Miami, no dia 9 de dezembro de 1994, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, formando assim uma área de livre comércio, cuja data limite seria o final de 2005. Na reunião de Miami foram assinados a Declaração de Princípios e o Plano de Ação. A estratégia era de gradualmente suprimir as barreiras ao comércio entre os estados-membros, prevendo-se a isenção de tarifas alfandegárias para quase todos os itens de comércio entre os países associados. Uma vez implementada, a ALCA se tornaria o maior bloco econômico do mundo. Uma das principais dificuldades para formação do bloco é a enorme disparidade entre a economia dos Estados Unidos, a maior da América, e a dos demais países americanos. O projeto da ALCA está parado desde novembro de 2005 quando foi realizada a 4ª Cúpula das Américas. (Nota da **IHU On-Line**)

As Forças Armadas têm como função natural proteger a integridade territorial e defender as autoridades legitimamente constituídas, mas os poderes econômicos supranacionais apontam para a conversão das Forças Armadas em simples força de polícia para controlar e submeter a sociedade. O Poder Judiciário sempre foi um apêndice do poder político vigente. Por isso, a impunidade segue sendo o câncer da América Latina e a justiça histórica se dá apenas na Argentina porque existe uma vontade política e uma forte organização dos sobreviventes da ditadura que empurram o governo para o caminho da justiça.

IHU On-Line - No caso brasileiro, como avalia os trabalhos da Comissão da Verdade?

Martín Almada - O Brasil, após 50 anos de impunidade, após uma contínua e admirável luta dos sobreviventes da ditadura militar, conseguiu uma tímida lei para a criação da Comissão da Verdade¹⁰,

10 Comissão Nacional da Verdade – CNV: é o nome da comissão que investigou as graves violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado brasileiro, ocorridas no Brasil e também no exterior. A comissão foi instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. A CNV concentrou seus esforços no exame e esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticados durante a ditadura militar (1964-1985). A Comissão ouviu vítimas e testemunhas, bem como convocou agentes da repressão para prestar depoimentos. Promoveu mais de 100 eventos na forma de audiências públicas e sessões de apresentação dos relatórios preliminares de pesquisa. Realizou diligências em unidades militares, acompanhada de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos. Constituiu um núcleo pericial para elucidar as circunstâncias das graves violações de direitos humanos, o qual elaborou laudos periciais, relatórios de diligências técnicas e produziu croquis relativos a unidades militares. Colaborou com as instâncias do poder público para a apuração de violação de direitos humanos, além de ter enviado aos órgãos públicos competentes dados que pudessem auxiliar na identificação de restos mortais de desaparecidos. Também identificou os locais, estruturas, instituições e circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos, além de ter identificado ramificações na sociedade e nos aparelhos estatais. Em 10 de dezembro de 2014, a CNV entregou seu relatório final à Presidente Dilma Rousseff. (Nota da **IHU On-Line**)

mas não de justiça e reparação. Um primeiro passo...

IHU On-Line - Quais são os traços fundamentais da ditadura de Stroessner¹¹ que permanecem vivos na memória e na sociedade paraguaia? Por que o condor¹² continua voando?

Martín Almada - A ignorância e a tortura foram a base da repressão. O coração do sistema. A segunda pele do paraguaio continua sendo o medo. A ditadura paraguaia teve total apoio dos Estados Unidos da América do Norte e do governo militar brasileiro. Por isso tivemos a ditadura mais longa da região.

“

O estado de direito deixou de existir em um mundo capitalista, em particular na América Latina

O condor segue voando no Paraguai e na América Latina

Os fantasmas da Operação Condor sobrevoam tranquilamente os corredores do Poder Judiciário do

11 Alfredo Stroessner Matiauda (1912-2006): político, general de exército e presidente ditador do Paraguai entre 1954 e 1989. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Operação Condor: Aliança político-militar entre os regimes de exceção da América do Sul nas décadas de 1970 e 1980. Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, em coordenação com a Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), cujo objetivo era articular os governos e eliminar os líderes de esquerda. No sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, encontra-se amplo material sobre o assunto. Consultar a entrevista *Operação Condor: novas revelações*, com Jair Krischke, de 24-03-2013, em <http://bit.ly/ihu240313>. Ver ainda, de 28-05-2007, *Operação Condor. A estrutura continua existindo*, com Neusa Maria Romanzini Pires em <http://bit.ly/ihu280507>. (Nota da **IHU On-Line**)

Paraguai, do Ministério Público, da Defensoria do Povo, Procuradoria Geral da República, para não falar da Chancelaria, porque segue vigente a política do stroessnismo sem Stroessner, ou seja, o continuísmo. Nesse contexto, no dia 10 de julho de 1997, o coronel paraguaio Francisco Ramón Ledesma enviou ao coronel equatoriano Jaime del Castillo Báez, oficial de enlace da Conferência do Exército Americano - CEA, a lista dos subversivos paraguaios para que Castillo Báez preparasse a lista dos subversivos da América Latina. Documento militar que foi entregue à justiça paraguaia para que se investigue, sem resultado algum até a data por inação deliberada da Promotoria dos Direitos Humanos.

O coronel Francisco Ramón Ledesma deu seu testemunho ao juiz penal Jorge Bogarin, concedendo valiosas informações sobre o nascimento e a modalidade de ação na atualidade do terrorismo de Estado através da Conferência de Exércitos Americanos, mas negou-se a entregar ao Juizado a questionada lista de subversivos em democracia. Isto aconteceu sob o governo do presidente Wasmosy¹³, também nostálgico da ditadura de Stroessner. De acordo com o Arquivo do Terror do Paraguai¹⁴, o Exército, a Marinha e a Força Aérea, por conduto de seus Departamentos de

13 Juan Carlos María Wasmosy Monti (1938): empresário, engenheiro e político paraguaio, que foi presidente de seu país desde 15 de agosto de 1993 até 15 de agosto de 1998. Foi eleito pelo Partido Colorado, sendo o primeiro presidente civil após a presidência de Alfredo Stroessner e o primeiro eleito democraticamente, desde 1811. Em 17 de dezembro de 1995 recebeu o Grande-Colar da Ordem do Infante D. Henrique. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Arquivo do Terror: é o nome dos documentos secretos da ditadura do General Alfredo Stroessner (1912-2006), que governou o Paraguai por 35 anos. Graças a um convênio assinado no dia 3 de agosto do ano de 2007 entre a Suprema Corte do Paraguai e a organização Arquivo de Segurança Nacional, o Arquivo do Terror, descoberto em 1992 por Martín Almada, teve seus documentos digitalizados e disponíveis para consulta. Parte da documentação revela evidências da participação da Operação Condor entre as ditaduras militares do Cone Sul para eliminar opositores nos anos 1970 e 1980. (Nota da **IHU On-Line**)

Inteligência, foram os órgãos privilegiados de repressão na América Latina, cuja ação é sentida até hoje.

O prestigioso Centro de Estudos Legais e Sociais - CELS¹⁵, de Buenos Aires, denunciou, por ocasião do 30º aniversário do golpe militar fascista na Argentina, as atividades de inteligência efetuadas pela Marinha argentina. O CELS demonstrou que a cúpula da Inteligência Naval Argentina em Chubut, através da Conferência de Exércitos Americano, realiza tarefas de espionagem contra políticos nacionais e provinciais, Poder Judiciário, familiares de vítimas, advogados e de organizações de direitos humanos.

Destacamos que as Forças Armadas da América Latina foram formadas no modelo da Escola das Américas da Zona do Canal do Panamá, transferida em 1984 para o Forte Benning, nos Estados Unidos. Até hoje, vários países da América Latina seguem enviando em democracia representantes de seus Exércitos tanto ao Forte Benning como às reuniões da Conferência de Exércitos Americanos - CEA, onde seguem aprendendo a espiar e a matar no velho estilo nazista.

IHU On-Line - Em que aspectos o Projeto Camelot¹⁶ foi uma

15 Centro de Estudos Sociais América Latina - CES/AL: nasceu do diálogo entre pesquisadores do CES-Coimbra (Portugal), da Universidade Federal de Minas Gerais e de outras localidades do Brasil e da América Latina. Um dos objetivos do Centro de Estudos é estabelecer um diálogo com diferentes saberes através de pesquisadores com formação interdisciplinar e internacionalizada. O desafio desses pesquisadores é o de desenvolver parâmetros teórico-metodológicos, analíticos e epistemológicos compatíveis com a diversidade sócio-cultural-econômica e política latino-americana. Para isto, aspira-se estabelecer dinâmicas de colaboração e iniciativas conjuntas com outros centros de pesquisa da América Latina e da África, favorecendo o diálogo e a colaboração mútua entre esses pesquisadores. (Nota da **IHU On-Line**)

16 Projeto Camelot: era um estudo de contrainsurgência iniciado pelo Exército dos Estados Unidos em 1964. O projeto foi executado pelo Escritório de Operações Especiais de Investigação - SORO na American University, que montou uma equipe eclética de psicólogos, sociólogos, antropólogos, economistas e outros intelectuais para analisar a sociedade e a cultura de vários países-alvo, espe-

"preparação" para a Operação Condor?

Martín Almada - No dia 24 de novembro de 2014, Edward Snowden¹⁷ recebeu no parlamento sueco o Prêmio Nobel Alternativo em reconhecimento ao seu trabalho em defesa de "uma sociedade aberta e

“

Os nossos países vivem à margem da lei pela pressão das empresas multinacionais

liberal e por não ter se arrependido de ter revelado a trama massiva de espionagem de comunicação telefônica e de internet realizada pelos Estados Unidos da América do Norte". Snowden ficou mundialmente conhecido por ter vazado, em junho de 2013, através dos jornais The Washington Post e The Guardian, documentos secretos sobre programas globais de cibervigilância a cargo dos Serviços Secretos dos Estados Unidos da América do Norte e do Reino Unido. Ele, diante da perseguição da Justiça norte-americana que o acusou de cometer um grave crime contra o

cialmente na América Latina. O objetivo do projeto foi o reforço da capacidade do Exército de prever e influenciar o desenvolvimento social em países estrangeiros. A polêmica começou em torno do Projeto Camelot quando professores na América do Sul descobriram seu financiamento militar e criticaram seus motivos como imperialistas. O Departamento de Defesa ostensivamente cancelou o Projeto Camelot em 8 de julho de 1965, mas continuou a mesma pesquisa de forma mais discreta. (Nota da **IHU On-Line**)

17 Edward Joseph Snowden (1983): analista de sistemas, ex-funcionário da CIA e da NSA, a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Tornou-se conhecido por revelar detalhes do sistema de Vigilância Global norte-americano. Sobre o tema, acesse "*Abandonar Snowden é uma causa indigna*". Entrevista especial com Sérgio Amadeu, no de 19-12-2013, disponível em <http://bit.ly/ihusnowden>, no sítio do IHU. (Nota da **IHU On-Line**)

Estado, viajou primeiro para Hong Kong e depois para Moscou por razões de segurança pessoal. Na capital russa recebeu refúgio e nela permanece até hoje.

As razões que motivaram a concessão do Prêmio Nobel Alternativo a Snowden demonstram como cada vez são maiores os perigos que ameaçam a liberdade das nossas sociedades. Como cada vez estamos mais indefesos diante da utilização inescrupulosa de tecnologias avançadas postas a serviço de alguns poucos poderes imperiais que, desrespeitando todas as leis, estabelecem mediante a espionagem um controle sobre governos, cidadãos, empresas, sobre todo mundo. Estas práticas secretas de controle dos povos, de intervenção na vida pessoal dos cidadãos e das cidadãs, de espionagem social, não são novas. São realizados há muito tempo. O que é novo são as tecnologias atuais e futuras que permitem, com técnicas cada vez mais avançadas, realizá-las com níveis de efetividade difíceis de imaginar há pouco tempo. Temos antecedentes que demonstram como há anos se vêm desenvolvendo ações de controle e espionagem.

Camelot

Os Estados Unidos, por exemplo, já implantaram no Chile, em 1965 (há quase 50 anos), o plano de espionagem "Camelot". Ele tentava, mediante uma aparente pesquisa científica, realizar um estudo sociopolítico para detectar a possível reação social com uma intervenção das Forças Armadas em caso de crise ou caos. A primeira experiência teve o total rechaço dos acadêmicos chamados para colaborar, que consideraram o plano como uma violação da ética profissional incompatível com o mundo das ciências. Diante disso, o governo chileno, na época presidido por Eduardo Frei Montalva¹⁸, viu-se obrigado a proibir a Agência dos Estados

18 Eduardo Nicanor Frei Montalva (1911-1982): filho de um imigrante suíço de classe média, foi político do partido centrista chileno democrata cristão e foi presidente do Chile de 1964 até 1970, sendo o primeiro

Unidos para o Desenvolvimento - USAID de continuar a experiência.

Entretanto, os Estados Unidos não renunciaram ao seu plano e o transferiram para o Paraguai. Lá, seu fiel aliado, o ditador general Stroessner, o “campeão do anti-comunismo na América Latina”, o acolheu com satisfação. Na minha tese de doutoramento na Universidade de La Plata, na Argentina, denunciei esta espionagem sociopolítica como método para avaliar as causas das revoltas sociais, e cujos resultados serviam a Stroessner para tomar medidas para sufocar as possíveis revoltas e evitar assim sua queda.

A descoberta

A forma como descobri o plano Camelot foi surpreendente. Durante os anos 1972 e 1974 o governo argentino me concedeu uma bolsa para fazer o meu doutorado em Ciências da Educação na prestigiosa Universidade de La Plata. Antes de viajar à Argentina, solicitei documentação oficial sobre a educação no Paraguai. Atendeu-me e me autorizou a levar a documentação pertinente o próprio secretário técnico da Planificação da Presidência da República, Federico Mandelburger.

Revisando o material, chamou-me a atenção o título de um documento: “Paraguai, educação, família e sociedade”. Na primeira reunião com o meu diretor de tese, o professor Ricardo Nassif¹⁹, da Faculdade de Humanidades, analisamos juntos o documento e descobrimos que “Paraguai, educação, família e sociedade” foi elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Integral e Harmônico -

democrata cristão chefe de Estado das Américas. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁹ **Ricardo Nassif** (1924-1984): professor argentino, professor de Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade Nacional de La Plata. Ele segurou cátedras em sua especialidade na Universidade de Tucumán e La Plata, como um perito da Unesco e de ser incorporada na Academia Nacional de Educação da Argentina. Por sua vida e obra é um marco na história da Argentina e da educação latino-americana, campo das ciências da educação. (Nota da **IHU On-Line**)

IDIA. Lá, trabalhavam conhecidos especialistas nacionais militantes da Democracia Cristã do Paraguai. Supostamente, o documento foi realizado para, como se dizia nele mesmo, “servir ao país nesta hora de reflexão, proporcionando um apoio de alguma objetividade para estudar a perspectiva do desenvolvimento nacional”.

Era evidente que o documento estava destinado a identificar potencialidades subversivas através de “pesquisas confidenciais”. Apareciam nele as opiniões de milhares de paraguaios e paraguaias de todos os setores da sociedade, suas crenças religiosas, suas opções políticas, seu “compromisso com a democracia” e outras informações pessoais. O documento foi concebido pelo Escritório de Pesquisas Sociais da universidade americana de Washington a pedido da CIA e do Pentágono. Posteriormente, os militares das ditaduras do Cone Sul, muito irritados com a divulgação do documento, me acusaram de obtê-lo graças aos “meus camaradas” de Moscou, Havana ou Pequim. Esta informação falsa se somava ao “pecado político” representado pelo enfoque dado ao meu trabalho de tese, inspirado na metodologia da educação libertadora do pedagogo Paulo Freire²⁰. Tudo isso ia me colocando cada vez mais no alvo da ditadura militar.

Em dezembro de 2002, recebi, no parlamento sueco, o Prêmio Nobel Alternativo proposto pela Anistia Internacional. O prêmio me foi concedido “por minha coragem em defesa dos Direitos Humanos no Paraguai e na América Latina”. Nesta tarefa seria preciso incluir a descoberta da espionagem sociopolítica

²⁰ **Paulo Freire** (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). É autor de *A Pedagogia do Oprimido*, entre outras obras. A edição 223 da revista **IHU On-Line**, de 11-06-2007, teve como título *Paulo Freire: pedagogia da esperança* e está disponível em <http://bit.ly/ihuon223>. (Nota da **IHU On-Line**)

norte-americana para detectar a tempo graves conflitos sociais que prejudicassem sua política. Por ironia do destino, 12 anos depois o mesmo prêmio foi concedido a Edward Snowden, cidadão norte-americano, “por sua coragem em defesa da atividade democrática mundial, em especial por sua defesa da privacidade para superar a vigilância global feita secretamente”. Embora não pudesse recebê-lo pessoalmente, sua figura converteu-se em referência mundial para os defensores de um mundo livre, sem segredos.

Do reconhecimento ao sequestro

Concluindo, a pretensa “vigilância global em segredo” dos governos norte-americanos, supostamente defensores da civilização ocidental e cristã, colide com o princípio básico das Sagradas Escrituras que reza: “Não há nada de escondido que não venha a ser revelado, e não existe nada de oculto que não venha a ser conhecido” (Mt 10, 26). Por ter colocado em prática a metodologia da educação libertadora de Paulo Freire no Instituto Juan Bautista Alberdi, de San Lorenzo; promovido a construção de moradias dignas para os professores; defendido a tese “Paraguai. Educação e Dependência” na Universidade de La Plata, na Argentina, onde denunciei a aplicação do Plano Camelot no Paraguai, fui sequestrado no dia 26 de novembro de 1974. Nas dependências da Polícia Secreta de Stroessner fui submetido a bárbaras torturas por militares da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Após analisar os meus antecedentes, qualificaram o meu crime como “terrorismo intelectual”. Essa pecha me custou a morte da minha esposa, tortura, campo de concentração, confisco dos nossos bens e o exílio durante quase 15 anos.

Operação Condor

A Operação Condor foi oficializada em Santiago do Chile no dia 25 de novembro de 1975, há 40

anos. Segundo Jair Krischke²¹, o pré-condor nasceu com o golpe militar perpetrado contra o governo democrático de João Goulart²² com

21 **Jair Krischke** foi um dos conferencistas do evento “A justiça, a verdade e a memória na perspectiva das vítimas. A narrativa das testemunhas, estatuto epistêmico, ético e político”, realizado no **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**. Sobre sua participação no evento, acesse <http://bit.ly/1FrSXd>. Krischke também concedeu uma entrevista à **IHU On-Line** número 472 sobre o tema de sua conferência. Acesse <http://bit.ly/1Lt-qVNG>. (Nota da **IHU On-Line**)

22 **João Belchior Marques Goulart ou Jango** (1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 – em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira a entrevista “*Jango era um conservador reformista*”, com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em <http://bit.ly/ihu191206>; *João Goulart e um projeto de nação interrompido*, com Oswaldo Munteal, de 27-08-2007, em <http://bit.ly/ihu270807>. Confira também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado intitulada *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da **IHU On-Line**, de 29-08-2011, em <http://bit.ly/ihuon371> e “*Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam*”, de 05-08-2013, em <http://bit.ly/ihu050813>. Veja ainda “*João Goulart*

o objetivo de eliminar opositores aos regimes de fato, permitindo a atuação de forças estrangeiras em qualquer um dos países membros (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai). Foram apagadas as fronteiras para a eliminação de dissidentes políticos.

A Operação Condor tinha três pilares fundamentais:

1) O pilar ideológico: Henry Kissinger²³, então secretário de Estado norte-americano, que, a partir

foi, antes de tudo, um herói”, com Juremir Machado, de 26-08-2013, em <http://bit.ly/ihu260813> e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país*, com João Vicente Goulart, de 13-03-2014, em <http://bit.ly/ihu130314>. (Nota da **IHU On-Line**)

23 **Henry Kissinger** (Henry Alfred Kissinger, 1923): nascido na Alemanha, de origem judaica, foi diplomata dos Estados Unidos e teve um papel importante na política estrangeira deste país entre 1968 e 1976. Migrou com os pais para os EUA em 1938, devido ao nazismo. Serviu na Segunda Guerra Mundial. Obteve o doutorado na Universidade de Harvard em 1954. Kissinger foi conselheiro para política internacional de todos os presidentes dos EUA de Eisenhower a Gerald Ford, sendo o secretário de Estado, conselheiro político e confidente de Richard Nixon. Em 1973 ganhou, com Le Duc Tho, o Prêmio Nobel da Paz, pelo seu papel na obtenção do acordo de cessar-fogo na Guerra do Vietnã. (Nota da **IHU On-Line**)

de Washington, dava as ordens aos gorilas do Cone Sul.

2) O pilar anticomunista: o general chileno Augusto Pinochet²⁴, que tinha que limpar o aparelho do Estado, a sociedade civil e a sociedade política de comunistas.

3) O pilar anti-Teologia da Libertação: o general boliviano Hugo Banzer²⁵, que tinha que limpar a Igreja católica boliviana e latino-americana de padres, bispos, religiosos, leigos comprometidos com os pobres, isto é, proceder à eliminação física de todos os “zurdos” [canhoto, de esquerda] para salvar a civilização ocidental e cristã.

A diabólica Operação Condor deixou mais de 100 mil vítimas fatais no Cone Sul da América Latina. ■

24 **Augusto Pinochet [Augusto José Ramón Pinochet Ugarte]** (1915-2006): General do exército chileno. Foi presidente do Chile entre 1973 e 1990, depois de liderar um golpe militar que derrubou o governo do presidente socialista, Salvador Allende. (Nota da **IHU On-Line**)

25 **Hugo Banzer Suárez** (1926-2002): general e político boliviano, presidente da República por duas vezes (21-08-1971 a 21-07-1978 e de 06-08-1997 a 07-08-2001). Nasceu no povoado de Concepción, na província de Ñuflo de Chávez, departamento de Santa Cruz, na Bolívia, e faleceu em Santa Cruz de la Sierra, província de Andrés Ibáñez, departamento de Santa Cruz. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)*. Artigo de Martín Almada, publicado em **Cadernos IHU ideias**, Ano 13, número 227, de 2015, disponível em <http://bit.ly/1MmwRqd>.



#Crítica Internacional - Curso de RI da Unisinos

O legado da escravidão

Por Mônica Dias Martins com a colaboração de Bruno Lima Rocha

“Os protestos contra a violência policial nos Estados Unidos, atingindo especialmente homens afro-americanos, refletem a revolta da base da pirâmide social na superpotência contra o racismo estrutural ainda presente mesmo sob o governo Barack Obama. A deterioração dos bairros negros e hispânicos reflete distribuição desigual de riquezas no país mais rico do mundo, fazendo com que o controle social se dê através do pauperismo crescente e violência estatal”, argumenta Mônica Dias Martins.

Mônica Dias Martins é doutora e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, pedagoga graduada na PUC-RJ, professora da UECE, Coordenadora do Observatório das Nacionalidades e editora da revista *Tensões Mundiais*.

Eis o artigo.

Em 19 de abril de 2015, Freddie Gray, de 25 anos, faleceu em um hospital de Baltimore, depois de uma semana em coma, resultado de maus tratos quando estava sob custódia de agentes responsáveis por manter a ordem e cumprir a lei. O que teria feito antes, durante ou após a prisão que justificasse sua morte? A resposta é coisa nenhuma, assim como nada fizeram Walter Scott (50 anos, Charleston 04/2015), Tamir Rice (12 anos, Cleveland 11/2014), Michael Brown (18 anos, Ferguson 08/2014) e Eric Garner (43 anos, Nova York 07/2014) ou centenas de vítimas anônimas, entre elas a grávida que testemunhou um espancamento ou o idoso que vendia bilhetes para uma rifa na igreja. Seus crimes? A cor da pele que os identifica, ainda hoje, com seus ancestrais arrancados da África e escravizados nas colônias do Novo Mundo!

Os protestos raciais em Baltimore e em dezenas de outras cidades reivindicam o reconhecimento dos direitos civis que, nos anos sessenta, levou Martin Luther King a liderar a grande marcha à Washington. Os manifestantes querem aquilo que os Panteras Negras exigiam, na década de setenta: fim da coerção policial e iguais oportunidades. Em outras palavras, lutam por igualdade e liberdade, valores caros à democracia na América que tanto encantou o francês Tocqueville, em 1831. Certamente, a violência endêmica na sociedade estadunidense não atende às expectativas de uma nação com pessoas livres e vivendo em condições de igualdade.

Comentadores da Fox News e colunistas do New York Post repetem insistentemente a palavra “thugs” (bandidos) e expressões como “Black Guerrilla Fami-

ly” para se referir aos que participam dos protestos em Baltimore. Esses ataques verbais contra membros de um determinado grupo são uma clara tentativa de influenciar ações e atitudes da opinião pública. Integram a agenda política conservadora que culpa os sindicatos, os programas sociais e a legalização do casamento homoafetivo pela radicalização dos conflitos urbanos. Já o comportamento criminoso das polícias raramente constitui objeto de pronunciamentos ou investigações.

Acompanham a narrativa convencional da mídia o presidente Barack Obama e a prefeita de Baltimore Stephanie Rawlings-Blake, ambos democratas, com formação universitária e “afro-americanos”. Parlamentares se revezam nas entrevistas, pedindo que as manifestações sejam pacíficas. No entanto, são incapazes de apresentar uma justificativa plausível para as incontáveis prisões e mortes de cidadãos negros. Tais apelos chocam por partirem de autoridades governamentais a quem caberiam iniciativas concretas para acabar com a vergonhosa discriminação racial.

Entre os chamados líderes políticos a reação tem sido inadequada e desrespeitosa. Poucos reconhecem que, nas últimas quatro décadas, a elite estadunidense levou milhares de famílias da classe trabalhadora à ruína econômica e diminuiu a proteção aos direitos humanos (consagrada pela ONU na Declaração de São Francisco) da empobrecida população. Pregar a não violência da comunidade em face de um Estado cada vez mais militarizado e agressivo é, no mínimo, uma atitude hipócrita!



A violência endêmica na sociedade estadunidense não atende às expectativas de uma nação com pessoas livres e vivendo em condições de igualdade

Um caldeirão étnico-cultural que é racializado de propósito

A estrutura societária dos Estados Unidos da América é, de fato, racializada. Poucas cidades são pluriétnicas, ultrapassando a fronteira dos guetos e as relações sociais para além das raízes familiares. Como o ciclo de imigração não é interrompido, vemos a sucessão de levas de novos imigrantes, operando a superpotência como um enorme aspirador de recursos verificado na propriedade de pequenos novos negócios. Em maio de 2013, Barack Obama defendia uma visão ampliada da política migratória dizendo que o país recebia por ano mais de 500 mil novos imigrantes com grande qualificação profissional ou aporte de capitais para operar pequenos empreendimentos. Este constante reposicionamento e a ausência de políticas públicas de redistribuição de renda, iniciada com o progressivo corte de impostos e a inflexão da economia do país para o capital financeiro, fez com que o governo central dos EUA reforçasse o pior do federalismo oligárquico e gerasse tensão permanente nos bairros pouco valorizados. Logo, um pequeno negócio que antes pertencia a um afro-americano, nos anos 80 e 90, pode ter passado para controle de coreanos ou vietnamitas e vinte anos depois para indianos ou paquistaneses.

O auge desta tensão recente iniciara com o crime policial de Ferguson (Missouri) e culmina com o levante de Baltimore (Maryland). A última onda de levantes começou em 1992, com o espancamento de Rodney King, em Los Angeles, um taxista afro-americano brutalizado por quatro patrulheiros (sendo três caucasianos e um chicano) em maio de 1991 e absolvidos em 29 de abril de 1992. Os incidentes varreram primeiro a costa oeste, cortando o país de costa a costa, e

gerando o interessante processo de unidade entre as grandes famílias de gangues negras (Crips e Bloods), além de contar com a participação massiva de comunidades hispano-americanas.

Uma das razões para a vitória de Bill Clinton nas eleições presidenciais daquele ano, cortando o ciclo de presidentes republicanos ao derrotar Bush pai, foi a interrupção das tensões sociais e raciais. Passados mais de vinte anos e a estrutura permanece, sendo agora o gestor da desigualdade e injustiça estrutural um presidente afro-americano, embora egresso de duas instituições da Ivy League. Barack Hussein Obama fez cair por terra o mito da “era pós-racial” sendo o racismo parte da cultura política estadunidense.

O legado permanente

A história demonstra que o linchamento e o assassinato de negros por brancos fazem parte da experiência cultural construída ao longo de dois séculos e meio de escravidão, abolida no ano de 1863 em meio a uma guerra civil, e alimentada por incontáveis formas de segregação racial vigentes nos Estados Unidos. Com o recente desenvolvimento do capitalismo, amplia-se a concentração de riqueza e poder em poucas mãos, aprofundando as tensões sociais que, na ótica da classe dominante, só podem ser contidas mediante uso de repressão massiva. Esse é o sentido da sistemática brutalidade contra a população negra, particularmente sua parcela mais jovem. A rebeldia nas ruas de Baltimore revela não apenas o repúdio à morte de Freddie Gray, mas a revolta contra as atuais condições de vida da grande maioria dos trabalhadores. Afinal, o fim da escravidão não foi uma dádiva dos poderosos e a liberdade se conquista e se mantém com lutas.

Expediente

Coordenadora do curso: professora doutora Gabriela Mezzanotti

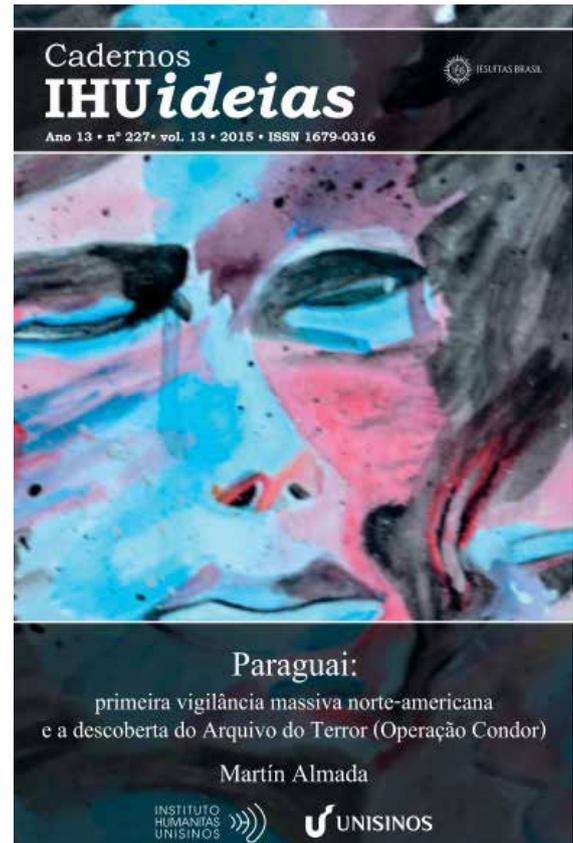
Editor da coluna: professor doutor Bruno Lima Rocha

PUBLICAÇÕES

Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)

Cadernos IHU ideias, em sua 227ª edição, publica o texto de Martín Almada. O artigo apresenta a cumplicidade dos governos de Washington e de Brasília num golpe de Estado que colocou Alfredo Stroessner na presidência do Paraguai e como o governo de Washington descarta facilmente quem com o tempo já não lhe serve. Na sequência, apresenta-se alguns dos elementos da política militar que teve como um dos seus principais instrumentos a sistemática vulneração dos Direitos Humanos na América Latina. Evidencia-se o pacto criminoso entre os países ditatoriais para o intercâmbio de informações de inteligência, denominado Operação Condor. Desvela-se o Arquivo do Terror e com este abrem-se as portas da verdade.

Confira a edição digital do artigo em <http://bit.ly/1LCYRaP>.

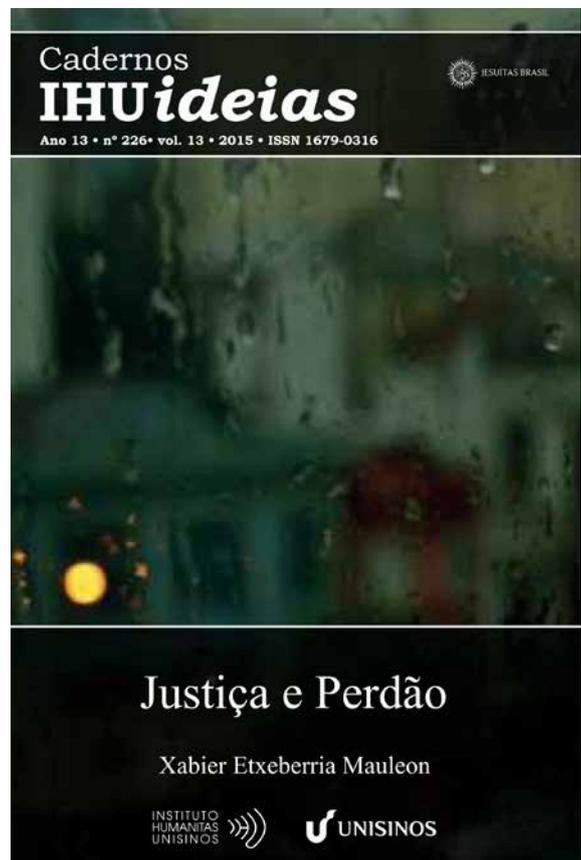


Justiça e Perdão

O Cadernos IHU ideias, em sua 226ª edição, publica o artigo de Xabier Etxeberria Mauleon. Procura-se explorar a relação entre justiça e perdão através da análise de sua incompatibilidade intrínseca; as relações de apoio mútuo entre ambos, que podem dar-se e se dão, a partir da exterioridade frente um ao outro; as medidas ambíguas e discutidas que são consideradas, muitas vezes, medidas públicas de perdão; assim como as possibilidades de uma integração plena do perdão na justiça, à maneira da justiça restaurativa.

Confira a edição digital do artigo em <http://bit.ly/1FmcSbO>.

Estas e outras edições dos Cadernos IHU ideias podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8213.



Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

Dívida pública. Quem ganha? Quem perde?

Edição 440 - Ano XIV - 07.04.2014

Disponível em <http://bit.ly/1LD1mty>

A dívida pública é, atualmente, um dos principais alimentos do capitalismo, favorecendo a concentração de renda no setor financeiro e aumentando ainda mais o seu poder, como constata Maria Lucia Fattorelli nesta edição. "O que mata não é o tamanho da dívida, mas a taxa de juros, que faz com que esta tenda a crescer sempre", afirma, peremptório, o economista Amir Khair. "Apesar de todo o esforço do setor público em pagar, ele não consegue". Desta forma, como descreve Ivo Poletto, o Brasil se mantém como um dos pilares da especulação financeira globalizada.



Políticas públicas para as mulheres: uma conquista brasileira em debate

Edição 387 - Ano XII - 26.03.2012

Disponível em <http://bit.ly/1MuF3ow>

O tema de capa desta edição debate as políticas públicas para as mulheres. Especialistas de diversas áreas do conhecimento discutem o tema: Gilberto Kac, professor titular do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e coordenador do Observatório de Epidemiologia Nutricional, Marcella Martins Alves Teófilo, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição Josué de Castro da UFRJ, Sueli Batista dos Santos, jornalista, Vanderléia Laodete Pulga Daron, do Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição, Elza Maria Campos, coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres - UBM, Fernando Lefevre, professor da Universidade de São Paulo - USP, Télia Negrão, cientista política, coordenadora da ONG Coletivo Feminino Plural, Rosângela Angelin, doutora em direito, professora do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus Santo Ângelo-RS. A socióloga e cientista política Jacqueline Pitanguy de Romani, ex-presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM, contribui no debate com um artigo sobre a Constituição de 1988 como um marco nas conquistas das políticas públicas para as mulheres.



Sistema Único de Saúde. Uma conquista brasileira

Edição 376 - Ano XI - 17.10.2011

Disponível em <http://bit.ly/1LD3d1u>

Criado na Constituição Federal de 1988, o Sistema Único de Saúde - SUS há mais de 20 anos consegue atender praticamente 90% de todos aqueles que o procuram. Mesmo assim, ainda enfrenta muitos desafios, sendo que os principais são de ordem financeira, política e de gestão. Para refletir sobre os rumos do SUS, a IHU On-Line convidou Gilson Carvalho, Jairnilson Paim, José Gomes Temporão, Ligia Bahia e Virginia Fontes.



Ciclo de Estudos O Capital no Século XXI



A evolução da relação capital/renda e a distribuição da renda nacional no Brasil

Conferencista Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa
Universidade de São Paulo – USP

Data: 30-09-2015 às 19h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Mais informações em <http://bit.ly/1QlvjHX>.

Justiça e Perdão

Xabier Etxeberria Mauleon desenvolve, na 226ª edição do Cadernos IHU ideias, a ideia de que é preciso explorar a relação entre justiça e perdão através da análise de sua incompatibilidade intrínseca. Além disso há a questão das medidas ambíguas que são consideradas, muitas vezes, medidas públicas de perdão; assim como as possibilidades de uma integração plena do perdão na justiça, à maneira da justiça restaurativa.

Mais informações em <http://bit.ly/1gV8kNQ>.



Arquivo do Terror - Operação Condor

O professor e pesquisador paraguaio Martín Almada analisa, na edição 227 do Cadernos IHU ideias, como os governos de Washington e de Brasília, por meio de um golpe de Estado, colocaram Alfredo Stroessner na presidência do Paraguai e como o governo de Washington descarta facilmente quem com o tempo já não lhe serve. Ele apresenta alguns dos elementos da política militar de vulneração dos Direitos Humanos na América Latina.



Mais informações em <http://bit.ly/1OX8Zw7>.

O grande desafio dos indígenas nos países andinos



Desde sempre o principal fator mobilizador para as lutas e rebeliões, tanto indígenas como camponezas, foi a defesa da terra. O conflito de interesses em torno dos recursos naturais ocorre com frequência nos territórios indígenas, que são ocupados por intrusos que ameaçam a sua forma de vida. Este é o tema do texto de Xavier Albó, que faz um resgate histórico da localização e dos embates dos povos indígenas em torno das terras que habitam nos países andinos.

Mais informações em <http://bit.ly/1Uhu9cT>.



ihu.unisinos.br



bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



medium.com/@_ihu